

MAICO RORIS  
SEVERINO (ORG.)



# ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DEBATE:

Relatos do  
Encontro Goiano  
de Economia  
Solidária

VOLUME II

**Capa**

Géssica Marques

**Projeto gráfico e diagramação**

Daryellen Ramos Arantes

**Retratos**

Carlos Siqueira

Daryellen Ramos Arantes

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**GPT/BC/UFG**

Enderson Medeiros CRB1 2276

E19 Economia solidária em debate: relatos do Encontro Goiano de Economia Solidária - vol. 2/ organização, Maico Roris Severino. - Goiânia : Gráfica UFG, 2018

75 p. ; il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-495-0241-4

1. Economia social. 2. Solidariedade – Aspectos econômicos. 3. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais. 4. Goiás (Estado). I. Severino, Maico Roris.

CDU: 330.162(817.3)

Maico Roris Severino (org.)

**Economia  
Solidária em  
Debate:  
Relatos do  
Encontro  
Goiano de  
Economia  
Solidária**

Volume II



## SUMÁRIO

CAPÍTULO I – Apresentação <i>Maico Roris Severino</i> .....	04
CAPÍTULO II – Desafios da Economia Solidária no atual cenário político e econômico brasileiro <i>Roberto Marinho Alves da Silva</i> .....	09
CAPÍTULO III – Pesquisa-Ação, Tecnologia Social e perspectivas na organização de cadeias produtivas adensadas com coletivo de trabalhadores associados no Pará <i>Farid Eid, Maria José de Souza Barbosa e Antônio Edson Matos de Oliveira</i> .....	19
CAPÍTULO IV – Economia Solidária e a sua interface com a Política Nacional de Resíduos Sólidos <i>Sandro Benedito Sguarezzi, Sônia Aparecida Beato Ximenes de Melo e Raimundo Nonato Cunha de França</i> .....	29
CAPÍTULO V – Projetos de ensino, pesquisa e extensão em Economia Solidária <i>Cristiane Betanho</i> .....	39
CAPÍTULO VI – PRONINC 2017: o contexto das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária <i>Layssa Maia, Felipe Addor, Thaís Oliveira, Camille Perissé, Ícaro de Souza Melo e Rosina Perez</i> .....	49
CAPÍTULO VII – Una mirada a la Economía Social y Solidaria en México <i>Agustin Ávila Romero</i> ....	59
CAPÍTULO VIII – Cooperativismo, trabalho e incubação de empreendimentos econômicos solidários .....	69
<i>Fernando Antônio Ferreira Bartholo</i> .....	69
CAPÍTULO IX – Considerações finais <i>Maico Roris Severino</i> .....	79



# CAPÍTULO I

## APRESENTAÇÃO

**Maico Roris Severino – Universidade Federal de Goiás (UFG)**

Com satisfação é apresentado neste livro uma síntese do que foi debatido no III Encontro Goiano de Economia Solidária (III EGESOL) que foi realizado período de 20 a 22 de março de 2018, no Campus II (Samambaia) da Regional Goiânia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Este evento foi promovido pela Incubadora Social da UFG, tendo como apoiadores, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UFG e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

A partir do ano de 2016 o EGESOL vem se consolidando como principal espaço de debate acerca do tema Economia Solidária no estado de Goiás.

Nesta terceira edição, o tema do EGESOL foi “Olhando o passado para multiplicação das ações de Economia Solidária no futuro”, pois em março de 2018 a Incubadora Social da UFG completou 10 anos de existência.

Assim, o Encontro Goiano de Economia Solidária, em sua terceira edição, teve como objetivo geral debater sobre a experiência acumulada ao longo destes 10 anos e ao mesmo tempo direcionar as ações futuras da Economia Solidária no estado de Goiás.

Nesta perspectiva teve-se como objetivos específicos:

- Refletir sobre a Economia Solidária;
- Debater e disseminar o conceito de Incubação de Empreendimentos Sociossolidários;
- Debater sobre metodologias de incubação;
- Proporcionar espaços para troca de experiências de processos de incubação;
- Criação e/ou fortalecimento de fóruns e redes de economia solidária em Goiás;
- Debater sobre políticas públicas associadas a economia solidária;
- A publicação deste livro.

Para atingir os objetivos propostos, no III EGESOL (2018) foram realizadas as atividades descritas a seguir e sistematizadas na figura 1.1 e na tabela 1.1:

### **Credenciamento (de 20/03/2018 a partir das 12h00min até o final do evento):**

Espaço reservado para realização e confirmação de inscrições e entrega do material do encontro.

### **Solenidade de Abertura (20/03/2018 das 14h00min às 15h00min):**

Para a abertura do evento teve-se uma solenidade apresentando as entidades envolvidas com a Economia Solidária no estado de Goiás e da instituição organizadora, tais como: o coordenador geral do evento, representante do Fórum Goiano de Economia Solidária, representante da Subsecretaria Nacional de Economia Solidária

(SENAES), representante da Central de Cooperativas de Trabalho dos(as) Catadores(as) de Materiais Recicláveis (UNIFORTE) e autoridades da instituição executora do evento (UFG), apresentando a importância do evento para a comunidade acadêmica e para a sociedade.

**Palestra de Abertura: Desafios da Economia Solidária a partir do cenário político brasileiro atual (20/03/2018 das 15h00min às 17h00min):**

Para esta atividade foi convidado para expor e debater sobre o tema o o Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN).

**Grupo de Trabalho 1: Economia Solidária e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (21/03/2018 das 09h00min às 12h00min):**

Para iniciar a discussão deste grupo de trabalho foi proferida uma palestra com o tema “Economia Solidária e a Política Nacional de Resíduos Sólidos” pelo Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi (Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT), e em seguida foi aberta a palavra aos participantes para suas contribuições, de modo especial, os integrantes das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

**Grupo de Trabalho 2: Projetos de Economia Solidária em Universidades Goianas (21/03/2018 das 14h00min às 17h00min):**

Para iniciar a discussão deste grupo de trabalho foi proferida uma palestra com o tema “Projetos de Economia Solidária em Universidades” pela Profa. Dra. Cristiane Betanho (Universidade Federal de Uberlândia – UFU), e em seguida foi aberta a palavra aos participantes para suas contribuições, de modo especial, a comunidade acadêmica que desenvolve ou tem interesse em desenvolver projetos de pesquisa e extensão no âmbito da Economia Solidária.

**Grupo de Trabalho 3: Agricultura Familiar e Economia Solidária (22/03/2018 às 09h00min das 12h00min):**

Para iniciar a atividade foram proferidas duas palestras, a primeira com o tema “Agricultura Familiar e Economia Solidária” pelo Prof. Dr. Farid Eid (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA), e posteriormente, o Prof. Dr. Agustin Ávila Romero (Universidad Intercultural de Chiapas – UNICH) apresentou o tema “Economia Solidária no México”. Após as exposições, foi aberta a palavra aos participantes para suas contribuições.

**Grupo de Trabalho 4: Instituições Goianas e Economia Solidária (22/03/2018 das 14h00min às 16h00min):**

Para iniciar a discussão deste grupo de trabalho foi proferida uma palestra com o tema “Ações institucionais de Economia Solidária” pelo Prof. Dr. Felipe Addor (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRN), e em seguida foi aberta a palavra aos participantes para suas contribuições.

**Encerramento do EGESOL 2018, Comemoração dos 10 anos da Incubadora Social e Confraternização (22/03/2018 das 16h00min às 17h00min):**

Nesta atividade o coordenador geral do evento, Prof. Dr. Maico Roris Severino, apresentou uma sistematização dos principais resultados do EGESOL 2018 (sistematizados neste livro) e anunciou os desdobramentos a partir do evento, de modo especial, data e local do IV EGESOL – 2019. Nesta atividade, também foram homenageadas as pessoas que participaram do processo de criação e consolidação da Incubadora Social e ao mesmo tempo foi realizada uma confraternização entre os participantes.



**"Olhando o passado para multiplicação das ações de Economia Solidária no futuro"**

TABELA 1.1: Programação Detalhada do III EGESOL (2018)

20/03/2018	
Horário	Atividade
12h00 às 14h00	Credenciamento
14h00 às 15h00	Solenidade de Abertura
15h00 às 17h00	<b>Palestra de Abertura: Desafios da Economia Solidária a partir do cenário político brasileiro atual</b> – Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN)
21/03/2018	
Horário	Atividade
09h00 às 12h00	<b>Grupo de Trabalho 1: Economia Solidária e a Política Nacional de Resíduos Sólidos</b> – Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi (Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT)
14h00 às 17h00	<b>Grupo de Trabalho 2: Projetos de Economia Solidária em Universidades Goianas</b> – Profa. Dra. Cristiane Betanho (Universidade Federal de Uberlândia – UFU)
22/03/2018	
Horário	Atividade
09h00 às 12h00	<b>Grupo de Trabalho 3: Agricultura Familiar e Economia Solidária</b> – Prof. Dr. Farid Eid (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA) – Prof. Dr. Agustin Ávila Romero (Universidad Intercultural de Chiapas - UNICH)
14h00 às 16h00	<b>Grupo de Trabalho 4: Instituições Goianas e Economia Solidária</b> – Prof. Dr. Felipe Addor (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)
16h00 às 17h00	<b>Encerramento do EGESOL 2018, Comemoração dos 10 anos da Incubadora Social e Confraternização</b>

Na edição de 2018 do EGESOL houve a participação de aproximadamente 150 pessoas entre professores, estudantes de graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, representantes do governo, representantes da sociedade civil, e participantes de empreendimentos de Economia Solidária, o que possibilitou um debate profícuo.

Nos próximos capítulos são apresentados alguns dos debates realizados no III EGESOL.





# CAPÍTULO 2

## DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO

Roberto Marinho Alves da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

### 1. Introdução

Nas últimas décadas, as iniciativas de economia solidária foram fomentadas e fortalecidas no Brasil a partir de organizações da sociedade civil e de movimentos populares do campo e da cidade. O trabalho associado passou a ser uma opção de promoção das capacidades de pequenos produtores e de criação de oportunidades de trabalho, renda e de melhoria das condições de vida de milhares de pessoas em situação de exclusão.

Os princípios, os valores e as práticas expressos em iniciativas econômicas solidárias possuem raízes profundas na trajetória da humanidade, estando presentes em formações sociais ancestrais baseadas na propriedade comunitária, na interdependência, na cooperação pelo trabalho e no compartilhamento de bens de uso. No final do século XVIII e durante o século XIX, essas formas organizativas da vida social foram resgatadas nos ideais libertários das grandes revoluções sociais. Quando ressurgiu no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, resgata esses mesmos ideais de valorização social do trabalho no desenvolvimento de capacidades autogestionárias de homens e mulheres, enquanto sujeitos da atividade econômica, enquanto alternativa à exploração do capital.

No entanto, os empreendimentos econômicos solidários se deparam, no dia a dia, com desafios que lhes são postos pela hegemonia das relações do mercado capitalista. Por um lado, correm o risco de degeneração e subordinação de suas práticas e valores de solidariedade e reciprocidade à lógica da eficiência para geração de excedentes. Por outro lado, esses empreendimentos precisam garantir sua sustentação, a manutenção de suas atividades de produção, distribuição e consumo, sobretudo quando foram criados com a intenção de gerar oportunidades de trabalho e de melhoria de renda ou de viabilizar, pelo associativismo e cooperativismo, a pequena produção familiar associada.

Nesse sentido, os empreendimentos da economia solidária enfrentam barreiras econômicas (produtivas e comerciais), institucionais e tributárias que limitam a plena expansão de suas capacidades. O fortalecimento e a expansão dessas iniciativas dependem muito de um ambiente institucional favorável, com o aperfeiçoamento e criação de leis e mecanismos que facilitem a formalização e funcionamento dos empreendimentos econômicos solidários, possibilitem o acesso ao crédito e infraestrutura produtiva, à educação e assessoria técnica, considerando também os aspectos tributários, creditícios e de acesso pleno à seguridade social.

A recente expansão das políticas públicas de Economia Solidária nas primeiras décadas do século XXI foi possível a partir da adesão de governos com perfil democrático e popular. Porém, neste momento, essas conquistas estão sob forte ameaça, o que exige ampliação da capacidade política das forças organizadas da economia solidária,



enquanto parte de um movimento mais amplo de democratização da sociedade brasileira. Considerando essa realidade, o presente artigo pretende contribuir para a compreensão da trajetória recente da economia solidária, tendo foco nas suas conquistas organizativas e institucionais e nos desafios que se lhes apresentam a partir da atual crise institucional no Brasil.

## **2. Avanços organizativos e conquistas de políticas públicas de economia solidária**

As iniciativas econômicas solidárias vêm sendo incentivadas no Brasil, sobretudo nas últimas décadas do século XX e neste alvorecer do século XXI, promovidas por organizações da sociedade civil (de inspiração religiosa, de mobilização social, de educação popular, etc.), instituições de ensino superior, tendo conquistado espaços políticos e apoio de governos municipais e estaduais com perfil democrático e popular. Os princípios, os valores e os significados da economia solidária foram sendo resgatados, sistematizados e disseminados pelos seus promotores, viabilizando a agregação e articulação de forças políticas em fóruns, redes e uniões que possibilitaram a abertura de espaços na agenda pública.

No final dos anos 1990, emergiu um movimento organizado para conquista de reconhecimento, fomento e fortalecimento da economia solidária no Brasil, o que resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, no fortalecimento da Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária, do Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR), da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL), da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e, mais recente, da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS).

A economia solidária adquiriu certo reconhecimento público tanto como estratégia política de ação governamental quanto como instrumento válido de enfrentamento de problemáticas socioeconômicas. Entre 2004 e 2011, o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento” passou a compor os Planos Plurianuais do Governo Federal com o objetivo de “promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário” (BRASIL, 2007). Além de oferecer alternativas de apoio ao trabalho associado às pessoas desempregadas ou em risco de desemprego, o Programa tinha, também, como finalidade apoiar iniciativas produtivas (associativas e de cooperação) que já estavam em funcionamento. As ações estavam estruturadas para promoção do desenvolvimento local e para o atendimento de demandas dos EES.

A partir de 2011, as ações de economia solidária foram inseridas nas estratégias de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), contribuindo para a geração de oportunidades de trabalho e renda com pessoas em situação de pobreza extrema. Nesse período foi possível ampliar os investimentos e dar escala às ações que viessem a contribuir com a capacidade de organização de grupos populacionais e comunidades caracterizadas por vulnerabilidades sociais, fortalecendo e expandindo o setor. No mesmo período, a política pública de economia solidária foi incorporada ao Programa Temático “Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária” do Plano Plurianual do Governo Federal (2012–2015), enquanto fortalecimento da estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial solidário e sustentável, enquanto soluções estruturantes para a dinamização de cadeias produtivas e de arranjos econômicos setoriais, com o adensamento e a verticalização da produção em redes de cooperação.

Mais do que um programa ou ações setoriais de uma área de governo, a economia solidária passou a ser disseminada e ter inserção em diversas políticas públicas: cultura, gestão ambiental (agroecologia, resíduos sólidos, consumo sustentável), desenvolvimento territorial, mulheres, jovens, igualdade racial, justiça, saúde mental, entre outras. Os espaços conquistados nessas políticas setoriais foram sendo ampliados na medida em que se expandia a adesão por parte dos próprios movimentos sociais (populares, ambientais, culturais, populares, de gênero, de defesa de direitos de cidadania) e também dos gestores de órgãos governamentais com sensibilidade para a temática. Tal realidade se refletia no PPA (2012-2015) com pelo menos 26 objetivos, 34 metas e 24 ações orçamentárias de interesse da economia solidária (BRASIL, 2012).

Com esse acumulado, a 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em novembro de 2014, formulou as diretrizes e prioridades do 1º Plano Nacional de Economia Solidária - Plano Ecosol, cujos objetivos e metas estão organizados em quatro prioridades temáticas - de produção, comercialização e consumo; de financiamento, crédito e finanças solidárias; de educação para autogestão; e de fortalecimento institucional -, tendo por orientação a seguinte visão de futuro:

A Economia solidária reconhecida social e politicamente como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, incluída num ambiente institucional adequado à legalização, financiamento, participação nos mercados e ao acesso às políticas públicas, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva autogestionária de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria de sua qualidade de vida (BRASIL, 2015).

Em 2015 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) publicou um balanço mostrando que nos últimos anos foram investidos mais de R\$ 541 milhões para apoio e fortalecimento da economia solidária, beneficiando 275 mil pessoas e quase 11 mil empreendimentos econômicos que estão em 2,5 mil municípios das 27 unidades da Federação<sup>1</sup>. No entanto, permaneceram grandes desafios para a expansão das políticas públicas de economia solidária no Brasil, entre os quais a limitação dos recursos financeiros e de estrutura institucional adequada que possibilitem ganhos de escala para atender às demandas acumuladas dos EES, sobretudo, quando se trata do atendimento às suas necessidades de acesso às tecnologias sociais, capital de giro, de infraestrutura para produção e comercialização dos seus produtos e serviços. Além das limitações de disponibilidade de recursos e de estrutura administrativa, as políticas de economia solidária prescindem de aparato jurídico e institucional que não existem ou não estão plenamente consolidados.

Não se trata apenas de fragilidades ou limitações nos instrumentos institucionais e estruturais (administrativos e de recursos) das políticas públicas de economia solidária. Em recente artigo, Silva e Silva (2017, p. 191) apontaram três dilemas fundamentais que precisam ser considerados em análises sobre o processo de institucionalização da economia solidária como política pública nacional, a partir de 2003:

O primeiro deles é a própria contradição interna recente do Estado Brasileiro, cujo Poder Executivo é exercido por um partido político com origens no movimento dos trabalhadores e nos

<sup>1</sup> “Economia Solidária Beneficia mais de 275 mil pessoas em todo país”. <http://www.mte.gov.br/noticias-mte/economia-solidaria/1138-senaes>. Acesso em 05/10/2016.

movimentos sociais e que, historicamente, apresenta um projeto de sociedade progressista na sua plataforma política, a ser executado em uma estrutura de Estado conservadora e no âmbito de uma coalizão política complexa. Outra contradição é resultante da inserção da economia solidária nas políticas estatais enquanto uma ação complementar de inclusão social pelo trabalho e geração de renda, muitas vezes de forma marginal, não sendo considerada, efetivamente, enquanto uma estratégia de desenvolvimento. Essa situação se agrava com a crise política e econômica, cujos ajustes fiscais e reformas administrativas ameaçam o conjunto de políticas sociais em desenvolvimento e, em especial, a própria condução das políticas de economia solidária. O terceiro dilema refere-se a uma racionalidade estatal de cunho mercadológica, antagônica à dimensão solidária, autogestionária e de cooperação no trabalho, inerentes à economia solidária. A forma como o Estado brasileiro desenvolve as políticas expressa uma racionalidade burocrática e autoritária cristalizadas, cujos valores são opostos aos princípios e práticas da economia solidária, dificultando o acesso direto e a concretização destas políticas no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários.

Esses são desafios que conduzem à compreensão de que as políticas públicas, mais do que programas e ações executadas pelo poder público, são estratégias de intervenção que orientam as decisões relativas à alocação de bens e recursos públicos para atender demandas e interesses considerados relevantes para a sociedade ou aquelas que foram eleitas como prioridades governamentais em determinado período ou mandato. Dessa forma, as políticas expressam as relações de poder que se estabelecem para resolução de conflitos de interesses e de tomada de decisão em um dado contexto. Essas são apenas algumas das contradições que se revelaram na medida em que a economia solidária passou a ocupar espaços institucionais, evidenciando que “coloca-se então o desafio de construir novas relações de poder a partir da democratização do Estado, com o empoderamento da sociedade com base em novos padrões de gestão social (SILVA e SILVA, 2017, p. 203)”.

Está claro que os avanços da economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento dependem fortemente do contexto político democrático, tanto com a ampliação e valorização de canais de diálogo e participação social para incidência na formulação, execução e avaliação de políticas públicas, quanto com a inclusão das estratégias da economia solidária em programas de governos democraticamente eleitos que aderem às políticas emancipatórias que são produzidas ou têm origem nas organizações sociais. Ora, é exatamente o contrário disso que estamos vivenciando hoje no Brasil.

### **3. Fragilidades institucionais e retrocessos políticos: os desafios da economia solidária no contexto da crise institucional de 2016**

O Brasil vive hoje o aprofundamento de mais uma ruptura institucional, maquiada por um processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, conduzida pelas elites políticas e econômicas representativas do capital nacional e internacional, com suporte parlamentar, midiático e jurídico que fragilizou o estado democrático de direito e impôs graves retrocessos sociais e econômicos ao povo brasileiro.

A crise teve seus primeiros sinais em 2013 e aprofundou-se a partir de novembro de 2014, conduzida pelas forças de oposição inconformadas com a derrota eleitoral para a Presidência da República, assumindo características de um golpe de estado que alterou as regras de funcionamento das instituições democráticas do estado de direito para promover mudanças no poder político sem a legitimidade da soberania popular: “Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político” (BIANCHI, 2016).

Consolidado o golpe, os interesses econômicos ficaram cada vez mais claros com o Governo Temer e seus aliados impondo uma mudança estrutural, de longo prazo, nas finanças públicas por meio da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou por 20 anos os gastos sociais do Governo Federal, modificando os critérios para cálculo

das despesas mínimas que passam a ser corrigidos pela variação da inflação do ano anterior, sem aumento real. Já as despesas financeiras, de pagamento da dívida e dos juros da dívida pública, permanecerão como está, ou seja, consumindo cerca de 44% do Orçamento Geral da União: “no fundo, estaremos tirando recursos dos mais pobres para pagar os bancos e as grandes empresas. Simples assim” (ARAÚJO, 2016).

As “reformas” propostas e conduzidas pelo governo Temer e seus aliados expressam um “programa econômico do mercado”, a começar pela flexibilização da terceirização e pela reforma trabalhista, com a perda de direitos históricos, além das propostas de reforma da previdência pública que, também, restringe o acesso a direitos. A agenda econômica inclui programas de privatização de empresas estatais e de desnacionalização, com desregulamentação de atividades econômicas estratégicas em benefício das empresas privadas nacionais e internacionais, a exemplo da exploração de petróleo, alargando o espaço para atuação das grandes petrolíferas norte-americanas. Outros setores estratégicos nacionais, como o de geração de energia, também estão sendo transferidos para empresas internacionais.

Para agravar ainda mais a situação, o ajuste fiscal implicou no desmonte de políticas públicas de desenvolvimento social e aquelas que possuíam perspectivas emancipatórias, com a extinção e rebaixamento de órgãos governamentais e a drástica redução orçamentária de políticas que haviam sido conquistadas pelos movimentos sociais e que expressavam a ampliação de direitos para segmentos da população historicamente excluída: mulheres, jovens, catadores e catadoras de materiais recicláveis, população em situação de rua, população negra, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, entre outros.

Nesse contexto, as políticas públicas de economia solidária ficaram extremamente limitadas, a começar pelo rebaixamento da SENAES à condição de Subsecretaria de Economia Solidária, conforme o Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016, com a redução de dois departamentos e a perda de cargos de direção na estrutura de gestão. Essa decisão autoritária atropelou o Conselho Nacional de Economia Solidária e rompeu com as resoluções aprovadas nas três Conferências Nacionais de Economia Solidária (2006, 2010 e 2014) que propugnavam pela ampliação do espaço institucional e das políticas de economia solidária.

Quanto às perdas de recursos públicos para incrementar as políticas públicas de economia solidária, verifica-se que o orçamento previsto para as ações da SENAES, em 2016, já representava menos de 50% do que havia sido destinado no ano anterior. Trata-se do momento de ápice da crise institucional, quando a crise política contaminou o desempenho econômico nacional fazendo cair drasticamente a receita, forçando o governo Dilma a promover um forte ajuste fiscal, ainda em 2015. No entanto, nos dois anos seguintes, já sob a gestão do Governo Temer, a baixa orçamentária deixou de ser apenas conjuntural para tornar-se estrutural, com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, cujas consequências já foram citadas neste artigo. O fato é que em 2018, o orçamento previsto da SENAES representa pouco mais de 14% do que fora previsto para o ano de 2015, conforme demonstra o gráfico a seguir:

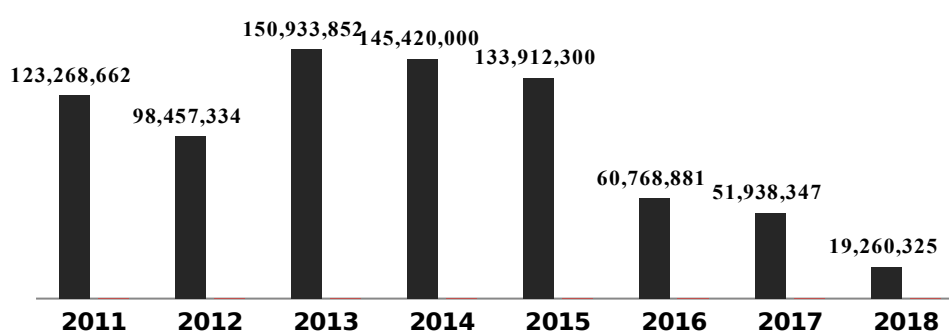


Figura 1 - Orçamento Anual da SENAES 2011 a 2018. Fonte: LOAS 2001 a 2018.

Os cortes orçamentários impactaram diretamente na descontinuidade ou na redução do apoio a projetos e ações estratégicas para o fortalecimento e expansão da economia solidária, sobretudo, quando se considera que as restrições orçamentárias não são apenas da SENAES, mas atingem outros programas e ações de apoio da esfera federal às iniciativas econômicas solidárias nas áreas do desenvolvimento rural sustentável; da educação; da economia da cultura; da coleta e reciclagem de resíduos sólidos urbanos; da ciência e tecnologia para inclusão social; da saúde mental; de direitos humanos da população em situação de rua; da autonomia econômica de mulheres e jovens e da promoção da igualdade racial, entre outras. Dessa forma, as metas estabelecidas no 1º Plano Nacional de Economia Solidária para o quadriênio 2015 - 2019 estão cada vez mais distantes de serem alcançadas, o que limita a capacidade da economia solidária contribuir para a promoção de um modelo de desenvolvimento justo, sustentável e solidário.

Para além da questão orçamentária, percebe-se uma piora geral do ambiente institucional necessário ao desenvolvimento da economia solidária no Brasil. As fragilidades institucionais ficam evidentes na redução das capacidades de incidência do Conselho Nacional de Economia Solidária sobre os rumos da política pública, bem como na lentidão da tramitação do Projeto de Lei Nacional de Economia Solidária (PLC 137/2017) e de outras matérias legislativas que ampliam direitos de reconhecimento e formalização dos empreendimentos econômicos solidários, de garantia de tratamento tributário adequado, de acesso ao crédito e investimentos, de tratamento diferenciado nas compras governamentais para os seus produtos e serviços, de fomento ao desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas, de acesso pleno à seguridade social pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. Essas iniciativas vão perdendo, cada vez mais, importância na agenda governamental, considerando que as mesmas contradizem com as atuais diretrizes governamentais de ajuste fiscal e de restrição de direitos de cidadania.

Felizmente, esses temas e questões ainda continuam sendo pautados pelas organizações (fóruns, redes e uniões) da economia solidária no Brasil que enfrentam enormes dificuldades de manter ativas suas articulações nacionais e de realizar mobilizações mais amplas que façam frente ao desmonte da política nacional. Fica cada vez mais claro que isolado em um ambiente institucional hostil, o movimento da economia solidária não consegue reverter perdas nem retomar os processos de fomento e fortalecimento das suas iniciativas, o que requer seu engajamento em frentes populares mais amplas que denunciem e lutem contra as formas autoritárias de desmonte das políticas públicas, as reformas privatistas e as constantes investidas contra os direitos sociais conquistados pelo povo brasileiro.

#### **4. Considerações finais**

As reflexões aqui realizadas indicam que a economia solidária é portadora de um conjunto de potencialidades inovadoras (econômicas, políticas, socioculturais e ambientais) que podem ser estrategicamente orientadas para a construção de novas dinâmicas de sustentabilidade econômica do desenvolvimento com geração e redistribuição social das riquezas. Porém, para avançar nessa perspectiva, é preciso enfrentar desafios estruturais e conjunturais que limitam suas capacidades políticas para conquistar um ambiente societário e institucional favorável à sua expansão.

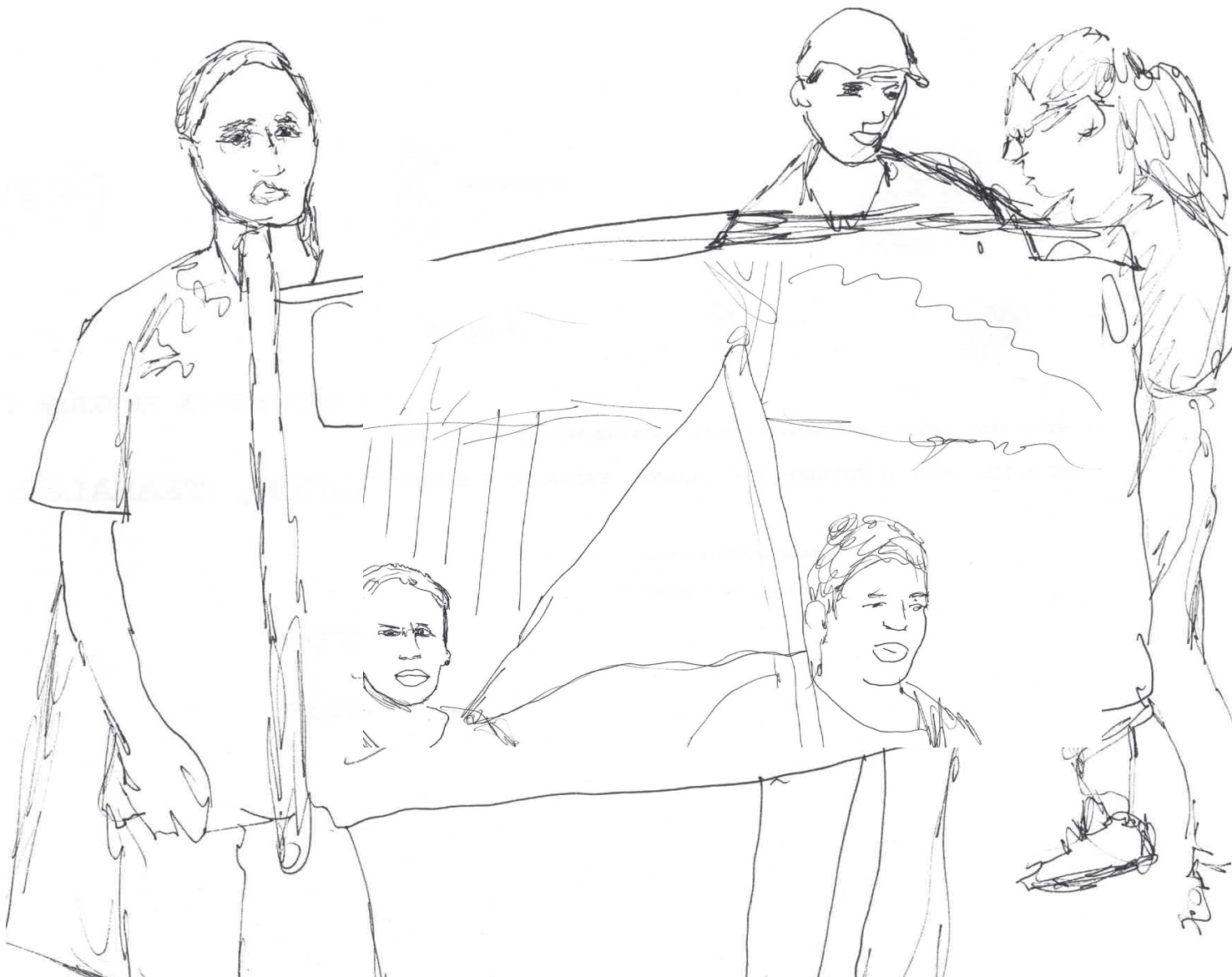
---

2      Elaboração própria com base nas Leis Orçamentárias Anuais disponibilizadas no Senado Federal no Sistema Siga Brasil (<http://www.sigabrasil.gov.br>) e no Portal da Câmara Federal (<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>). Foram considerados os programas e ações orçamentárias executadas pela SENAES/MTE.

Permanece o risco da degeneração ou descaracterização da economia solidária ao ser tratada como um tipo ou expressão de empreendedorismo para geração de trabalho e renda. Mais do que nunca, é preciso considerar que as diversas iniciativas econômicas solidárias resultam de processos complexos em contextos históricos variados e que estão em disputa quanto aos seus significados e horizontes políticos e ideológicos. Ou seja, é a própria economia solidária que está em disputa enquanto instrumento de resistência e de contraposição ao modo capitalista de produção, ou então como uma alternativa funcional à reprodução da hegemonia do capital.

Outro desafio que merece atenção no atual contexto, refere-se aos padrões autoritários de gestão das políticas governamentais. Assiste-se a um processo crescente de desvalorização dos instrumentos de participação e controle social juntamente com uma campanha midiática de desmoralização das forças políticas de esquerda e de criminalização dos movimentos populares, limitando o exercício do poder político por meio de mecanismos ou canais democráticos de participação direta. Não são raros os casos de desmonte autoritário e de mudança de orientação de políticas municipais de economia solidária após os resultados das eleições de 2016. A fragilização dos processos democráticos abre brechas para padrões de gestão patrimonialistas, paternalistas e clientelistas que contradizem com os princípios, valores e práticas históricas da autogestão.

Nesse contexto, a alternativa que se coloca para a economia solidária é a da resistência enquanto parte de um movimento mais amplo de (re)democratização da sociedade brasileira, engajada na construção de um projeto nacional e popular de desenvolvimento, que promova a justiça social com a superação das desigualdades sociais, impulse as capacidades criativas e produtivas em harmonia com a natureza e fortaleça a participação cidadã nos destinos da nação.



## Referências

ARAÚJO, T. B. A PEC 55 (antiga 241) é a máquina brasileira de produzir desigualdade. Porto Alegre: Instituto Humanitas/Unisinos e Adital, 2016. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/562338-tania-bacelar-a-pec-55-antiga-241-e-a-maquina-brasileira-de-produzir-desigualdade>

BRASIL. Plano plurianual 2008-2011: desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade. Brasília: MPOG, 2007. Disponível em [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2008/081015\\_ppa\\_2008\\_mespres.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2008/081015_ppa_2008_mespres.pdf). Acesso em: 12 de outubro de 2014.

BRASIL. Plano plurianual 2012-2015: plano mais Brasil, mais desenvolvimento, mais igualdade, mais participação. Brasília: MPOG, 2012. Disponível em [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2012/mensagem\\_presidencial\\_ppa.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2012/mensagem_presidencial_ppa.pdf). Acesso em: 12 de outubro de 2014.

BRASIL. 1º Plano nacional de economia solidária: Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidária, 2015. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2016.

BIANCHI, A. O que é um golpe de Estado. Blog Junho, 26 mar. 2016. Disponível em [blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/](http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/). Acesso em: 20 de março de 2017.

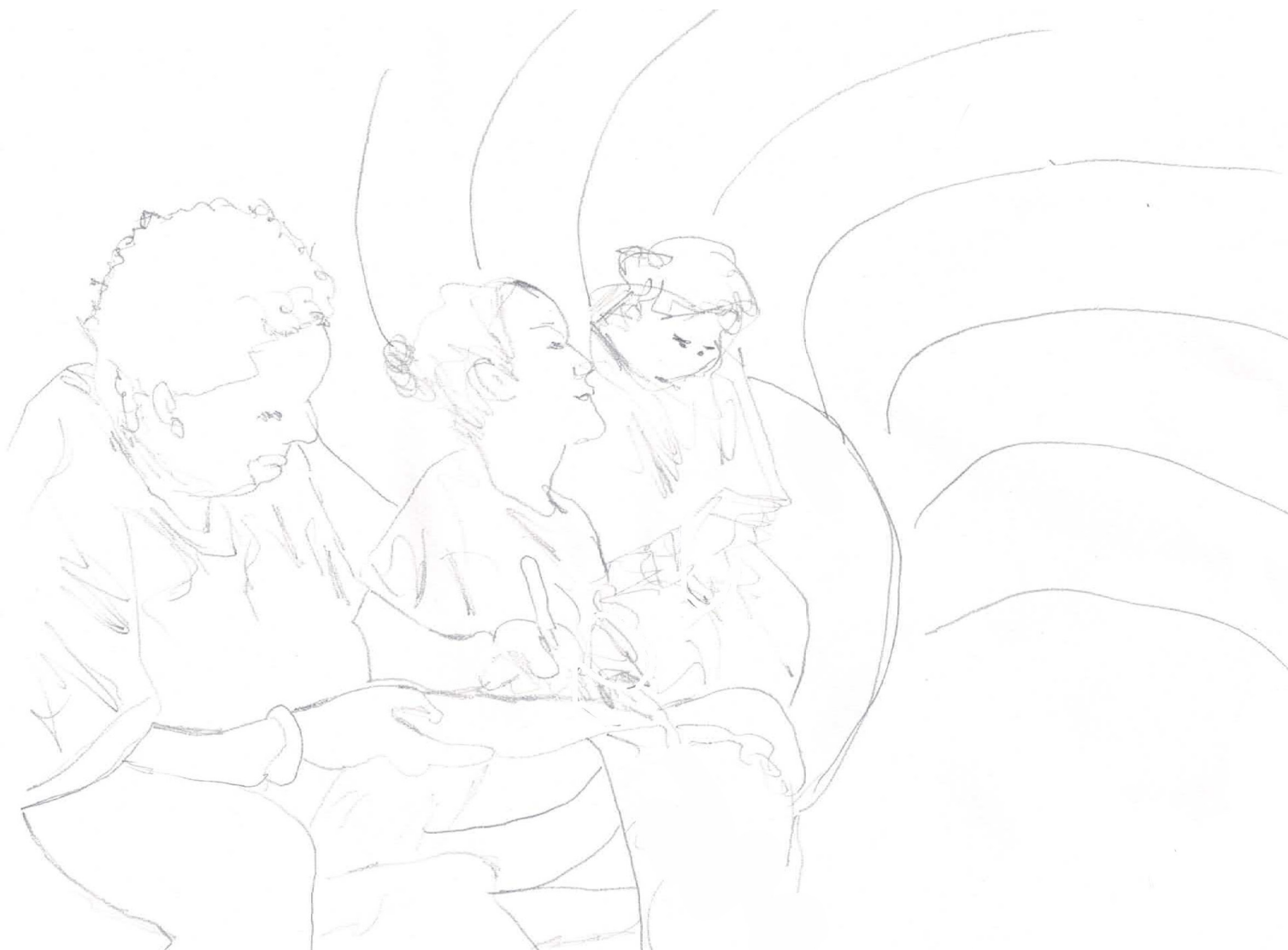
IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017. Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica número 34. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

OXFAM Brasil. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. Relatório da OXFAM 2017. São Paulo: Oxfam, 2017. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio\\_A\\_distancia\\_que\\_nos\\_une.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf). Acesso em: 20 de maio de 2017.

OXFAM Internacional. Recompensem o trabalho, não a riqueza. Documento informativo da OXFAM Internacional. Oxford: Oxfam, 2018. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/arquivos/recompensem\\_o\\_trabalho\\_ao\\_riqueza.pdf](https://www.oxfam.org.br/arquivos/recompensem_o_trabalho_ao_riqueza.pdf). Acesso em: 20 de março de 2018.

SILVA, R. M. A; SILVA, R. B. A construção do ambiente institucional da Economia Solidária no Brasil: dilemas e contradições. In: Desigualdade social e políticas sociais: estudos sobre expressões da questão social e políticas de enfrentamento a pobreza na cidade e no campo. 1 ed. Jundiaí : Paco Editorial, 2017, v.1, p. 183-205.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.





## CAPÍTULO 3

### PESQUISA-AÇÃO, TECNOLOGIA SOCIAL E PERSPECTIVAS NA ORGANIZAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS ADENSADAS COM COLETIVOS DE TRABALHADORES ASSOCIADOS NO PARÁ

**Farid Eid – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)**

**Maria José de Souza Barbosa – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)**

**Antônio Edson Matos de Oliveira – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)**

#### 1. INTRODUÇÃO

O projeto “Agricultura sustentável no Pará: da produção à comercialização de empreendimentos econômicos solidários” foi executado em 2016 pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Trabalho, Tecnologia Social e Desenvolvimento da Amazônia (GETS), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicada (ICSA) Campus Belém da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O projeto visou revitalizar atividades de produção avícola, suinocultura, piscicultura e horta orgânica, implantados pelo projeto Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Peri-urbana na Região Metropolitana de Belém (CAAUP 2007-2010), executado pelo GETS, financiado pela Secretaria de Segurança Alimentar (SESAN), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).



No projeto anterior e no projeto, em apresentação, foram realizados processos de mobilização e sensibilização dos empreendimentos, para ações de formação e de assessoria técnica voltadas à implantação e expansão de atividades agrícolas: criação de aves, suínos, peixes, hortas orgânicas comunitárias e caseiras.

Em 2016, o projeto trouxe inovação ao dinamizar mecanismos de capacitação e formação voltados à aplicação de conhecimentos gerados sob a base de tecnologias sociais, contemplando saberes coletivos das populações locais adaptadas para não gerar impactos negativos. As ações de capacidade técnica foram organizadas de modo a favorecer as organizações sócio produtivas, condição para autogestão no manuseio dos equipamentos.

A execução do projeto foi executada em quatro empreendimentos na Ilha de Mosqueiro, Região Metropolitana de Belém (RMB), estado do Pará, a saber: Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Mártires de Abril (APROAMA); Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Paulo Fonteles (APRAPAF); Agricultores da Marimari (APAMM) e a Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Esperança Viva – AMPAEV.

Dos quatro empreendimentos em que se aplicou a pesquisa-ação, os dois primeiros empreendimentos são de famílias assentadas da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a terceira

é uma comunidade rural vinculada ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a quarta é comunidade peri-urbana oriunda do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), impactada pela expansão do perímetro urbano da Ilha de Mosqueiro (dados em apêndice), um extenso território turístico. Em seu território pode-se verificar produção agrícola, tanto de formato empresarial, com grande extensão de terra (implantação de dendê, de modo experimental), quanto da agricultura familiar camponesa.

Nos últimos anos, vem ocorrendo um processo intenso de especulação imobiliária, particularmente, por situar-se a cerca de 60 km da cidade de Belém, capital do estado. Outro fator recente são as fábricas instaladas ao longo da BR 316 e no perímetro que liga Belém à ilha, a exemplo das fábricas da Natura e da Cervejaria Heineken.

## 2. PESQUISA-AÇÃO NO PROJETO

Na pesquisa-ação, a formação e o assessoramento constituem-se como fases do processo dialógico entre o saber e o fazer, momentos que passam a se constituir como algo entrelaçado, a fim de estabelecer elos de conexão entre o pensar e o agir no processo de conhecimento e de transformação da realidade concreta.

Desta forma, os conteúdos trabalhados nas ações desenvolvidas partiram das vivências, que foram tematizadas a fim de favorecer a reflexão e a compreensão dos problemas detectados nos momentos do estudo exploratório e do diagnóstico dos problemas identificados. Nesse processo, criou-se estratégias adequadas para a melhor solução relacionadas à produção, à gestão e à comercialização.

Os profissionais envolvidos nas dinâmicas de formação e assessoramento técnico buscavam contribuir para o aprendizado de novas habilidades, com vistas à impulsionar a produção, o manuseio na pós-colheita, a melhoria dos produtos para o autoconsumo, mas também, técnicas de comercialização dos excedentes, com divulgação do produto e apresentação do produto (limpo e bem cuidado), venda em sistema de entrega porta-a-porta, cesta básica de produtos de produto orgânico e possibilidade de visita aos lotes, mas também da venda em tenda próxima aos lotes, organizada na própria comunidade, ampliando o mercado local e, em consequência, a geração de renda.

Este processo de pesquisa-ação era avaliado de forma permanente e dialógica. Tratava-se refletir sobre o conjunto das atividades desenvolvidas, tanto nos momentos de sala, quando se discutia o conteúdo teórico, quanto nos momentos da prática, as quais foram realizadas sob alternância pedagógica.

No processo de planejamento para a construção das oficinas discutiu-se a questão da certificação dos cursos e das atividades de aplicação prática, quando se decidiu que era necessário, no mínimo, 75% de frequência da carga horária de atividade (20h sala e 20h prática), aqueles que obtiveram avaliação positiva em todas as etapas e cumpriram todas as atividades, obtiveram certificação emitida pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em Agroecologia e Economia Solidária, como consta em anexo. No total foram confeccionados e entregues 178 certificados em cerimônia, com a presença de toda a equipe de formadores.

Em acordo com a metodologia da pesquisa-ação todo o processo de execução foi realizado na relação direta entre pesquisadores e produtores, portanto, cada fase do projeto passou pela avaliação e aceitação dos empreendimentos econômicos solidários, particularmente àquelas relativas à melhoria da produção e criação/dinamização de espaços de comercialização, a fim de reduzir custos, mas sem gerar danos ao meio ambiente.

Para garantir a validação dos procedimentos foi necessária a criação de um Conselho Gestor para cada área<sup>3</sup>, a fim de constituir uma dinâmica de gestão participativa, no sentido de facilitar o envolvimento dos sujeitos dos empreendimentos econômicos solidários em toda a execução das atividades, para cumprimento de cada meta, as quais eram periodicamente planejadas e avaliadas, visando facilitar a compreensão das problemáticas levantadas e discutidas coletivamente, para encaminhar soluções consideradas mais adequadas. Uma consequência da pesquisa-ação, que nos “remete ao exercício concreto e um esforço para realizar trocas e indagações permanentes, a fim de compreender os meandros de suas vivências pessoais e coletivas para facilitar a construção de um conhecimento novo e desalienado” (BARBOSA; EID, 2012).

A relação de troca entre conhecimento e vivências concretas leva a um diálogo estabelecido por meio de uma linguagem acessível e decodificada, na medida em que o tecnicismo acadêmico-científico é traduzido em experiências práticas dos sujeitos envolvidos no processo de formação. Cria-se, assim, um ambiente propício à construção de saberes estabelecidos por regras de confiança e de desconstrução de códigos científicos, tendo em vista que todos portam “...conhecimentos gestados no cotidiano da vida em sociedade e que todos são capazes de um diálogo aberto, visando articular pensamento e fala na ação e na reflexão” (Idem).

Para o início do trabalho propriamente dito elaborou-se um termo de cooperação, os quais foram assinados pelos quatro empreendimentos pós-incubados, na medida em que a primeira fase de implantação foi precedido de um processo de mobilização e sensibilização, tendo em vista que estes empreendimentos haviam passado por um processo de incubação entre os anos de 2010-2011, com ações de formação e de assessoria técnica voltadas à implantação do CAAUP (Centro de Apoio a Agricultura Urbana e Peri-Urbana), com a estruturação de atividades agrícolas de criação de aves, suínos, peixes, hortas orgânicas comunitárias e caseiras.

As atividades desenvolvidas anteriormente favoreceram uma multiplicidade de ações e dimensões para o agir coletivo, na medida em que havia um aprendizado organizacional proporcionado naquele momento de apreensão da realidade, a partir das ações de formação e assistência técnica em áreas agrônômicas, socioeconômicas, administrativas e jurídicas, demandadas de acordo com as dificuldades e necessidades de suas práticas de produção e gestão participava dos sujeitos associadas.

Assim, o atendimento das demandas específicas desses empreendimentos partiu de um conhecimento apoiado na análise das experiências concretas, ou seja, no próprio processo de execução das atividades planejadas, as quais haviam sido sistematizadas e interpretadas, contribuindo assim para o avanço nas rotinas cotidianas da vida prática e dos ambientes de trabalho.

E, a partir das discussões das atividades anteriores, procedeu-se a análise e deliberação sobre o planejamento de novas ações. Neste sentido, o Conselho Gestor, constituído por representantes dos quatro empreendimentos e da equipe do GETS foi uma estrutura pensada para garantir a participação dos sujeitos envolvidos, cujos representantes das áreas eram escolhidos pelos próprios empreendimentos.

Assim, o GETS partiu do método da pesquisa-ação, a fim de garantir a participação e o envolvimento efetivo de pesquisadores (coordenação e técnicos) e dos sujeitos da pesquisa (produtores dos empreendimentos) em todas as fases do projeto. Uma condição para a apresentação, discussão e deliberação das propostas e alternativas demandadas pelos empreendimentos pós-incubados, em que a ação conjunta é essencial para a criação de saberes sob a relação estreita entre teoria e prática e entre pesquisa e a ação constante (MORIN, 2004).

---

3 Os Conselhos Gestores foram criados em cada empreendimento com a participação de representantes eleitos pelos trabalhadores associados e da equipe de técnicos-pesquisadores.

A pesquisa-ação, dessa forma, permitiu a construção de estratégias emergentes no próprio Conselho Gestor, com base nas avaliações dadas pelas observações e realização das atividades planejadas, as quais eram confrontadas com as capacidades técnicas e habilidades para resolução dos problemas apresentados, quando não havia capacidade técnica na equipe buscava-se em outras instituições a partir de articulação e cooperação com outros grupos de pesquisa e na Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (INCUBITEC – IFPA/Campus Castanhal), a fim de promover e acarretar mudanças desejáveis.

Nesse âmbito, construiu-se um espaço-tempo pedagógico ditado pela troca de saberes em interação, em que as ações de pesquisa e extensão passaram a estruturar processos de conhecimento articulados às experiências práticas implicadas pela realidade dos sujeitos vinculados aos respectivos empreendimentos. Desta forma, a gestão do projeto deu-se de modo participativo com o compromisso de todos os sujeitos envolvidos, cujas ações eram mediadas pelo Conselho Gestor e no decorrer do processo se consolidou uma rede de intercooperação entre empreendimentos e o GETS.

A retomada do trabalho, portanto, teve aceitação imediata e buscou recuperar questões que precisavam ser vivificadas, na medida em que os empreendimentos haviam dado continuidade às ações da agricultura sustentável realizadas no âmbito do CAAUP, como dito anteriormente. Em 2016 os empreendimentos passaram a fazer parte da feira de produtos agroecológicos de Belém, que acontece no sábado na Praça Batista Campos e na Praça Brasil, ambas situadas em bairros da classe média da cidade (MATOS, 2017).

### **3. CONSELHO GESTOR COMO MÓVEL DA TOMADA DE DECISÃO COLETIVA**

A dinâmica de gestão, formação e assessoria técnica desenvolvida deu continuidade à prática da gestão participativa no CAAUP, uma vez que este método também foi utilizado em ações em processos metodológicos de empreendimentos pós-incubados, que pressupõe a troca de conhecimentos técnicos e conhecimentos populares, por meio de um processo dialógico (EID, 2004).

Com base nessas diretrizes iniciou-se a apresentação detalhada do projeto, quando se colocou a necessidade da participação dos empreendimentos. Como resultado dessa reunião que ocorreu na comunidade Dorothy Stang II, criou-se o Conselho Gestor com a participação de representantes de todas as áreas e a equipe do projeto. Neste momento, deu-se importância ao desenvolvimento organizacional dos empreendimentos (EID, 2012).

O Conselho Gestor reunia-se de forma alternada, periodicamente, para que todas as comunidades pudessem ter acesso às discussões, debates, planejamento e tomada de decisão, pois se constituía em um espaço aberto, assim, outros associados podiam contribuir nas discussões e encaminhamentos das ações e atividades que seriam executadas, como na organização das agendas e do cronograma de realização dos cursos das assessorias técnicas, além de terem a oportunidade de avaliar o andamento do projeto.

Este Conselho visou o processo de planejamento, monitoramento e avaliação das ações executadas; a gestão participativa possibilitou a análise das dificuldades, mas também da formulação de alternativas e soluções para os problemas enfrentados no decorrer das atividades. Esse formato garantiu a tomada de decisões coletivas. Abaixo se apresenta o quadro relativo à representação no Conselho Gestor, com a participação de três pessoas de cada empreendimento, totalizando doze pessoas, seis homens e seis mulheres.

As atividades de caráter participativo tiveram como objetivo envolver os sujeitos protagonistas em todas as fases da pesquisa-ação, como: levantamentos de dados, sistematização das informações, avaliação e monitoramento das atividades realizadas, cujos resultados obtidos, em cada fase, eram avaliados no contexto da execução, dimensionando as experiências e o potencial de eficácia e de inovação, a fim de potencializar as atividades da cooperação e superação dos gargalos identificados de modo coletivo.

Neste processo de gestão, a troca de experiências entre os beneficiários e a equipe tornou-se um elemento essencial para a resolução de problemas, mas também para o êxito das atividades. A gestão participativa<sup>4</sup> permitia o envolvimento dos associados “na definição de metas e objetivos, na resolução de problemas, no processo de tomada de decisão, no acesso à informação e no controle da execução (SANTOS et al, 2001, p.2).

Destaca-se que o Conselho Gestor teve papel importante para a tomada de decisões, a exemplo da alteração de uma demanda inicial dos empreendimentos relativa à aquisição de equipamentos (computadores, impressores e máquinas fotográficas<sup>5</sup>) para o apoio à gestão, com recursos de capital. No entanto, as discussões no âmbito do Conselho Gestor geraram um fato novo relacionado ao trabalho penoso.

Os associados queixavam-se de dificuldades para o manuseio de instrumentos de trabalho (enxada, terço, draga entre outros equipamentos que exigiam esforço físico), decorrente do envelhecimento dos trabalhadores(as) e do trabalho manual, considerado penoso, o que estava gerando, inclusive, a redução das áreas de produção e do desenvolvimento de outras linhas de produção devido ao trabalho árduo de tais tarefas.

As discussões levaram a um levantamento sobre o que seria possível fazer e chegou-se ao entendimento sobre a compra de quatro motoniveladoras com carroceria, uma para cada empreendimento, a fim de reduzir o trabalho penoso.

Tal decisão levou a introdução de equipamentos mecânicos, uma inovação tecnológica que poupou o trabalho manual. Essas novas ferramentas correspondiam ao processo de mecanização agrícola de baixo impacto, facilitando as atividades de produção e de transporte dos produtos dos empreendimentos para o mercado local, substituindo instrumentos de trabalho tradicionais em atividades produtivas nos agroecossistemas, particularmente no manejo, produção, transporte e comercialização.

Nas fotos abaixo pode-se observar que havia momentos de discussões ampliadas do Conselho Gestor, embora não houvesse restrição para que qualquer pessoa pudesse participar da tomada de decisão; cabia ao Conselho Gestor, os encaminhamentos das deliberações, pois eram responsáveis por toda a dinâmica de execução das ações e metas traçadas.

Assim, como o projeto voltava-se a dinamizar mecanismos de capacitação e formação de pessoas para aplicar conhecimentos gerados sob a base de tecnologias sociais, contemplando saberes coletivos das populações locais, introduziu-se tecnologias adaptadas e que não gerasse grandes impactos, pois as ações decorrentes teriam que considerar a capacidade técnica dos sujeitos das organizações sócio produtivas, condição para autogestão no manuseio dos equipamentos, com a finalidade de: a) apoiar as ações de formação e assessoria técnica na área da produção vegetal, que proporcionasse atividade prática/produtiva de maior qualidade para os grupos envolvidos; b) incentivar outras famílias na produção de hortaliças e cultivos anuais (macaxeira, mandioca, milho e arroz); c)

4 No organograma 1 e no quadro 3 deste relatório está demonstrado a estruturação e formação do conselho Gestor.

5 Esses equipamentos seriam importantes para facilitar a elaboração, sistematização e registo das ações e da documentação dos empreendimentos.

diminuir o trabalho penoso na execução das ações, tendo em vista que na maioria das comunidades há uma parcela de pessoas com idade avançada; d) contribuir para o escoamento da produção no mercado local, sendo necessário equipamento que possibilitasse pequenos trajetos de 1 a 10 km, pois o mercado local localiza-se cerca de 7 km dos empreendimentos; e) incentivar o trabalho cooperativo e coletivo, tendo em vista que o equipamento seria de uso comunitário; f) proporcionasse a elevação da produção, assim o equipamento deveria contribuir no preparo das áreas e no manejo, bem como no transporte de adubo, sementes e limpeza dos lotes; g) reduzir o custo de produção, com manutenção de baixo custo; h) tecnologia com baixo impacto para o solo, para pequenas áreas de produção, desta forma teria que possuir lâminas de corte superficial do solo, para não prejudicar a fertilidade da primeira camada.

#### 4. EQUIPAMENTO MECÂNICO DE BAIXO IMPACTO E REDUÇÃO DO TRABALHO PENOSO

A introdução de processos de trabalho, com o uso de instrumentos de trabalho para mecanização agrícola e transporte, com tecnologia de baixo impacto não corrobora para destituir a presença dos trabalhadores, tampouco gera demanda para a inserção de mão-de-obra assalariada, uma característica da produção capitalista, mas ao contrário mantém a centralidade do trabalho ao mesmo tempo em que reduz o trabalho penoso.

Os trabalhadores da agricultura familiar camponesa, desta forma, assimilam novas técnicas e criam novas habilidades, que, em consequência, proporcionam a organização da produção e do processo de trabalho efetuado de modo mais ágil.

Fotos 1 e 2: Motoniveladoras, momentos de contemplação e preparação do solo



Fonte: Acervo do GETS, 2016.



Fonte: Acervo do GETS, 2016.

A tecnologia da mecanização agrícola contribuiu para o processo de produção, distribuição e circulação de produtos da agricultura familiar camponesa, fortalecendo o mercado local, como condição de valorização da cultura e da soberania alimentar, na medida em que a produção daí decorrente estrutura-se sob pilares do autoconsumo e de comercialização do excedente.

As imagens abaixo mostram o uso de motocultivadora nas atividades produtivas dos empreendimentos, no transporte de maniva e de capim para a produção de compostagem, no Assentamento Paulo Fonteles.

Fotos 3 e 4: Transporte de equipamentos e capim para forragem



Fonte: Acervo do GETS, 2016.



Fonte: Acervo do GETS, 2016.

Nessas áreas, as famílias utilizavam instrumentos de trabalho rústicos para o manejo da produção, o que dificultava a realização do trabalho, seja em termos de tempo, seja em relação ao trabalho penoso, os quais afetavam o resultado da produção. Nesses espaços dificilmente se consegue algum tipo de transformação e beneficiamento dos produtos; quando ocorre, se dá por processos de agroindustrialização artesanal, como o aproveitamento de frutas em compotas, a produção de licores e xaropes com frutas e ervas dos quintais agroecológicos.

## 5. TECNOLOGIA SOCIAL

Para Caporal e Costa Beber (1994), o fato dos agricultores e suas famílias deterem saberes tradicionais, transmitidos na prática de cultivos e nas narrativas orais, os qualificam na troca com os saberes adquiridos na academia. Esse pressuposto é valorizado pelo GETS, pois nas ações implementadas há a interação desses diferentes saberes, visando a construção social de conhecimentos científicos que passam a ser integrados na gestão e uso de recursos dos agroecossistemas existentes, na perspectiva de desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

A troca de conhecimento é estratégica na construção de tecnologias sociais como se desenvolveu durante a execução do trabalho, tanto no Conselho Gestor, quanto na execução das atividades dos Coletivos de Trabalhadores Associados nas quatro áreas de assentamentos.

A introdução de processos de trabalho, com o uso de instrumentos de trabalho para mecanização agrícola e transporte, com tecnologia de baixo impacto, não corrobora para destituir a presença dos trabalhadores, tampouco gera demanda para a inserção de mão-de-obra assalariada, uma característica da produção capitalista, mas ao contrário mantém a centralidade do trabalho ao mesmo tempo em que reduz o trabalho penoso.

Desta forma, trabalhadores da agricultura familiar camponesa assimilam novas técnicas e criam novas habilidades, que, em consequência, proporcionam a organização da produção e do processo de trabalho efetuado de modo mais ágil.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto visou dinamizar mecanismos de capacitação e formação de pessoas para aplicar conhecimentos gerados sob a base de tecnologias sociais, contemplando saberes coletivos das populações locais, embora com introdução de tecnologias adaptadas evitando impactos na capacidade técnica dos sujeitos das organizações sócio produtivas.

A mecanização agrícola contribuiu para o processo de produção, distribuição e circulação de produtos da agricultura familiar camponesa, fortalecendo o mercado local, como condição de valorização da cultura e da soberania alimentar, na medida em que a produção daí decorrente estrutura-se sob pilares do autoconsumo e de comercialização do excedente.

## 6. REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M.J. de S.; EID, Farid. Formação profissional para atuar com empreendimentos solidários na região amazônica. In: UNIVERSIDADE, COMUNIDADE E ASSOCIATIVISMO experiências de extensão, pesquisa e ensino na ITCPES da UFPA. Belém: ICSA, 2012.
- CAPORAL, F. R.; COSTA BEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. Reforma Agrária, v.24, n.3, p.70-90, set./dez. 1994.
- EID Farid (2004) Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: TRABALHO E EDUCAÇÃO - Arquitetos, Abelhas e Outros Tecelões da Economia Popular Solidária. 1 ed. Aparecida – São Paulo: Ideias & Letras, 2004, v.1, p. 167- 188.
- \_\_\_\_\_. Economia Solidária, Desenvolvimento Organizacional e Cooperativismo Rural In Estrategias y acciones de desarrollo rural a través de cooperativas y emprendimientos Solidarios. Baixo tocantins (Pará-Brasil), Universidad de Alicante, Espanha, 2012, p.29-54.
- MORIN, Andre. Pesquisa-ação Integrada e Sistêmica: uma antropopedagogia renovada/Andre Morin. Trad. Michel Thiollent-Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- OLIVEIRA, A. E. M. Assessoria Técnica na atividade de extensão em agroecossistemas nas áreas de reforma agrária na ilha de Mosqueiro (PA). In: Universidade, Comunidade e Associativismo: experiências de extensão, pesquisa e ensino na ITCPES da UFPA. Belém: ICSA/UFPA, 2012, v.1. p. 232266.
- SANTOS, Andréa Cardoso dos; LOPES, Leonardo Ferreira; GRAÇA, Raquel Martins; ALBERTO Silmara das Graças; NUNES, Thalles de Castro; RUTKOWSKI, Jacqueline. Gestão participativa: uma alternativa viável para o século XXI. XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Curitiba – PR, 23 a 25 de outubro de 2002.





## CAPÍTULO 4

### ECONOMIA SOLIDÁRIA E A SUA INTERFACE COM A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍ- DUOS SÓLIDOS

**Sandro Benedito Sguarezi – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)**

**Sônia Aparecida Beato Ximenes de Melo – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)**

**Raimundo Nonato Cunha de França – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)**



#### **1 Introdução**

O texto tem por objetivo o desafio de elaborar uma análise sobre a política pública de economia solidária e sua interface com a política nacional de resíduos sólidos num espaço de construção democrática entre, 2002 e 2015. O problema que se deseja investigar é: Até que ponto essas políticas públicas dialogam? Elas efetivamente contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

A estratégia da investigação valorizou experiência em pesquisa-ação e a pesquisa participante, sustentada pela pesquisa bibliográfica e documental ampliada pela observação de campo em incubadoras de tecnologia popular, programas de extensão e trabalhos de pesquisa em três programas de pós-graduação.

O ponto inicial de aproximação com os Catadores se dá, à partir de 2004, quando a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) cria o Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho (NECOMT), vinculado a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNI-

TRABALHO) e depois em 2006, quando cria o Grupo de pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável e as Transformações no Mundo do Trabalho (GDRS), certificado pelo CNPq em 2006. Um dos objetivos do GDRS era atuar diretamente com os Catadores.

Em 2007 a UNEMAT/NECOMT/GDRS apoiaram via processo de incubação estrategicamente a criação da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN) e a implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos no município de Tangará da Serra-MT. Em 2011, dado o histórico de incubação do NECOMT foi institucionalizado o Programa Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS).

Em 2012, a UNEMAT/NECOMT/GDRS/IOCASS apoiaram a criação da Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso (REDE CATAMATO) que teve como proponente a Coopertan junto com a Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Várzea Grande (ASSCAVAG) e a Cooperativa Chapadense de Materiais Recicláveis (COOPCHAMAR). A constituição dessa Rede obteve apoio e financiamento da Fundação Banco do Brasil (FBB).

Hoje a Rede CATAMATO conta com 113 sócios e é formada por 03 (três) Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) localizados em diferentes municípios do Mato Grosso. A Rede caminha para a sua institucionalização (com recursos da Cáritas-União Europeia) sob a forma de uma cooperativa de segundo grau desenvolvendo alianças estratégicas e a intercooperação. O processo de organização da Rede CATAMATO foi desenvolvido através de metodologias participativas e com base nos princípios da Economia Solidária, educação popular, autogestão e redes de cooperação solidária.

O desafio agora é a consolidação da Rede CATAMATO, objetivo estratégico que está sendo construído com o apoio do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Essas ações procuram mostrar as contribuições do cooperativismo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, essas discussões ganharam espaço na pós-graduação, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Programa de Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção (PPGASP).

Com base nessa experiência e desse posto de observação que surgem essas reflexões que apontam como resultados um estreita relação entre a política pública de economia solidaria e sua interface com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

É importante compreender etimologicamente a utilização da palavra política e do termo políticas públicas. Tanto a política como as políticas públicas estão relacionadas com o poder social. Enquanto a política é um conceito amplo, relacionado com o poder de modo geral, as políticas públicas correspondem às resoluções específicas de como manejar e planejar os assuntos de interesses públicos. As políticas públicas resultam da atividade pública, requerem ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais uma decisão política (DIAS, 2012).

A política pública consiste no processo de construção de uma ordem em que são conciliados diferentes interesses, dentro de uma participação no poder, proporcional à sua importância para o bem-estar da sociedade. São decisões que visam atender à satisfação do interesse da coletividade e demandas especificamente selecionadas.

Didaticamente as políticas públicas são esquematizadas em quatro principais etapas: Formulação, execução, monitoramento e avaliação. Possibilitando uma ampla visão desde a inclusão da política pública na agenda

governamental até a avaliação de sua efetivação. Envolve em sua formulação diferentes atores e níveis de decisão. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. São materializadas por meio dos governos, no entanto, atores informais são também importantes (SOUZA, 2006).

Nesse sentido, alguns movimentos sociais, nesse caso específico o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) desempenhou papel importante na formulação de políticas públicas por meio de ações desenvolvidas, principalmente nas últimas décadas, após a redemocratização do país e frente aos crescentes problemas sociais como o aumento da pobreza, das desigualdades, da poluição (produção de lixo) e dos efeitos das mudanças climáticas, têm exigido da sociedade civil a organização para o enfrentamento desses problemas, buscando a construção de alternativas tecnológicas e sociais e políticas públicas que possam melhorar a vida das pessoas. Nesse contexto de economia excludente que o cooperativismo ressurgiu numa nova roupagem e no conceito de economia solidária. E também surge a política nacional de resíduos sólidos.

Os resultados dessa reflexão mostram que as duas políticas avançaram bastante, porém ainda há um trajeto longo a percorrer. A operacionalização dessas políticas encontra entraves nas relações entre estado e sociedade civil e comportam dificuldades na sua execução. Porém, quando dialogam promovem uma forte transformação social, inclusão socioproductiva, ampliam a qualidade de vida dos trabalhadores e responsabilidade com o cuidado com o meio ambiente e, ainda diminuem custos na gestão de resíduos sólidos. Embora, mesmo relegadas a segundo plano essas duas políticas mostraram a necessidade de um diálogo entre estado e sociedade civil no sentido alçar essas políticas para um plano estratégico. Visto que ambas contribuem de forma significativa para alcançar pelo menos 09 (nove) dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

## **2 Referencial Teórico**

Com vistas a proporcionar um sistema conceitual, bem como uma fundamentação teórica da pesquisa, procedeu-se a elaboração da revisão bibliográfica referente aos principais conceitos abordados na pesquisa.

### **2.1 Política Nacional de Economia Solidária**

Após a Segunda Guerra Mundial com a divisão do mundo entre comunistas/socialistas e capitalistas/neoliberais o mundo passou por um processo de reestruturação produtiva e chegou a financeirização do capital, espelho do pensamento e prática neoliberal. Na contramão dessa história está a luta dos trabalhadores que buscam formas de organizações alternativas. É nesse cenário que surge a economia solidária.

A economia solidária é o modo de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo, que privilegia o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade. Ao democratizar as relações sociais de produção, contribui para a emancipação do trabalho, considerando o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica (SILVA, 2011; FARIA; SANCHEZ, 2011).

Meados dos anos 60 em meio à crise da dívida e a desregulamentação social que se seguiu, um grande setor da população economicamente ativa foi excluído da economia formal. Graças à diferentes formas de solidariedade baseadas na ajuda mútua, no associativismo, na cooperação na comunidade, essa população sobreviveu e produziu formas alternativas ao modelo hegemônico. A economia informal serviu de refúgio para aproximadamente 35% da população ativa, segundo estimativas para a América Latina, e muitas empresas passaram a trabalhar de forma terceirizada, precarizando relações de trabalho (LAVILLE, 2010).

Parte dessa população se organizou e deu uma resposta popular para essa difícil situação econômica. Como já havia ocorrido quase dois séculos antes, o crescimento de formas mais associativas correspondia a uma afirmação de solidariedade na perpetuação da cooperação dentro dos grupos elementares. As primeiras cooperativas formadas por trabalhadores no século XVIII inspiraram a autogestão como modelo de sociedade, como um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 1998).

No final século XX, os debates sobre economia solidária foram intensificados, principalmente na economia e na política. Um dos aspectos mais importantes das transformações que afetaram o mundo associativo, foi o aumento da força de suas atividades econômicas (DEMOUSTIER et al., 2003; PROUTEAU et al., 2003; LAVILLE, 2010).

A segunda característica marcante é o surgimento de uma sociedade civil mundial definida como a esfera de atividades e relações transnacionais criadas por atores coletivos dos movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil, independentes de governos e empresas privadas, atuando em mercados dentro e fora do Estado. As modificações no capitalismo mundial colaboraram para reativação dos debates sobre formas alternativas de desenvolvimento (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002; LAVILLE, 2006; SINGER, 2003a; FRANÇA FILHO, 2006; QUIJANO, 2002).

Foi nesta época em que as pessoas começaram a analisar que as atividades realizadas em grupo tinham mais sucesso que as individualizadas, principalmente quando se tratava de poucas quantidades. Como é o caso das redes de colaboração solidária que buscam enfatizar as relações entre diversidades que se integram, ou seja, os fluxos de elementos circulantes nessas relações (MANCÉ; 2009, p. 278).

A economia solidária como um movimento alternativo ao projeto hegemônico se liga aos princípios da auto-eco-organização defendidos por Morin (1990) vinculados à teoria da complexidade, a transdisciplinaridade e aos paradigmas emergentes de ciência explicitados por Santos (1999). Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são compostos especialmente por trabalhadores menos qualificados, proporcionando alternativas de trabalho e renda, inclusive social e política para sujeitos que de alguma forma foram excluídos mercado de trabalho ou estão incluídos de forma insegura, incerta e precária. Os princípios que balizam esses empreendimentos são: participação democrática, coletiva e autogestionária, com partilha igualitária entre os membros (TIRIBA, 2004).

As experiências de economia solidária desenvolvidas no Brasil possuem características que podem ser identificadas em organizações socioeconômicas, que promovem a cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares em áreas urbanas e rurais, nos chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), sob a forma de cooperativas populares, associações de pequenos produtores, grupos informais e redes de cooperação, entre outras. Estão presentes em modos de organização da produção e da vida de povos e comunidades tradicionais e foram resgatadas em lutas históricas de resistência de trabalhadores, no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, se contrapondo ao um modo de produção, que mantém a exploração do trabalho como base da acumulação de capital e explora a natureza como fonte inesgotável de recurso.

De acordo com Singer (2002) e Souza (2006), os EES vêm apresentando, encorajador panorama de crescimento e expansão. A partir de meados da década de 1990 os processos de articulação, sistematização e ampliação das iniciativas solidárias são priorizados, se consolidaram com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, no ano 2001, no Fórum Social Mundial. Na passagem 2002–2003, teremos a disputa eleitoral

que resultou na condução de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Nela, os atores que estavam nas movimentações nacionais da Economia Solidária que vinham pautando o FSM resolveram realizar uma primeira Plenária Nacional para discutir a possibilidade de fundar um Fórum Brasileiro para o movimento que então crescia (KLEIMANN, 2006).

Em 2002, foi realizada a Primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária (PBES), com a elaboração de uma Plataforma Nacional de Economia Solidária (PNES). Em 2003, no ano seguinte, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para estimular e incentivar as organizações ligadas à economia solidária em todo território brasileiro, produto do esforço político conjunto de uma série de organizações (SGUAREZI, 2011; SILVA, 2011).

De 2003 em diante, para construir a política nacional de economia solidária foram realizadas três Conferências Nacionais de Economia Solidária, sendo que a última ocorreu em 2014. Foram muitos os desafios conforme pode ser verificado na linha do tempo (Quadro 1).



PERÍODO	PRINCIPAIS AÇÕES E POLÍTICAS
1980 a 1995	Estruturação da organização do trabalho.
1992	Surgem as ITCP's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares).
1996 a 2001	Expansão da articulação das instituições universitárias com os movimentos sociais e do terceiro setor; expansão das atividades das igrejas na ajuda aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES's), organismos como a Cáritas continuam por acompanhar os EES's.
1997	Criação da Fundação Unitrabalho, uma Rede interuniversitária de estudos e pesquisas sobre o trabalho. "Realiza projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social." (UNITRABALHO, 2015).
1998	Primeiro encontro de ITCP's uma troca de experiências entre a ITCP Ceará e a ITCP do RJ.
1999	Acontece o evento "Economia dos Setores Populares".
2001	I Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES.
2002	I Plenária Brasileira de Economia Solidária (Dez. 2002) em São Paulo, SP Criação do Secretaria Nacional de Economia Solidária
2003	II Pleária Brasileira de Economia Solidária (Jan. 2003) em Porto Alegre, RS. III Plenária Brasileira de Economia Solidária com mobilização de 17 Estados; criação dos fóruns Estaduais e Regionais Decreto Nº 4.764, de 24 de junho de 2003 cria o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Aprovado pelo Congresso, tornou-se a Lei nº 10.683/2003.
2004	Criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária com trabalhadoras/es de todos os estados (13 e 15 de ago.). Criação de centros públicos de Economia Solidária e conjunto com prefeituras e governos de estado. Passou a integrar o Plano Plurianuais do Governo Federal.
2005	Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil.
2006	I CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília (26 - 29 jun.).
2007	Ampliação da base de dados do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil.
2008	IV Plenária do FBES (30 de Mar.) com a participação: (Abcred, Anteag, Concrab, Ecosol, Unicafe, Unisol Brasil); entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa e fomento (ADS/CUT, Cáritas Brasileira, FASE Nacional, Ibase, IMS, PACS, Rede ITCPs, Rede Unitrabalho); redes mistas (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária); e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.
2010	DECRETO Nº 7.358, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010. Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional. II CONAES - Conferências Nacionais de Economia Solidária (16-18 jun.). 2010 a 2013 Segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil.
2011	Reorganização - a FBES passa a ser composta por: União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafe), Cáritas Brasileira, Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs) e Rede Unitrabalho.
2012	V Plenária Nacional (9 - 13 de dez.).
2012	PL 4685/2012: Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), cria o Sistema Nacional de Economia Solidária.
2013	Fechamento do Mapeamento da Economia Solidária no Brasil.
2014	III CONAES - Conferências Nacionais de Economia Solidária
2015	Encontro Nacional Conhecimento e Tecnologia: Inclusão Socioeconômica de Catadores de Materiais Recicláveis.
2017	PL 4685/2012: Aprovada a Redação Final (31 out.) Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) (31 out.). Tramite - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 283/2017/PS-GSE (08 out.).

QUADRO 1 - Linha do tempo da economia solidária. Fonte: Autores (2018).

O Projeto de Lei 4685/2012 que dispõe sobre a política nacional de economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o sistema nacional de economia solidária e dá outras providências, apesar de ter tramitado no “Governo do Povo” encontra-se desde 2012 aguardando aprovação pelo Congresso Nacional. A implementação e o desenvolvimento dessas políticas públicas “Dependem tanto do compromisso político e dos esforços governamentais quanto da capacidade política das forças organizadas da economia solidária enquanto parte do movimento de democratização da sociedade brasileira” (SILVA, 2017, p. 26).

As atividades econômicas desenvolvidas pelos EES resultam numa extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Uma das atividades de grande importância são os EES ligados à cadeia produtiva do resíduos sólidos, que por sua vez dialoga com a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010a).

## **2.2 Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**

A construção da política pública de resíduos sólidos no Brasil se dá no âmbito da política ambiental com inclusão social e no contexto da gestão dos serviços urbanos de limpeza pública (RIBEIRO; BESEN, 2007; BESEN, 2008; RIBEIRO et al., 2009). Este modelo é defendido desde a década de 1990 por organizações da sociedade civil, pelo Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), por técnicos do poder público, e pesquisadores. O enfrentamento dos desafios socioambientais para o desenvolvimento local exige novos modelos de cooperação e parcerias entre governo e sociedade que articulem inclusão social, geração de renda e preservação ambiental (BURSZTYN, 2000; JACOBI, 2000; JACOBI, 2006).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305 de 2010, na qual surgiu com novas providências alterando a lei 9.605/98 caminhou ao encontro das necessidades latentes da modernidade. A sociedade moderna vive uma crise ética, moral, econômica e ambiental. É nesse contexto que se situa a problemática dos resíduos sólidos. A construção desse marco normativo no âmbito da gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos se deu num espaço de disputa entre os interesses do capital e do trabalho.

A PNRS estabeleceu diversos instrumentos de regulação, entre eles destacam-se: os planos de resíduos sólidos, a logística reversa, a coleta seletiva, os acordos setoriais, a educação ambiental e os sistemas de informações ambientais (BARBOSA, 2015). A PNRS compõe como um de seus princípios a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

A PNRS busca valorizar o trabalho dos Catadores. Em seu artigo 22, parágrafo segundo apresenta: “Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, o responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos deverá priorizar a contratação de organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (PNRS, 2010). A redação proposta pelo MNCR não queria apenas a prioridade na contratação de organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda. O MNCR queria a obrigatoriedade. Porém no campo de disputa política não conseguiu avançar no sentido da obrigatoriedade.

Essa política busca fomentar a gestão integrada dos resíduos sólidos, atribuindo as responsabilidades a todos que usam ou produzem resíduos, ou seja, ao consumidor, ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, ao fabricante e ao importador de produtos e aos revendedores, comerciantes e distribuidores de produtos.

A PNRS tem como um dos seus objetivos incentivar a reciclagem de resíduos sólidos e o correto manejo desses materiais pela lógica da logística reversa, com intuito de obrigar os fabricantes, distribuidores e vendedores a recolherem embalagens usadas, a PNRS, em relação aos resíduos sólidos urbanos determina que as empresas e os cidadãos façam a separação dos resíduos domésticos nas cidades onde há coleta seletiva. Além disso, catadores e indústrias de reciclagem receberão incentivos da União e os municípios só receberão recursos do governo federal para projetos de saneamento básico, limpeza pública e manejo de resíduos depois de aprovarem seus planos de gestão de resíduos sólidos (PASSARINHO, 2010).

Em termo de inovação, a PNRS, a partir da Lei federal n. 12.305/2010, considerou a igualdade de participação dos atores sociais (catadores, prefeitos, empresários, tecnocratas) por cada expediente de corresponsabilidade e envolvimento da comunidade no gerenciamento dos resíduos sólidos, ao conceber o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Para promover ações de capacitação, formação e assistência técnica, com vistas ao fortalecimento das organizações sociais e produtivas das catadoras e catadores de materiais recicláveis e das formas de autogestão dos empreendimentos econômicos solidários foi instituído, em 2007, o programa CATAFORTE.

O programa CATAFORTE é uma parceria entre a Secretaria Geral, Fundação Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras e Banco do Brasil.

Em 2007 teve início o CATAFORTE I. Esse programa possibilitou a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos. Nessa fase, dez mil e seiscentos trabalhadores e trabalhadoras de vinte e dois estados e do Distrito Federal receberam capacitação e assistência técnica, visando a formalização dos empreendimentos, a melhoria das condições de trabalho e de renda e o estímulo à formação de Redes de Cooperação.

Em 2010, foi lançada o edital da segunda fase do programa, conhecida como CATAFORTE II – Logística Solidária, pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Esse projeto possibilitou a inserção competitiva das redes de cooperativas e associações de materiais recicláveis nos sistemas públicos de coleta seletiva, bem como nos processos de logística para o setor privado e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis. Para isso, o projeto proporcionou a aquisição de veículos e assistência técnica na elaboração e implantação de planos de logística solidária, viabilizando o aumento de suas capacidades operacionais de coleta, transporte e comercialização. Foram destinados 140 caminhões para 35 redes em quinze estados.

Em 2013 em sua terceira fase o Projeto CATAFORTE III – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias tem como fundamentos orientadores: a) o fortalecimento das redes solidárias; b) a autogestão e vitalidade associativa; c) empreendimentos com a lógica de negócio sustentável e solidário; d) as ações em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com o Programa Pró-Catador.

Com o intuito de valorizar e dar visibilidade à atividade de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e das associações e cooperativas que abrigam esses trabalhadores foi instituído o Programa Pró-Catador através do Decreto n. 7405 de 2010. O Programa Pró-Catador, tem a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento (BRASIL, 2010b).



O Programa prevê ações nas áreas de capacitação, formação, assessoria técnica, incubação de cooperativas e empreendimentos sociais solidários, pesquisas e estudos sobre o ciclo de vida dos produtos e a responsabilidade compartilhada, aquisição de equipamentos, máquinas e veículos, implantação e adaptação de infra estrutura física e a organização de redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de trabalhadores em materiais recicláveis e reutilizáveis (BRASIL, 2010b).

Além do que, as políticas públicas e as regulamentações sobre os resíduos sólidos são bastante recentes – como é o caso da responsabilidade compartilhada dos geradores e do poder público pelo ciclo de vida dos produtos que encontra-se em vias de implementação. Ainda, há outras leis, como o Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257/01), a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº. 6.938/81), a de saneamento básico (Lei nº. 11.445/07), as quais, apesar de não tratarem especificamente de resíduos sólidos, possuem confluências no seu trato e no seu planejamento estratégico, assim como diversas resoluções do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

A evolução legal relacionada PNRS, dentre as principais políticas e ações do Governo Federal, para inserção das cooperativas na cadeia e reciclagem no Brasil desacatam-se, conforme demonstrado no Quadro 2.

ANO	PRINCIPAIS AÇÕES E POLÍTICAS
1980	Especialmente com a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei no 6.938/81).
1991	Projeto de Lei 203 dispõe sobre acondicionamento, coleta, tratamento, transporte e destinação dos resíduos de serviços de saúde.
1999	Proposição Conama 259 intitulada Diretrizes Técnicas para a Gestão de Resíduos Sólidos. Aprovada pelo plenário do conselho, mas não chegou a ser publicada.
2001	Cria e implementa Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos com o objetivo de apreciar as matérias contempladas nos projetos de lei apensados ao Projeto de Lei 203/91 e formular uma proposta substitutiva global. 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; 1ª Marcha Nacional da População de Rua, com 3.000 participantes.
2002	CBO 192/2012 - Reconhecimento da Ocupação Catadores de Materiais Recicláveis
2003	CRIAÇÃO DO CIISC - (Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis); I Congresso Latino-Americano de Catadores, que propõe formação profissional, erradicação dos lixões, responsabilização dos geradores de resíduos. Criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Saneamento Ambiental a fim de promover a integração das ações de saneamento ambiental, no âmbito do governo federal. GT reestrutura o setor de saneamento e resulta na criação do Programa Resíduos Sólidos Urbanos; Realizada a I Conferência de Meio Ambiente.
2006	DECRETO 5.940/06 – Implementa a Coleta Seletiva Solidária nos Órgãos Federais e destina os resíduos para as cooperativas e associações de catadores. Aprovado relatórios que trata da PL 203/91 acrescido da liberação da importação de pneus usados no Brasil.
2007	Propõe o PL 1991. O projeto de lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei 11.445/07 – Política Nacional de Saneamento Básico - Contratação de Cooperativas e Associações com dispensa de licitação pelas prefeituras para o serviço de Coleta Seletiva do município considera que os catadores são prestadores de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e não apenas mão de obra terceirizada. Lei dos Consórcios Públicos (Lei nº11.107/1995), e seu Decreto regulamentado (Decreto nº. 6.017/2007).

2010	<p>Lei 203/91, do Senado, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e impõe obrigações aos empresários, aos governos e aos cidadãos no gerenciamento dos resíduos (11 mar.).</p> <p>IN Nº 01 / MPOG - Compras Sustentáveis - Ações ambientalmente sustentáveis.</p> <p>LDO / 2010 - Permite repasse direto às Cooperativas e Associações de Catadores.</p> <p>Programa CATAFORTE II - Logística Solidária</p> <p>II CONAES - Conferências Nacionais de Economia Solidária (16-18 jun.).</p> <p>LEI 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404. Integração dos Catadores nas ações de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.</p> <p>DECRETO 7.405/10 - Institui o Programa Pró-Catador; Reestruturação do CIISC - Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis e o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003.</p> <p>Lei 12.375 - Art. 5 e 6 - Crédito Presumido de IPI para indústrias que comprarem resíduos de catadores.</p> <p>Decreto 7.217 - Considera as cooperativas e associações como prestadores de serviço público de manejo de resíduos sólidos.</p>
2011	<p>DECRETO 7.619/11 - Regulamenta a concessão de Crédito Presumido do Imposto sobre produtos Industrializados.</p> <p>Plano Nacional de Resíduos Sólidos</p>
2013	Programam CATAFORTE III - Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias
2015	Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2014, de autoria da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, constante dos autógrafos em anexo, que “Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010”.

QUADRO 2 - Principais ações e Políticas de Resíduos Sólidos. Fonte: Autores (2018).

Um dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é o “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania”. Assim é necessário que as ações devem ser resultadas em ações voltadas para a inclusão social e a emancipação econômica de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2010a).

No art. 36 da PNRS § 1º dispõe que o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação (BRASIL, 2010a).

A responsabilidade de melhoria nas condições de trabalho dos catadores, no fortalecimento e verticalização da cadeia produtiva da reciclagem passa pelo empenho da sociedade em fazer a coleta seletiva, pelo compromisso governamental em diversas ações, mas também exige das indústrias assumir suas responsabilidades com a PNRS. Metello e Sant’ana (2016) defendem um caminho que passa pela na promoção da contratação formal das cooperativas para operar o sistema de coleta seletiva pelos municípios; avanços formais nos acordos setoriais da logística reversa, principalmente no incentivo ao acordo setorial de embalagens e eletrônicos, com intensa participação dos catadores; na promoção verticalização da cadeia industrial da reciclagem operada por redes de cooperativas de catadores; direcionamento estratégico das políticas públicas para incentivar a coleta e a reciclagem do chamado lixo eletrônico, uma vez que os valores por tonelada dos materiais recicláveis desses resíduos são muito maiores que os do papel, do material PET ou do alumínio.

Esse último parágrafo retrata bem a necessidade do diálogo entre a política pública de economia solidária e a política nacional de resíduos sólidos.

### 3 Considerações finais

Apesar dos conflitos da luta de classes não se explicitarem de forma tão radical no período entre 2002 e 2015, no campo da política essa luta foi intensa para os movimentos sociais. A adoção do tal neodesenvolvimentismo baseada na expansão do consumo, na produção de commodities e no rentismo dos grandes bancos o país alcançou sucessivos superávits na balança comercial, o aumento real do salário mínimo, o desemprego quase chegou a índices de pleno emprego não garantiu que o país tivesse a inclusão social prometida. E em 2016 o país mergulhou no caos da crise política que agravou a crise econômica.

Esse contexto mostra quanto é fundamental a organização dos trabalhadores. Não se pode negar que nesse período o Brasil avançou em termos de democratização das políticas públicas. Porém, os interesses dos trabalhadores nunca foram a prioridade. Também não podemos negar que existe uma interface entre a política pública de economia solidária e a política nacional de resíduos sólidos. Porém o que se observa é que ambas as políticas ficaram relegadas a um segundo plano nas diferentes esferas de poder. Basta verificar o que dispõe o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2014, de autoria da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, constante dos autógrafos em anexo, que “Prorroga o prazo para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos de que trata o art. 54 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010”.

Embora, mesmo relegadas a segundo plano essas duas políticas mostraram seu poder de inclusão socioprodutiva e seu compromisso com a proteção do meio ambiente. Isto posto, é fundamental alçar essas políticas para um plano estratégico. Criar mecanismos de financiamento para ampliar a educação no cooperativismo, ampliar a coleta seletiva, ampliar os acordos setoriais e colocar em prática os acordos de logística reversa em setores ainda precários, buscar a desoneração fiscal do setor e verticalizar a produção da cadeia produtiva da reciclagem via redes de cooperativas são ações estratégicas que fortalecem a interface dessas duas políticas. Vejo o que aponta o estudo sobre A comercialização dos Resíduos Sólidos Urbanos de plásticos no Estado de São Paulo:

Oito cooperativas produziram plástico moído (flocos); seis, plástico granulado; cinco, em pellets; dezessete, plástico aglutinado; e uma cooperativa, em pó, como apresentado na tabela 4. Estes tipos de beneficiamento do plástico conferem maior agregação de valor ao produto, e normalmente são realizados pelas empresas que possuem equipamentos e conhecimentos específicos para o desenvolvimento desta atividade. Assim, as cooperativas que beneficiam os plásticos têm a oportunidade de agregar maior valor ao produto e comercializar diretamente com as indústrias. No entanto, estas cooperativas precisam de grande volume de material para manter os equipamentos em funcionamento. (GUTIERREZ; GITAHY: 2016, p. 551).

Esse recorte, ao contexto do setor plásticos em São Paulo, mostra um pouco essa possibilidade. Mostra ainda a importância de uma boa articulação de um acordo setorial. Deixa explícito igualmente que as redes de cooperativas são estratégicas para agregar valor e verticalizar a cadeia produtiva da reciclagem trazendo a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas de economia solidária e de resíduos sólidos e sua contribuição para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Pode-se afirmar que essas duas políticas contribuem de forma significativa para alcançar pelo menos 09 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre eles: “Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”. Portanto, juntas essas políticas garantem a sustentabilidade, praticamente em todas as suas dimensões.

## Referências

- AMARO, Aurélio B; VERDUM, Roberto. Política nacional de resíduos sólidos e suas interfaces com o espaço geográfico: entre conquistas e desafios. Ed. Letra n. 1, p. 9-10, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147902/001001696.pdf?sequence=1>>. Acesso em 20 ago.2017.
- BESSEN, G. R. Sustentabilidade dos programas de coleta seletiva com inclusão social: avanços, desafios e indicadores. In: IV Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – Anppas 4 a 6 de junho de 2008. Anais... Brasília, 2008.
- BRASIL, Lei N° 12.305 de 02 de agosto de 2010a - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
- BRASIL. DECRETO N° 7.405, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm)>. Acesso em 28 set. 2016.
- BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, m. (Org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- DEMOUSTIER, D.; ROUSSELIÈRE, D.; CLERC, J. M.; CASSIER, B. L'entreprise collective: Unité et diversité de l'économie sociale et solidaire, RECMA. Revue internationale de l'économie sociale, 82(290), 56-73, 2003.
- DESLAURIERS, J.P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008 (p. 127-153).
- DIAS, R. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. p. 3.
- FARIA, M. S.; SANCHEZ, F. J. B. A Economia Solidária no Governo Federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação Internacional. In: Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. Benini [et al] (org). 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- FRANÇA FILHO, G.C. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- GUTIERREZ, Rafaela Francisconi.; GITAHY, Leda. A comercialização dos resíduos sólidos urbanos de plásticos no Estado de São Paulo. In: JAQUETTO PEREIRA, Bruna Cristina.; GOES, Fernanda Lira (orgs). Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. CAPÍTULO 23. p. 537-558.
- JACOBI, P. R. (Org.). Gestão compartilhada de resíduos sólidos no Brasil – inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, 2006.
- JACOBI, P. R. Políticas sociais e ampliação da cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

- KLEIMANN, Fernando. A economia solidária como política pública no governo lula. p. 73-81. In: Org. ZART, Laudemir Luiz.; CONSTANTINO DOS SANTOS, Josivaldo. Educação e Socioeconômica Solidária. Interação Universidade - Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária. Vol. 2 (2006). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.
- LAVILLE, J. Ação pública e economia solidária na França. In: FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- LAVILLE, Jean-Louis. The solidarity economy: an international movement. RCCS Annual Review. A selection from the Portuguese journal. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 2, n. 2, 2010.
- MANCE, Euclides André. A Revolução das Redes de Colaboração Solidária. Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas, Sevilla, 2005. Disponível em: <[http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A\\_Revolucao\\_das\\_Redde\\_de\\_Colaboracao\\_Solidaria.pdf](http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redde_de_Colaboracao_Solidaria.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.
- MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2015. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em 05 nov. 2017.
- PATIAS, Tiago Zardin et al. Modelos de análise da inovação social: o que temos até agora? Rev Bras.Gestão e Inovação, v. 4, n. 2, p. 125-147, 2017.
- PROUTEAU, Gaëlle; SCAILLET, Bruno. Experimental constraints on the origin of the 1991 Pinatubo dacite. Journal of Petrology, v. 44, n. 12, p. 2203-2241, 2003.
- QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In.: SOUZA SANTOS, B.(Org.). Produzir para viver, 2002.
- RIBEIRO, H.; BESEN, G. R. Panorama da coleta seletiva no Brasil: desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso. InterfacEHS, São Paulo: SENAC, v. 2, p. 1-6, 2007.
- RIBEIRO, H.; BESEN, G. R.; GUNTHER, W. M. R.; JACOBI, P. R.; DEMAJOROVIC, J.; VIVEIROS, M. Coleta seletiva com inclusão social: cooperativismo e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2009.
- SANT'ANA, Diogo de.; METELLO, Daniela. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: JAQUETTO PEREIRA, Bruna Cristina.; GOES, Fernanda Lira (orgs). Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. CAPÍTULO 1. p. 21-44.
- SANTOS, B.S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B.S. (org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Boaventura de S. Um discurso sobre as ciências. 11 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SGUAREZI, Sandro B.; BORGES, Juliano, L. Educação e sócioeconomia solidária: práxis educacional e desenvolvimento social. v. 5. Série Sociedade Solidária. Editora CRV/Editora Unemat: Curitiba, 2011.
- SILVA, R. M. A. Políticas públicas de Economia Solidária: avanços, desafios e perspectivas. Revista Diálogo, Canoas n. 18 jan-jun. 2011.
- SILVA, R.M.A. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: conquistas de direitos e desafios institucionais. Revista mundo do trabalho contemporâneo, São Paulo, v. 1, n. 1, 2017, p.8-34.
- SILVA, S. P. A Economia Solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo. Revista Otra Economía, Buenos Aires, v. 4, n. 7, p. 62-82, 2º semestre, 2010.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. Economía solidaria. Um modo de producción y distribución. CORAGGIO, J.L. La economía social desde la periferia: contribuciones latino-americanas. Buenos Aires: Altamira, 2007.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A.R. (Orgs.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003a.7

SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A.R. (orgs.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003b.

SINGER, Paul. A economia solidária no governo federal. 2004. mercado de trabalho | 24 | ago 2004 IPEA

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul.-dez. 2006.

TIRIBA, Lia. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação. Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: Ideias e Letras, p. 75-101, 2004.



## CAPÍTULO 5

### PROJETOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Cristiane Betanho – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

#### 1. Introdução

Estamos participando, com muita honra, da terceira edição do Encontro Goiano de Economia Solidária. Reconhecemos a importância do evento e sobretudo a oportunidade de reunirmos professores, técnicos, discentes, pesquisadores e extensionistas, trabalhadores e sociedade, em torno da temática da Economia Solidária.

Nesta edição, coube-nos contribuir na reflexão sobre possibilidades de projetos de ensino, pesquisa e extensão em Economia Solidária, tendo por base o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Apresentaremos um histórico da criação do Cieps e sua organização regionalizada e transdisciplinar, os coletivos que assessoramos, nossa atuação em projetos ancorados no tripé acadêmico, e finalmente refletiremos sobre os limites e desafios que enfrentamos, enquanto trabalhadores, na realização prática dos princípios da Economia Solidária.

Analisando geograficamente, estamos muito próximos de Goiânia, portanto podemos realizar muitas trocas entre nossas regiões. Esperamos que esta reflexão possa contribuir no processo.

#### 2. A Economia Solidária e suas redes de cooperação

##### 2.1 Considerações gerais

O movimento que se constituiu na abordagem denominada Economia Solidária tem aproximadamente 30 anos no Brasil. O início de sua disseminação se deu em meados década de 1980, ainda de forma descentralizada (SINGER e SOUZA, 2000), quando parte das forças produtivas nacionais foram a pique. Na década de 1990, chegou-se a níveis alarmantes de desemprego no campo e na cidade, por conta da incorporação de empresas brasileiras por organizações transnacionais.

Parte da população não foi reabsorvida nas novas funções de trabalho criadas pelas novas tecnologias adotadas por essas empresas, dadas as limitadas oportunidades de requalificação, e passou a viver do subemprego e de práticas da economia informal, intensificando a precarização das relações de trabalho (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Foi nesse contexto que movimentos sociais emancipatórios da classe trabalhadora e grupos de trabalhadores expurgados do mercado formal de trabalho, e grupos de nunca incluídos (como camponeses e catadores de recicláveis), buscaram juntar forças. Aproveitando habilidades desenvolvidas ao longo da vida e buscando reduzir os riscos de investimento por meio da associação de esforços, reúnem-se em grupos que pretendem relacionar-se com a sociedade (BETANHO e FERNANDES, 2017).

Foi a partir do Fórum Social Mundial de 2001, em Porto Alegre, que a Economia Solidária começou a tomar corpo. Inscrita tanto na esfera social quanto econômica, a abordagem funda um movimento social de tra-



balhadores, rurais e urbanos, que fundam Organizações Produtivas Solidárias (OPS), em que ao mesmo tempo os trabalhadores administram e produzem valor. Os trabalhadores que se envolvem na criação das OPS, em sua gestão e na produção de valor para a sociedade, em primeiro lugar, criam postos de trabalho para si próprios e depois buscam a geração de excedentes (BETANHO e FERNANDES, 2017). Nessa perspectiva, os princípios da EPS e as características das OPS constituem-se um caminho para questionar o modo de produção capitalista, seus resultados sobre o bem-viver dos trabalhadores e seus impactos em relação ao desenvolvimento humano na sua totalidade.

Esse movimento encontra eco dentro das universidades, que criaram incubadoras e estruturas de fomento para organizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir da temática. Na próxima seção, apresentaremos a trajetória do mesmo na Universidade Federal de Uberlândia.

## 2.2 A trajetória da Economia Solidária na UFU

A Universidade Federal de Uberlândia utiliza como lema “UFU - um bem público a serviço do Brasil”. Buscando espaço para a realização do lema, movimentos emancipatórios da classe trabalhadora reivindicaram junto à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (hoje PROEXC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura), espaço e recursos para projetos de geração de trabalho e renda com a população de baixa renda da área de atuação da UFU.

Nesta perspectiva, no ano de 2001 a PROEXC, em consonância com os movimentos emancipatórios da classe trabalhadora de Uberlândia e região, promoveu a criação do Fórum Permanente de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Olívia Calábria (FOL). Olívia Calábria foi professora e militante comunista em organizações populares de mulheres, jovens, estudantes e sindicatos de trabalhadores em Uberlândia. O FOL tem como objetivo proporcionar espaço para dialogar propositiva e criativamente com a comunidade, tendo em vista o levantamento e atendimento das suas demandas, contando com o apoio das ações extensionistas e científicas da universidade. As ações são planejadas, desenvolvidas e avaliadas em parceria com sindicatos e associações de trabalhadores(as), centrais sindicais, não-governamentais (ONGs), organizações, movimentos ou manifestações culturais, entidades estudantis secundaristas e universitárias, prefeituras municipais e núcleos de estudos e pesquisas da UFU.

As ações do FOL deram origem a outra reivindicação, a criação de uma incubadora para organizações produtivas solidárias no âmbito da universidade. Em 2003, esse pleito foi acolhido pela PROEXC, com a designação de um grupo de trabalho para realizar o estudo da viabilidade da criação da incubadora. Os movimentos emancipatórios da classe trabalhadora participam ativamente desse estudo, via FOL.

Os movimentos e suas organizações criaram cooperativas autogestionárias nesse período, visando a evidenciar a massa crítica de trabalhadores que precisavam de assessoramento de uma incubadora solidária da UFU. Nessa direção, a Central de Movimentos Populares (CMP) criou, em 2004, a Coopercciu (Cooperativa dos trabalhadores da construção civil de Uberlândia) e, nos anos seguintes, foram criadas iniciativas no campo da coleta seletiva, artesanato e panificação, que pediram o apoio da universidade para seus projetos de geração de trabalho e renda.

Diante do quadro, em 2005 foi criada, como programa de extensão, a Incubadora de Economia Solidária (INES). Os primeiros recursos de estruturação da incubadora vieram de emendas parlamentares e da própria UFU. A incubadora foi institucionalizada na estrutura universitária em 2008, com o nome Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps). O adjetivo “Popular”, por decisão do coletivo de trabalhadores envolvidos na institucionalização da incubadora, foi incorporado ao termo Economia Solidária, dado que enten-



deu-se importante frisar que se tratava de apoiar iniciativas produtivas fundadas por trabalhadores, que se tornam gestores e produtores de valor, contrapondo-se à lógica capitalista, negando o emprego da força de trabalho como uma mercadoria.

Aprovado no Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia, o Cieps foi vinculado como organismo da PROEXC, com previsão de recursos de estrutura e investimento nas atividades de assessoramento a coletivos populares.

A criação do Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FREPS) data também de 2008, e a parceria entre o Cieps e o Fórum Regional sempre foi estreita, visando a apoiar não somente a atuação econômica dos trabalhadores, mas também sua representação na luta por políticas públicas municipais e estaduais de economia solidária na área de abrangência da UFU, sendo uma das responsabilidades das OPS, no compromisso de incubação, a participação no FREPS.

Desde sua criação até os dias atuais, o Cieps atua assessorando, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, coletivos populares que desejam organizar iniciativas produtivas a partir dos princípios da Economia Popular Solidária (EPS). Atualmente, incubamos OPS dos segmentos coleta seletiva, arte-cultura popular e agricultura familiar camponesa em transição agroecológica na região de influência da UFU, a partir de unidades da incubadora nos demais campi da universidade - Patos de Minas, Ituiutaba e Monte Carmelo. Os dilemas e os desafios que têm sido refletidos pela equipe de pesquisadores e extensionistas do Cieps ao longo de seu trabalho serão apresentados na seção a seguir.

### **2.3 Projetos, Dilemas e Desafios da Economia Popular Solidária**

Com vistas a aprofundar suas atividades e seu raio de atuação, o Cieps sempre buscou recursos para complementar aqueles garantidos pela UFU. Desde 2008, o Cieps conquistou recursos junto ao Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) e Programa de Extensão Universitária (ProExt), além de recursos advindos de emendas parlamentares. A partir de 2013, o Cieps também conquistou recursos administrados pelo CNPq, evidenciando o reconhecimento do componente pesquisa nas atividades de ensino e extensão desenvolvidas pela incubadora.

Nessa direção, tendo em vista as demandas geradas pelo coletivo de agricultura familiar incubado no Cieps, foram criados Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs) a partir de Uberlândia e Monte Carmelo. E, em função da necessidade de aprofundar a reflexão sobre a ação da incubadora junto aos trabalhadores do campo e da cidade, foram estruturados Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEX) para refletir os temas Incubação de Organizações Produtivas Solidárias; Consumo Crítico e Solidário; Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional; Formação para Emancipação dos Trabalhadores; e Qualidade Ambiental.

Para tanto, a incubadora promoveu a aproximação de professores, pesquisadores, extensionistas, técnicos e discentes de diferentes unidades acadêmicas da UFU, dos cursos de Administração, Gestão da Informação, Administração Pública, Educação, Jornalismo, Economia, Ciências Jurídicas, Design, Ciências Sociais, Ciências da Informação, Engenharias (Produção, Agrônômica, Ambiental), Veterinária, Psicologia, Zootecnia e Nutrição. No período de 2015 a 2017, a incubadora gerou 34 artigos para congressos, 4 capítulos de livros, 9 livros, 8 trabalhos de conclusão de cursos, 5 projetos de extensão, 4 dissertações de mestrado. Uma tese de doutoramento e uma pes-

quisa de pós-doutorado estão a caminho. Desenvolvemos ainda um software para apoiar a organização da produção das OPS de agricultores em transição agroecológica, e outro para apoiar o processo de gestão das OPS de coleta seletiva, devidamente registrados no INPI, com apoio da Agência Intelecto, organismo da UFU com a missão de gerenciar e proteger a produção intelectual na UFU.

Nesse caminhar, uma série de limites e desafios são apresentados e necessitam da nossa reflexão.

As relações de produção e consumo são parte de um mesmo processo, que é político mas, sobretudo, unilateral. Se levarmos em consideração que o estrato da população mundial que corresponde ao 1% mais rico detém 50% da riqueza gerada pelo planeta, e que o patrimônio das 8 pessoas mais ricas do mundo equivale às posses de metade da população mundial (OXFAN, 2017), veremos os reflexos das decisões daqueles que definem o que é produzido, por quem, aonde, em que quantidade e qualidade, e o preço de distribuição desses bens e serviços. Ao lado da acumulação de riquezas, acumulou-se também a miséria, como previa Marx (1985), analisando a exacerbação do modo de produção capitalista.

Palloix (1982) reflete que o conceito de mercadoria é fundamental para entendermos o sistema capitalista, a partir do qual as camadas hegemônicas exercem o controle, não somente em relação às condições de produção das mercadorias, mas também quanto à reprodução das relações de mercadorias. A EPS surge e se desenvolve articulando solidariedade e economia popular, sendo seu maior desafio superar o plano da reprodução simples das relações de mercadoria, para atingir o de uma reprodução ampliada da vida em sociedade (Eid et alii, 2006; França Filho e Laville, 2004). Dessa afirmação surge a coleção de desafios que precisam ser enfrentado pelas incubadoras, se as mesmas entenderem a EPS como caminho para buscar conquistar as emancipações humanas.

Romper com a atual lógica de produção e consumo não é simples e nem resultado de um processo trivial. O discurso da meritocracia, da naturalização das relações sociais de exploração e do lucro são muito fortes. Trata-se de resistir à massificação cultural das populações, ao estímulo ao individualismo, à competição e ao consumismo, que são valores difundidos nos meios de comunicação e formação hegemônicos.

No entanto, para poder resistir, o trabalhador precisa reconhecer os processos do mundo em que vive e com o qual faz trocas absolutamente desiguais. Recorrendo a Paulo Freire (1987) sobre conscientização, se a mesma possibilita ao homem inserir-se como sujeito no processo histórico e buscar sua afirmação como tal, as insatisfações sociais que são externalizadas no processo de tomada de consciência devem ser vistas como componentes reais de uma situação de opressão. Portanto, o componente político na formação precisa estar a todo momento presente, dado que os trabalhadores precisam aprender a reconhecer as contradições do viver em um mundo capitalista e buscar fazer trocas solidárias, e a enfrentá-las, sem descaracterizar-se como organizações produtivas solidárias. Se a incubadora não se dedicar firmemente a essa tarefa, acaba por contribuir para tamponar as crises do capital, ao invés de buscar romper com ele.

As OPS do segmento de coleta seletiva enfrentam árdios dilemas nessa direção. Com o advento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, poder público, organismos patronais e empresas buscaram “parcerias” com as organizações, bastante desiguais em relação aos benefícios alcançados pelas partes. Os entes públicos conseguiram resolver a adequação dos municípios em relação aos recicláveis, no entanto sem alterar as regras do poder estabelecido: a empresa de coleta de lixo recolhe os materiais recicláveis, mediante paga da prefeitura, e os entrega aos catadores, que não recebem pelo trabalho de triagem. Ao mesmo tempo em que mantém a remuneração dos grupos econômicos estabelecidos, são afastados os catadores do contato com a população, assim perdem apoio e referen-

ciação social de seu trabalho. Outro movimento que se observou foi o fomento à competição entre as OPS. Além da já conhecida exploração dos atravessadores, ainda se adicionou a deformação das características de solidariedade dentro e entre as delas, que passaram a disputar “parcerias” e as referências junto a empresas que adquirem diretamente os materiais para reciclagem.

Por outro lado, os conhecimentos de gestão precisam ser ressignificados. Se, em uma OPS, não existem patrões e chefes, precisa-se romper com a lógica que vem da administração clássica da separação entre quem planeja e quem executa as tarefas em uma organização. Assim, os processos de tomada de decisão, de assunção de responsabilidades, o relacionamento interpessoal, a gestão de recursos etc.. precisam ser apreendidos por todos. Os coletivos precisam resistir à tentação da perpetuação das lideranças, e isso somente é possível se a formação e a participação forem continuamente refletidas à luz da autogestão.

Parafraseando Carlos Matus, em uma OPS, para se manter dentro dos princípios da EPS, planeja quem faz, faz quem planeja. Para tanto, todos precisam ter conhecimentos sobre gestão e sobre a totalidade das tarefas desempenhadas, portanto também a formação para o trabalho tem que ser ressignificada, rompendo com a divisão de tarefas imposta pelo capitalismo, que aliena o trabalhador do processo de criação de valor. Sem uma visão do todo, não há como planejar e fazer em um coletivo organizado a partir da EPS, o que indica desafios no processo de formação, ao mesmo tempo que indica possibilidades de envolver homens, mulheres e jovens dos coletivos.

Para se construir efetivamente uma Economia Popular e Solidária, precisa-se enfrentar o desafio de construir conjuntamente oferta e demanda. Sem consumidores engajados, a presença nos mercados das ofertas solidárias passará despercebida, simplesmente adstrita à comparação de preços e atributos de qualidade.

O consumo é um poderoso elemento de dominação social, apesar de exaltado como o reino da liberdade e da cidadania. Pode estar diretamente ligado às necessidades dos indivíduos e da sociedade, mas também pode se relacionar aos simbolismos que demarcam o status social (CATAPAN e THOMÉ, 1999). Por meio desse processo, os grupos hegemônicos impõem uma visão de mundo em que o consumo e o prazer individual são mais importantes do que as condições de vida dos trabalhadores das confecções em Blangadesh (BBC BRASIL, 2013), somente para usar um exemplo.

Um consumo favorável ao desenvolvimento humano, que se traduzisse em um comportamento diferente de consumo, menos desgastante ao meio ambiente e mais voltado às necessidades legítimas (como, por exemplo, consumir alimentos sem veneno), seria ideal para a sustentabilidade. Como afirmam Catapan e Thomé (1999:98), “o consumidor é um ser político e social que se constitui nas relações que estabelece com os objetivos e signos que consome”. Assim, o consumo também pode se apresentar como um fenômeno social mobilizador nas comunidades contemporâneas.

O movimento de comércio justo é importante nessa direção, no entanto, em sua maioria, as experiências não apresentam questionamentos sobre o sistema que produz e reproduz mercadorias, apenas busca-se aparar as arestas que impedem a entrada de novos produtores, e novos consumidores, ao modo de produção capitalista. Os casos evidenciam redes de distribuição convencionais que aproveitam a “onda” da “responsabilidade social” e colocam nas suas prateleiras produtos solidários, no entanto obrigam os trabalhadores a aderirem à lógica delas, impondo padrões de identidade e qualidade para os produtores e seus produtos, e se apropriam do sobrepreço que deveria ser do produtor. Assim, não se rompe com o ciclo da mercadoria-signo, portanto não se avança na proposta de um modelo que vise a superar o fetiche da mercadoria. Entendemos que, sem conhecer e se relacionar com a

esfera da produção das mercadorias, não existe consumo crítico. Nos processos produtivos e de troca que são naturalizados pelo padrão de mercado, dificilmente se consegue enxergar que existe trabalho e, portanto, o cuidado de muitas pessoas em tudo o que se consome.

Nossa convicção é de que o processo de socioreferenciação dos trabalhadores produtores de valor pode ser contemplado se organizarmos o movimento do consumo crítico e solidário, com a orientação objetiva da preferência por produtos e serviços oriundos de arranjos produtivos da Economia Popular Solidária em detrimento de ofertas de empresas capitalistas. O consumo crítico e solidário está ancorado no combate à degradação ambiental, por meio da escolha por adquirir produtos agroecológicos (no caso de alimentos) e produzidos localmente; no reconhecimento do trabalho, portanto privilegiando os espaços em que podem ser cultivados relacionamentos entre produtores e consumidores; e no cultivo de relações de solidariedade entre os trabalhadores que produzem e os que adquirem os produtos no processo de troca, respeitando a diversidade cultural, histórica e de valores dos grupos.

Existem várias iniciativas de comércio crítico e solidário, comunidades comercializam cestas de produtos, existem as lojas próprias e os espaços de feiras livres. Atualmente se fala muito nas Comunidades que Sustentam os Agricultores (CSA), modelo bastante parecido com as cooperativas de consumidores. A diferença principal é que, no CSA, o consumidor paga uma mensalidade para manter os custos dos agricultores, e troca essa mensalidade por uma quantidade de produtos, a partir das possibilidades de produção dos trabalhadores. Como pesquisadores e extensionistas do campo da EPS, consideramos que as experiências de criação de cooperativas, entregas de cestas e a criação de CSA são importantes, no entanto, apresentam contradições se queremos romper com a lógica da mercadoria. Se o sistema continua a gerar dependências, se reconhece o trabalhador, se continua a haver exploração de força de trabalho, se não elimina o atravessamento, se o sistema impõe regras às quais o agricultor não tem poder de oposição, se os riscos da operação se concentram na parte mais fraca, não mudamos nada, continuamos a “rodar a roda”. A ideia base do consumo crítico e solidário é contribuir para a criação de condições objetivas para a emancipação dos trabalhadores e formar vínculos de solidariedade de classe. É difícil fazer isso se não nos relacionarmos com pessoas e sim com produtos.

Consideramos as feiras e espaços fixos próprios de comercialização como locus privilegiados na construção de relações solidárias entre os trabalhadores, porque estimulam que as pessoas se conheçam e troquem conhecimentos. Receber uma cesta em casa ou realizar compras coletivas não traz essa oportunidade tão evidenciada, e entendemos ser a mesma essencial na busca da superação da relação em torno de “produtos” para nos relacionarmos, enquanto pessoas, valorizando o trabalho que dá origem aos itens que necessitamos para nosso bem-viver.

Uma experiência de comércio crítico e solidário que temos desenvolvido é a Feirinha Solidária da UFU. Esse é um espaço de comercialização dentro dos limites dos campi da universidade. O primeiro foi fundado em Uberlândia em 2015 e em 2017 a experiência iniciou-se em Monte Carmelo, em ambos os casos a partir dos trabalhos dos NEAs, que fazem o acompanhamento dos produtores em transição agroecológica a partir dos princípios da EPS. Semanalmente, consumidores e produtores se encontram para realizar trocas que vão para além daquela preconizada na economia de mercado - produto por dinheiro. Compartilham-se vivências e esperanças de saúde e bem viver. Famílias vêm com os filhos, que brincam no espaço. Produtores e consumidores trocam receitas e sementes.

Na busca da construção conjunta entre oferta e demanda, os consumidores que frequentam a Feirinha Solidária da UFU também têm oportunidades de aprofundar sua reflexão sobre consumo crítico e solidário, princípios da agroecologia e EPS. Periodicamente, desenvolve-se uma atividade denominada Você no Campo, com o

objetivo de levar os consumidores, trabalhadores da cidade, para conhecer os espaços de cultivo dos alimentos que adquirem na Feirinha e também o modo de vida dos trabalhadores do campo com os quais se relacionam e fazem trocas. Nesse caminho, aprendem que os ciclos da natureza devem ser respeitados se quisermos preservar o meio ambiente para as gerações futuras e que existem variedades de hortifrutis que podem enriquecer a alimentação das famílias para além daqueles itens massificados e padronizados do mercado. Para além das mercadorias, trabalhadores do campo e da cidade podem firmar relações sociais que desenvolvam a localidade com a qual fazem trocas, de forma justa, sustentável e solidária.

### 3. Considerações Finais

Romper com a lógica atual requer uma reflexão constante sobre o mundo em que vivemos o que queremos construir. O lema do Cieps é “Solidariedade se realiza na Prática”, na prática de todos os envolvidos, dentro e fora dos limites da Universidade.

Politizar as relações com o mercado trata de reconhecer as armadilhas engendradas pelo modo de produção capitalista, que os meios de comunicação e formação hegemônicos sempre buscam afirmar ser a única forma possível de organizar a sociedade, e opor-se a esse movimento, por meio do apoio ao desenvolvimento e aprofundamento de iniciativas de formação, produção e comércio crítico e solidário.

Para além da mercadoria, o trabalho. Para além do consumo, a solidariedade. Para além da retórica, a prática. Essas são as reflexões que sugerimos para aprimorar nosso desenvolvimento, em prol de uma sociedade mais justa e solidária.

### Referências

- ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização. In: ANTUNES, Ricardo (org.) Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BBC BRASIL. Desabamento em Bangladesh revela lado obscuro da indústria de roupas. 28 abril 2013. Internet [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130428\\_bangladesh\\_tragedia\\_lado\\_obscuro](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130428_bangladesh_tragedia_lado_obscuro) acesso em 02/out/2017.
- BETANHO, Cristiane. Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. 318 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2008.
- BETANHO, C.; FERNANDES, J.E. Economia Popular Solidária - Origens, Conceito, Limites e Desafios. In: FERNANDES, J.E.; BETANHO, C. (orgs.) Economia Popular Solidária - nosso Sul: a transformação pela Solidariedade. Uberlândia: Navegando, 2017.
- CATAPAN, Araci H.; THOMÉ, Zeina R.C. Trabalho e consumo: para além dos parâmetros curriculares. Florianópolis: Insular, 1999. 120p.
- CIEPS. Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários. Site institucional. Internet: <http://www.cieps.proex.ufu.br/> acesso em 12jun2018.
- EID, Farid (org). Construindo uma economia solidária. Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT. Campinas: Unicamp, 2002.
- EID, Farid; PIMENTEL, Andréa H.B.; SEVERINO, Maico R.; SANTOS, Clarice. Cadeias produtivas sob controle de famílias coopera-

das do MST-Brasil. Anais. VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU. Quito, Equador, 20-24/11, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean-Lois. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ICAZA, Ana M.S.; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LISBOA, Armando M. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MANCE, Euclides A. Consumo solidário. In: CATTANI, A.D. (org.) – A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política – Volume I tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2.ed.

OXFAN. Uma economia para os 99%. Documento Informativo. Internet <https://drive.google.com/file/d/0BzuqMfbpwX4wcnpmT-1lYZm1Sa0k/view> acesso em 16 jan 2017.

SINGER, P.; SOUZA, A.R.. A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.



## CAPÍTULO VI

### PRONINC 2017: O CONTEXTO DAS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA



Layssa Maia – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Felipe Addor – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Thaís Oliveira – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Camille Perissé – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Ícaro de Souza Melo – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rosina Perez – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

#### Introdução

No atual contexto político de desmonte de políticas públicas voltados à melhoria de condições de vida aos trabalhadores, torna-se fundamental registrarmos as experiências que permitiram, durante algum período, sonharmos com outras práticas sócio-econômicas que rompem com a dinâmica de exploração vigente no modo de produção capitalista. O campo da Economia Solidária (ES), ao lado da agricultura familiar, talvez seja um dos mais atingidos por essa mudança de cenário.

O rebaixamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) à Subsecretaria, a entrada de pessoas com nenhuma trajetória ou conhecimento sobre esse tema em sua estrutura e os cortes cada vez mais drásticos nos recursos destinados a suas políticas (tudo isso realizado após o golpe de estado em 2016) são alguns dos fatores que deixam claro que os atores da ES encontram-se em um cenário arenoso; dentre esses atores, estão as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES) e os empreendimentos econômicos solidários apoiado por elas.

O Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) foi umas das principais políticas de fomento à ES no país e impulsionou, além da destinação de recursos relevantes para esses grupos, o fortalecimento de um tecido social em torno do tema por intermédio do fortalecimento das redes de incubadoras (Unitrabalho e ITCPs), do estímulo a encontros e seminários entre os pesquisadores, estudantes e profissionais do campo, e da conformação de um Comitê Gestor que geriu essa política pública durante muitos anos.

As incubadoras são uma experimentação muito rica, tanto pelo apoio à construção de uma nova economia, estruturada em empreendimentos econô-



micos solidários e baseada nos princípios da cooperação, da coletividade, da solidariedade, do respeito ao meio ambiente, da autogestão, quanto por fortalecer uma visão da Universidade mais integrada à sociedade, e com maior atenção às demandas da população brasileira. Atualmente, há mais de 100 ITES localizadas em instituições de ensino superior de todo o país e, indo contra a tendência histórica de marginalização da extensão universitária frente ao ensino e à pesquisa, a prática das incubadoras caracteriza-se como importante exemplo para o resgate da funcionalidade das universidades públicas brasileiras em direção à produção de conhecimento que contribua com a transformação social.

Neste artigo, trazemos uma contextualização da teoria e da prática das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária desenvolvida a partir da Avaliação Qualitativa, Quantitativa e Participativa do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), realizada pelo Núcleo de Solidariedade Técnica, programa do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Soltec/NIDES/UFRJ), nos anos de 2016 e 2017, por meio de uma demanda da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE). Essa avaliação se insere no contexto de continuidade do processo de monitoramento do Proninc, que se constitui como uma política pública de fomento às ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários. A avaliação desse programa foi realizada anteriormente duas vezes: em 2007, pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e, em 2011, pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH).

O objetivo principal da pesquisa foi avaliar a política pública de apoio aos projetos e programas universitários de incubação em economia solidária, no que se refere tanto aos processos de gestão e operacionalização do Proninc, em especial a partir de 2013, quanto ao desempenho das incubadoras apoiadas em uma dupla dimensão: a relação entre as incubadoras e a sociedade, por meio da ação extensionista na incubação e assessoramento técnico para a criação e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários, e a relação entre as incubadoras e as instituições de ensino superior e centros de pesquisa à qual se vinculam, de modo a avaliar também o desempenho das incubadoras tanto da perspectiva de sua inserção na política de Economia Solidária, como, enquanto integrantes da política científica e tecnológica.

Nesse sentido, o conhecimento aprofundado da situação das incubadoras, sua dinâmica de funcionamento, a diversidade de abordagens e metodologias de incubação, seus pontos positivos e também suas fragilidades e desafios foram elementos fundamentais a serem levantados na pesquisa.

## **1. O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc)**

O Proninc se consolidou como uma política pública fruto da trajetória das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. As ITES estão historicamente atreladas ao movimento de Economia Solidária no Brasil, que despontou a partir da década de 1990 como uma reação de grupos populares à crise econômica, e contou com o apoio de organizações públicas e da sociedade civil.

O último Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) feito entre os anos de 2009 e 2013 pela SENAES registrou, em número absoluto, 19.708 EES, dentre grupos informais, associações, cooperativas ou sociedades mercantis. Do total de empreendimentos, identificou-se que 41% concentra-se na região Nordeste, seguido pela região Sul (17%), Norte e Sudeste (ambos com 16%) e do Centro-Oeste (10%). Cerca de 55% dos EES atuam na área rural, 35% na área urbana e 10% em zonas consideradas “mistas”. O número total de trabalhadores envolvidos nessas organizações é de 1.423.631<sup>6</sup>.

Apesar dos números apresentados pelo mapeamento, os EES ainda apresentam limitações de recursos e contam com poucas políticas públicas que compreendam as especificidades do setor. A maioria dos empreendimentos ainda sobrevive em situações precárias, enfrentando dificuldades de gestão, acesso à crédito, espaços de comercialização e tecnologia. Nesse sentido, apoiar os empreendimentos na busca por enfrentar essas dificuldades e por conquistar melhores condições de vida e trabalho é o principal objetivo das ITES.

As ITES são iniciativas acadêmicas que têm como prática fazer interagir o meio universitário com grupos de trabalhadores que buscam construir um empreendimento econômico cooperativo. Inicialmente, surgiram com o objetivo de oferecer formas permanentes de geração de trabalho e renda para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica. No entanto, ao longo dos anos, as incubadoras amadureceram sua



proposta e hoje apoiam a formação e a consolidação dos empreendimentos, além de ter enfoques mais amplos como o apoio a cadeias produtivas e redes de comercialização, e buscam igualmente transformar internamente a universidade, aproximando-a dos interesses, desejos e necessidades dos setores populares (DELLA VECHIA et al., 2011).

As incubadoras recebem diversas denominações, a mais comum e antiga é “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)”, que é o nome da primeira incubadora criada no Brasil, a ITCP da COPPE/UFRJ. Além disso, durante a pesquisa, encontramos uma grande diversidade de nomes, principalmente envolvendo os conceitos de: economia solidária, empreendimentos econômicos solidários (EES), empreendimentos populares, tecnologia social, organizações coletivas, desenvolvimento, trabalho. No presente trabalho optamos por utilizar o termo ITES.

### 1.1. Breve histórico do Proninc

A década de 1990 foi marcada por mobilizações e campanhas sociais em prol da cidadania e contra a exclusão social, o desemprego, a fome e a miséria. Foi em meio ao movimento da Ação para a Cidadania que se originou, em 1993, o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP). Dois anos depois, em 1995, uniram-se a esses esforços a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), provocando o surgimento da Cooperativa Popular de Manguinhos, caso paradigmático de incubação em empreendimentos populares no país (FRAGA, 2012; IADH, 2011; VICTÓRIA, 2011).

A criação da primeira ITES no Brasil inspirou-se, em alguma medida, nas incubadoras tecnológicas tradicionais, voltadas para a incubação de empresas, no entanto a construção horizontal da metodologia constituiu-se como um dos primeiros e mais importantes pontos desse novo modelo de incubação. Essas organizações surgem nos EUA, por volta dos anos 1960, e chegam ao Brasil vinte anos depois. Em linhas gerais:

(...) a proposta das ITCPs diferencia-se, até os dias de hoje, do formato das incubadoras, originalmente norte-americanas, já que estas tinham e têm como objetivo desenvolver maior dinamismo econômico e tecnológico na perspectiva de transferência privada de conhecimento produzido nas IES [Instituições de Ensino Superior]. Ao contrário, a proposta das ITCPs busca viabilizar iniciativas populares por meio da formação continuada, assessoria e assistência técnica, o desenvolvimento de tecnologia social na perspectiva de inverter a lógica das incubadoras de empresas, ou seja, produzir conhecimento científico a partir do conhecimento tácito dos trabalhadores e assim direcionar a produção de conhecimento científico aos setores produtivos populares (VICTÓRIA, 2011, p. 44).

Por se distinguir das incubadoras tecnológicas tradicionais e, conseqüentemente, por se basear em princípios de inclusão social, de cooperação, participação e solidariedade, a incubação de EES, ao longo dos anos, ressignificou sua metodologia para não tomar por referência apenas os instrumentos de planejamento e gestão concebidos para as empresas tradicionais. A incubação desses empreendimentos abrange aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, objetivando desenvolver formas de gestão mais democráticas e participativas, voltadas para o bem-estar dos trabalhadores.

Em 1998, o Proninc foi criado formalmente, viabilizando financeiramente a criação de novas incubadoras em seis universidades: Federal do Ceará (UFC), Federal de Juiz de Fora (UFJF), de São Paulo (USP), Estadual da Bahia (UNEB) e Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), além da ITCP/UFRJ (FRAGA, 2012). Essa criação se deu a partir da articulação institucional entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o COEP, além das IES mencionadas. A partir dessa experiência inicial, outras incubadoras foram surgindo em outras universidades, mesmo sem o apoio da política pública (FRAGA, 2012).

Após essa edição inicial, o financiamento para as incubadoras entrou em um hiato que durou até 2003. O Proninc só seria retomado com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A retomada do programa pode ser considerada como o resultado de

uma conjuntura onde ocorria, além da já mencionada criação de novas incubadoras, uma crescente articulação de duas redes de incubadoras: a Rede Unitrabalho - instituída como rede de incubadoras em 2001 - e a Rede de ITCPs, criada em 1999. As redes contribuíram para a criação de novas incubadoras e gestão daquelas já existentes, organizando-as nacionalmente.

No ano do seu (re)lançamento pela SENAES, o Proninc já era o segundo maior projeto da secretaria, consumindo 14% dos seus recursos (FREITAS, 2012). Outra característica relevante do programa foi a articulação, estimulada pela FINEP, com outros ministérios, como o do Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Cultura, Pesca e Aquicultura, Justiça e Turismo (FRAGA, 2012). Como resultado, formou-se o Comitê Gestor, que contou com a participação dos Ministérios citados acima, da FINEP, da FBB, do COEP, das duas redes de incubadoras e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX). Assim, o Comitê Gestor tornou-se uma instância que tinha como finalidade fazer a gestão do programa, planejando e definindo prioridades, metas e diretrizes para a seleção de projetos, além de ser responsável também por monitorar e avaliar os resultados do programa (VICTÓRIA, 2012).

Em 2003, já existiam 33 incubadoras organizadas pela rede Unitrabalho e pela Rede de ITCPs, tendo o Proninc oferecido apoio a todas “tanto para dar continuidade à incubação como para ajudar a criar novas incubadoras” (FRAGA, 2011, p.99). Entre 2003 e 2006, foram apoiadas 43 incubadoras, incluindo-se as antigas e as novas, através de duas encomendas, uma em 2003 e outra em 2005, quando se buscou priorizar regiões ainda não atendidas.

Em 2007, a partir das experiências anteriores, as chamadas públicas começaram a distinguir o apoio a incubadoras antigas e novas. Nesse ano, foi instituída uma encomenda para incubadoras já existentes (categoria A) e outra para incubadoras a serem criadas com os recursos do programa (categoria B); no total, concorreram 80 instituições, tendo sido apoiadas 27 antigas (A) e 36 novas (B). No mesmo ano, consolidou-se a parceria entre a SENAES e FINEP/MCT em torno do Proninc, através de um convênio de três anos, que previa a execução pela FINEP da gestão e acompanhamento dos recursos.

Em 2007, houve um evidente aumento das ações voltadas para projetos de incubação, devido à ampliação do Comitê Gestor do Proninc, incluindo diversos órgãos em sua composição. No ano de 2010, foi aprovado o Decreto nº 7.357 (de 17/11/2010), que oficializava o Proninc, seu Comitê Gestor e estabelecia suas diretrizes.

## **1.2. O Proninc no contexto atual e as políticas de avaliação do Proninc**

O Proninc pode ser considerado uma das mais relevantes políticas do campo da economia solidária, uma vez que atua de forma estratégica ao financiar, simultaneamente, empreendimentos de economia solidária e grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes comprometidos em produzir conhecimento a partir das demandas populares. Nesse sentido, une o governo federal – através das secretarias, ministérios e instituições de fomento –, a academia e os setores populares, contribuindo para a formação e o fortalecimento de quadros em diferentes meios.

O programa é operacionalizado por meio de editais de chamadas de projetos, cuja seleção é feita considerando seus conteúdos, áreas de atuação e formas de implementação. A partir dessa seleção, é possível estabelecer critérios de alocação de recursos e a definição de instrumentos para monitorar e acompanhar o andamento desses projetos, evidenciando uma preocupação efetiva com o monitoramento do Programa.

Acompanhando as orientações do Comitê Gestor do Proninc, a partir de 2005, deu-se início ao processo de realização periódica de uma avaliação externa, de caráter quantitativo e qualitativo, responsável por abordar os seguintes eixos de análise: caracterização e desempenho das incubadoras; perfil e desempenho dos empreendimentos; e gestão e operacionalização do programa (CUNHA, 2012).

O primeiro trabalho de avaliação foi feito pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Os resultados desse esforço avaliativo, que perduraram pelos anos de 2005 e 2006, encontram-se materializados no documento intitulado “Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares”, organizado por Ana Paula Varanda e Pedro Cunha Bocayuva Cunha e publicado em

2007. Na ocasião, foram visitadas 33 incubadoras e 315 empreendimentos.

A segunda avaliação foi realizada entre janeiro de 2010 e março de 2011 pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH). O recorte dessa avaliação estava orientado para as 65 incubadoras apoiadas pelos editais do Proninc. Ao todo, foram visitadas 54 incubadoras e 171 empreendimentos<sup>7</sup>.

No atual momento, o Comitê Gestor do Proninc encontra-se desativado. Essa situação se complexifica, uma vez que, devido às mudanças políticas recentes ocorridas no país, o Proninc também corre risco de interrupção. A Secretaria Nacional de Economia Solidária tornou-se uma subsecretaria e grande parte dos quadros técnicos que, historicamente, lutaram para construí-la, já não fazem mais parte de sua composição.

A avaliação da Chamada 89/2013 descrita neste artigo representa a terceira fase do processo de monitoramento do Proninc e espera-se que possa contribuir para subsidiar as ações necessárias à manutenção do programa por parte das ITES e dos empreendimentos solidários, além de estimular a reativação do Comitê Gestor.

## 2. A Avaliação 2016-2017

### 2.1. A Chamada 89/2013

A partir de 2013, o programa iniciou um novo formato de implementação a partir da parceria entre a SENAES/MTE, o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIS/MCTI). A Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013 teve por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão que objetivam a incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES). Esse objetivo mais geral desdobrava-se em cinco outros que assim encontravam-se descritos no texto da chamada:

- i) construir referencial conceitual e metodológico acerca dos processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários (EES) pós-incubação;
- ii) estimular o aprimoramento das metodologias de incubação de EES articuladas a processos de desenvolvimento territorial e regional;
- iii) desenvolver processos de incubação de EES e/ou redes de cooperação;
- iv) capacitar, no âmbito da economia solidária, docentes, técnicos, discentes e participantes dos projetos incubados;
- v) promover a articulação entre as atividades de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologia social e as políticas públicas de fomento à economia solidária<sup>8</sup>.

A principal novidade trazida pela chamada foi a execução de recursos através do CNPq, que, por meio do cartão-pesquisador, concedia aos responsáveis pelos projetos maior autonomia para o gerenciamento dos recursos. Foram previstos um total de R\$ 19,9 milhões, de onde R\$ 16 milhões eram oriundos diretamente do Orçamento Geral da União (Ação Orçamentária 20YT – Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas redes de cooperação) e R\$ 3,89 milhões do Programa 2021 de Apoio a Projetos de Tecnologia Social.

Assim, com o objetivo de dar prosseguimento ao processo de monitoramento e avaliação dos resultados do Proninc, a Senaes entrou em contato, no segundo semestre de 2015, com o Núcleo de Solidariedade Técnica

7 Os dois relatórios das avaliações anteriores, assim como o desta avaliação, podem ser acessados no portal: <https://nides.ufrj.br/indes.php/proninc>.

8 Disponível em: [http://cnpq.br/chamadas-publicas?p\\_p\\_id=resultadosportlet\\_WAR\\_resultadoscnpqportlet\\_INS-TANCE\\_0ZaM&filtro=resultados&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=4281](http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INS-TANCE_0ZaM&filtro=resultados&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=4281). Visitado em: 09/08/2017.

(Soltec/UFRJ) para realizar a coordenação da terceira avaliação do Proninc, que foi conduzida nos anos de 2016 e 2017.

O processo de pesquisa coordenado pelo Soltec/UFRJ, como avaliador externo, foi construído, desde o princípio, em intenso diálogo com a própria SENAES e com as duas redes que articulam as ITES no país: Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e Rede Unitrabalho, como será detalhado no próximo item. O caráter participativo da avaliação garantiu uma qualificada participação dos estudantes, técnicos, professores que trabalham no cotidiano das incubadoras e que possuem a experiência da incubação.

## 2.2. Metodologia da Avaliação

A avaliação do Proninc 2017 teve como objetivo analisar o desempenho das incubadoras apoiadas pela Chamada 089/2013, tanto no que refere a sua inserção nas Instituições de Ensino Superior (IES), quanto aos resultados obtidos em termos de impactos nos empreendimentos e na vida dos seus participantes. A pesquisa, além de quantitativa e qualitativa, possui o pressuposto de desenvolver um processo participativo, a partir da inclusão de todos os atores diretamente envolvidos na construção e implementação das ações do programa, no processo de avaliação.

Essa inclusão possibilitou que os atores, principalmente as incubadoras, que são as diretamente afetadas com o programa, contribuíssem na definição das ferramentas teóricas e metodológicas de pesquisa, no processo de levantamento de dados e na análise de resultados. Esse processo tinha em vista possibilitar que esses atores se apropriassem da avaliação para subsidiar a tomada de decisões futuras, principalmente, a partir do debate e da discussão coletiva.

Além da opção por uma metodologia participativa, a pesquisa também se baseou em métodos quantitativos e qualitativos para traçar um panorama representativo da situação das incubadoras, dos empreendimentos e dos resultados alcançados, levando em consideração variações regionais, grau de institucionalização, antiguidade, tamanho, formas de atuação, entre outras variáveis relevantes.

Com a intenção de complementar as informações quantitativas, utilizamos métodos qualitativos de pesquisa que nos permitiram compreender de forma mais aprofundada o universo e os cotidianos das incubadoras e dos empreendimentos a partir das suas próprias percepções, experiências e discursos, nos termos que eles mesmos formularam para dar conta dessa realidade. Compreendemos, dessa maneira, que a articulação de estratégias e técnicas de pesquisa tornou-se imprescindível diante da complexidade de relações do campo de pesquisa e da necessidade de uma compreensão mais aprofundada do impacto das ações do Proninc.

Das 84 incubadoras que acessaram aos recursos da política pública, foram avaliadas 64, sendo todas as 41 da Linha B e uma amostra de 23 das 43 incubadoras de Linha A (53%). A escolha dessas incubadoras levou em consideração fatores ligados à distribuição regional e à facilidade de acesso, além de incluir casos identificados como referências importantes para o campo da incubação de empreendimentos solidários, de acordo com integrantes das duas redes de incubadoras. Para cada incubadora avaliada, ficou prevista também a visita a dois empreendimentos apoiados, totalizando 128. Com isso, buscou-se alcançar uma análise mais ampla e que incluísse também a perspectiva dos trabalhadores apoiados.

Para consolidar esses métodos, a pesquisa se estruturou nas seguintes etapas:

### Quadro 1 – Fases de desenvolvimento do projeto de pesquisa

Fases	Período
Formação da equipe de pesquisa	Março e Abril/2016
Construção do modelo de avaliação	Maió a Julho/2016
Visita às incubadoras e aplicação de questionários às incubadoras e empreendimentos	Julho a Dezembro/2016
Análise e sistematização dos dados quantitativos	Dezembro/2016 a Março/2017
Seminário Nacional	Abril/2017
Análise e sistematização dos dados qualitativos	Abril a Junho/2017
Consolidação do Relatório Final	Junho e Julho/2017

Fonte: Avaliação Proninc 2017

Toda a estrutura da avaliação foi debatida coletivamente, por meio da realização de seminários regionais, para discussão dos indicadores, ferramentas de pesquisa e diretrizes do trabalho de campo. Por meio dessa dinâmica, constituiu-se o ferramental de análise da pesquisa, que incluía: i) um questionário prévio à visita; ii) um questionário presencial, realizado com o coordenador ou com a equipe de coordenação da incubadora; iii) roteiros de entrevistas com os integrantes dos empreendimentos, os estudantes participantes e egressos da incubadora e com os gestores das universidades, em geral Pró-Reitores de Extensão; e iv) roteiros analíticos, preenchidos a posteriori pelos pesquisadores sobre o trabalho da incubadora visitada.

O trabalho de campo foi desenvolvido, de forma geral, por duas duplas de pesquisadores para cada região do Brasil. Em cada dupla, um(a) pesquisador(a) era responsável pelo diálogo com os entrevistados e o outro(a) pela parte do registro. Por conta das várias entrevistas a serem realizadas, o trabalho de campo era desenvolvido, preferencialmente, em três dias por incubadora.

Após a finalização do trabalho de campo e sistematização dos dados coletados, seguiu-se para a análise, que contou com a participação dos pesquisadores regionais, além da equipe de coordenação do projeto. Após essa análise preliminar, foi elaborada uma primeira versão do relatório de pesquisa que foi compartilhada com as 84 incubadoras contempladas pelo edital 89/2013 em um Seminário Nacional realizado em Brasília.

O seminário representou o ápice do processo de avaliação, permitindo um debate qualitativo sobre a realidade das incubadoras a partir dos resultados preliminares da pesquisa. A participação de um número significativo de incubadoras de todo o país permitiu que se fizesse um debate sobre os desafios e os caminhos do Proninc a partir de uma análise de conjuntura política e com base nos dados enviados previamente sobre desafios, dificuldades, avanços e caminhos para o Proninc e as incubadoras de economia solidária.

#### **Os resultados da pesquisa foram estruturados em cinco eixos:**

- estrutura e funcionamento interno – estrutura física, tamanho e multidisciplinaridade das equipes, forma de gestão;
- relação com os empreendimentos de economia solidária – metodologias de incubação, inovações tecnológicas e organizacionais geradas, impacto nos empreendimentos;
- relação com as instituições de ensino superior (IES) – grau de formalização junto às IES, integração entre ensino, pesquisa e extensão, formação dos integrantes;
- relação com o movimento de economia solidária – capacidade de crítica à economia capitalista, parcerias, participação em fóruns de economia solidária e de políticas públicas;
- operacionalização da chama 89/2013 – gestão dos recursos, comunicação com CNPq.

### **3. Resultados**

Nesta seção iremos apresentar os principais resultados obtidos a partir da avaliação do Programa de Incubadoras de Cooperativas Populares realizado nos anos de 2016 e 2017. É importante salientar que expomos aqui apenas uma parte da totalidade dos dados obtidos a partir da avaliação, buscando selecionar os tópicos mais relevantes para serem abordados no espaço disponível. Dessa maneira, iremos começar pelos resultados pertinentes à estrutura e funcionamento interno da incubadora para, em seguida, tratar das relações das ITES com os empreendimentos incubados, com as instituições de ensino superior e, finalmente, com o movimento de economia solidária.

Na Tabela 1, apresentamos alguns dados gerais que resumem o impacto das 84 incubadoras apoiadas pela chamada 89/2013.

**Tabela 1 – Desempenho das Incubadoras em diferentes dimensões**

	Linha A	Linha B	Total (64 incubadoras)	Projeção Total* (84 incubadoras)
Integrantes que passaram pelas incubadoras	1022	831	1853	2751
Publicações Acadêmicas	1790	1222	3012	4490
Publicações Técnicas	2258	1481	3762	5719
Empreendimentos Apoiados	381	395	776	1106
Trabalhadores dos Empreendimentos	8611	13951	22562	32009

\*Nota: a Projeção foi feita calculando os números para as 20 incubadoras da Linha A não visitadas, com base na média das 21 incubadoras da Linha A estudadas.

Fonte: Avaliação Proninc 2017

### 3.1. A incubadora

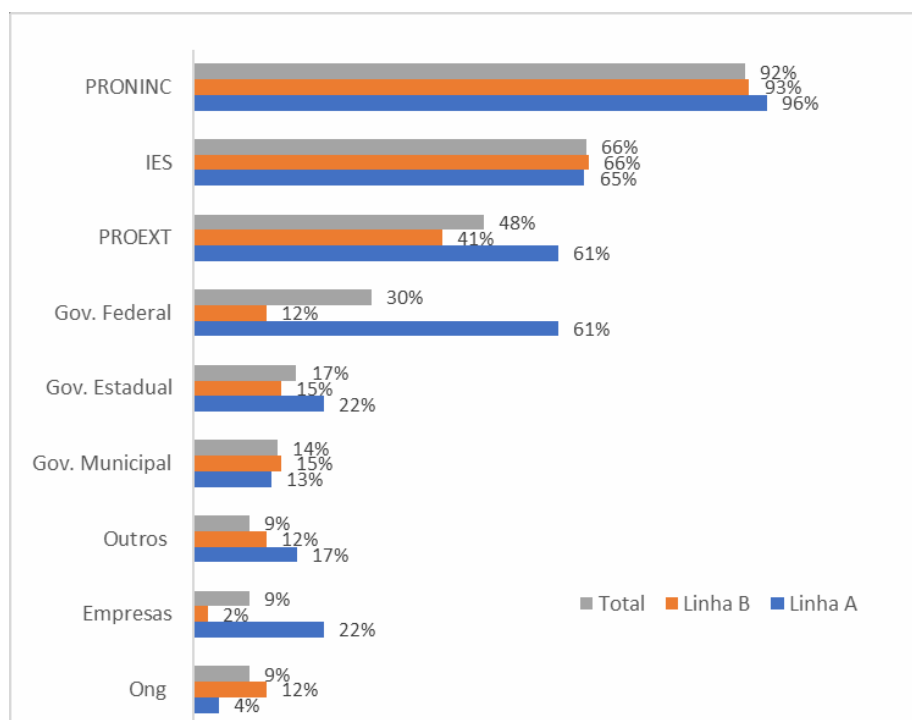
As incubadoras avaliadas distribuem-se predominantemente nas regiões Sudeste (27%), Sul (26%) e Nordeste (24%); com menor participação estão as regiões Centro-Oeste (16%) e Norte (7%). Há que se notar que apenas 35% encontram-se em capitais ou regiões metropolitanas, ao passo que o restante (65%) está instaladas no interior de seus estados, o que indica uma boa capilaridade do programa. Já no que tange ao ambiente institucional, metade das ITES estudadas localizam-se em universidades federais, sendo seguidas pelas universidades estaduais (19%), institutos federais/CEFETs (14%), instituições privadas (11 %) e parques tecnológicos (3%).

Com relação à composição da equipe, os dados da pesquisa revelaram que, no período entre 2014 e 2016 nas 64 incubadoras avaliadas, 1853 integrantes participaram das equipes, incluindo pessoal remunerado e voluntários (1022 nas incubadoras da linha A e 831 nas de linha B). Desses, 993 eram estudantes de graduação, 311 professores e 103 estudantes de pós-graduação, evidenciando a formação de quadros para a economia solidária como um dos principais legados do trabalho das incubadoras. Quanto à produção acadêmica, reforçando a dimensão da pesquisa como essencial para a realização da extensão, há dois grandes destaques: as apresentações de trabalho e palestras e as publicações de trabalhos em anais de eventos. É preciso destacar também as monografias (270), dissertações (82) e teses (32) que, juntas, somam 384 publicações que abordam temas acerca do cotidiano dos empreendimentos e incubadoras.

Sobre a dinâmica interna, os resultados indicam também que a autogestão é um horizonte buscado por grande parte das incubadoras, que podem ser consideradas uma espécie de “laboratório” nesse sentido. Para além de idealizações, as incubadoras contribuem fornecendo experiências coletivas de funcionamento e tomada de decisões que enriquecem a trajetória dos seus participantes, além de oferecerem modelos possíveis de funcionamento que concorrem com as formas já instaladas no âmbito acadêmico e no setor produtivo, mais verticais e hierárquicas. Nesse sentido, foi possível verificar que, no espaço das incubadoras, a autogestão é criada, testada, reformulada e aprimorada de forma constante.

Com relação às fontes de recursos, foi possível constatar que as ITES pesquisadas contam com financiamento de diversos parceiros. Os principais foram: o Proninc com 93%, as IESs com 66%, o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) com 48%, outras parcerias do governo federal (30%), governo estadual (17%) e governo municipal (15%)<sup>9</sup>, conforme aponta o gráfico abaixo.

<sup>9</sup> Dada a possibilidade dos entrevistados de marcar mais de uma opção, a soma das porcentagens excede 100%, isso ocorreu com diversas perguntas que admitiam resposta múltipla.

**Gráfico 1 - Recursos acessados entre 2014 e 2016 pelas incubadoras por linha (% sim)**

Fonte: Avaliação Proninc (2017)

Constata-se, assim, que os recursos do Proninc e outros recursos federais têm grande relevância para a manutenção das atividades de incubação. A proporção de recursos Proninc em relação ao total de recursos da incubadora foi observada como alta, principalmente nas incubadoras da linha B, que declaram que de 80% a 100% dos recursos são oriundos dessa fonte. Já as incubadoras de linha A, mais antigas, conseguem diversificar as fontes de recursos, buscando incorporar outros financiamentos advindos do âmbito estadual, municipal e inclusive do setor privado ou do terceiro setor.

### 3.2. A incubação e os empreendimentos

Se na visão tradicional o foco único de uma incubadora deveria ser promover o êxito de um empreendimento econômico, essa perspectiva se complexifica quando tratamos de uma ITES. Primeiro, que, conforme visto anteriormente nos objetivos que constam na chamada aqui analisada, essa incubadora deve buscar uma série de outras metas que vão além da interação com o empreendimento. Segundo, que a concepção tradicional de incubação de cooperativas cada vez mais abre espaço para uma maior diversidade de beneficiários, com as experiências gerando a necessidade de pensar a incubação de redes, de cadeia produtivas, o apoio a espaços de comercialização e até o apoio à criação de novas incubadoras. No quadro 2, identificamos os objetivos mais citados pelos coordenadores das incubadoras.

**Quadro 2 - Objetivos principais de uma incubadora de economia solidária (% que responde que constitui um dos 5 principais objetivos)**

Assessoras EES	95,3%
Produzir e disseminar conhecimentos sobre ES	82,8%
Formar quadros no campo da ES	79,7%
Inserir o tema da ES na IES	78,1%
Incentivar formação de redes	76,6%
Promover formação política na incubadora	51,6%
Contribuir para a formação de outras incubadoras	18,8%
Outros	4,7%

Fonte: Avaliação Proninc 2017

Esses dados mostram como a atuação das ITES vai muito além do apoio a empreendimentos. Embora essa diversidade seja menos presente nas incubadoras da Linha B, criadas há menos tempo, entre as incubadoras mais antigas é intensa a incubação a partir de outras abordagens. O quadro 3 mostra a diversidade de tipos de incubação que existe entre as 23 incubadoras da Linha A pesquisadas, confirmando que todas assessoram empreendimentos, mas um número significativo também apoia rede ou outras incubadoras. Quando perguntadas qual o trabalho mais importante que desenvolvem, três delas indicaram a Incubação de redes, colocando esse tipo de ação à frente do apoio a EES.

### Quadro 3 – Tipos de incubação realizadas pelas incubadoras da Linha A

Tipos de incubação realizadas entre 2014 e 2016		
	Número	%
Incubação de EES	23	100%
Incubação de redes	17	74%
Incubação de incubadoras	14	61%
Incubação de cadeias produtivas	7	30%
Outro tipo de incubação	5	22%
Incubação de APLs	3	13%

Fonte: Avaliação Proninc 2017

Com relação aos empreendimentos incubados, os dados da pesquisa evidenciaram que, entre 2014 e 2016, foram incubados 776 empreendimentos<sup>10</sup> pelas 64 incubadoras visitadas, permitindo alcançar mais de 22 mil trabalhadores<sup>11</sup> de diversos setores produtivos.

Com o processo de incubação desses empreendimentos foi possível gerar inovações tecnológicas e organizacionais de processos, artefatos e de ferramentas de gestão. Cerca de 89% das incubadoras declararam ter realizado algum tipo de inovação. Em análise a esses dados, Oliveira, Addor e Maia (2018) corroboram a hipótese de que as ITES representam um estímulo à inovação, principalmente na perspectiva da Tecnologia Social, e identificam que há uma diversidade de tipos de inovações que refletem na elaboração de novas categorias e indicam uma nova maneira de conceber o processo de inovação.

Um dos objetivos de atuação do Proninc através da chamada 89/2013 era gerar interfaces com outras políticas de âmbito federal focalizadas no combate às desigualdades sociais. Nesse sentido, era importante atingir, mediante o apoio às incubadoras, grupos vulneráveis social e/ou economicamente, procurando inseri-los em atividades de geração de trabalho e renda. Podemos identificar que os grupos apoiados pelas ITES são muito próximos ao público alvo do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com forte atuação de agricultores familiares, catadores de material reciclável, artesãos e trabalhadores desempregados. A frequência total de empreendimentos por segmentos pode ser conferida na tabela a seguir:

10 A projeção do número de empreendimentos para as 84 incubadoras entre 2014 e 2016 é de 1106 EES, calculado com base na média da linha A.

11 O levantamento do número de trabalhadores deu-se a partir de questionário respondido autonomamente pelos coordenadores. Por problemas no preenchimento, dos 776 empreendimentos levantados, não foi respondido o número de trabalhadores para 62 empreendimentos, o que levaria a uma projeção, usando a média das respostas, de 24521 trabalhadores beneficiados pelas 64 incubadoras. Ampliando para as 84 da chamada, esse número chegaria a 32.009 trabalhadores.



**Tabela 2 - Empreendimentos por segmento**

	Frequência	Porcentagem (%)
Artesãos	200	25,8
Agricultores familiares	184	23,7
Catadores de material reciclável	114	14,7
Outros autônomos	58	7,5
Beneficiadores(as) de alimentos	36	4,6
Assentados da Reforma Agrária	19	2,4
Artistas	16	2,1
Desempregados/desocupados	14	1,8
Técnicos, profissionais de nível superior	9	1,2
Outros	94	12,1
Não responde	32	4,1
<b>Total</b>	<b>776</b>	<b>100</b>

Fonte: Avaliação Proninc 2017

Com relação à formalização dos empreendimentos, as incubadoras relataram que 40% dos empreendimentos são grupos sem qualquer tipo de formalização, 37% estão registrados como Associação, e apenas 20% como Cooperativa. Vale registrar que esta última opção se tornou menos frequente em relação à última avaliação, em 2011, quando ficou registrado que 36% dos empreendimentos eram cooperativas formalizadas (IADH, 2011).

Considerando a diversidade de objetivos que um EES possui, buscamos analisar em quais sentidos o apoio das incubadoras a esses grupos representou uma transformação. A economia solidária não se alimenta apenas de uma melhoria na renda, mas da proposta de se construir um espaço diferenciado de trabalho, com condições dignas, respeito, colaboração. Assim, a partir de uma lista pré-definida, os coordenadores(as) das incubadoras identificaram como os cinco principais impactos nos empreendimentos, os seguintes itens: Participação nas decisões (81%), Autoestima, reconhecimento (78%), Cooperação (70%), Relações com o entorno (67%) e Condições de trabalho (66%). Vale destacar que o impacto sobre a renda dos trabalhadores vem em oitavo, após Acesso a direitos/cidadania e Acesso a políticas públicas, estando presente em 61% dos casos. No relatório da Avaliação foram destacadas algumas falas dos trabalhadores dos empreendimentos que reforçam esses resultados.

### 3.3. A inserção na Instituição de Ensino Superior (IES)

As incubadoras têm consolidado seu trabalho por meio da sua institucionalização e reconhecimento no interior das IES. A maioria das incubadoras estão formalizadas dentro da sua instituição, embora apenas a metade esteja efetivamente institucionalizada. Muitas incubadoras estão diretamente ligadas à Pró-Reitorias de Extensão, indicando como a atuação das incubadoras está muito ligada à uma política de fortalecimento da extensão nas IES. Contudo, é preciso destacar que tem surgido, entre os grupos mais recentes, uma maior diversidade de alocação institucional.

De acordo com a pesquisa, quase 52% das ITES afirmaram serem institucionalizadas na IES, sendo registrado um índice maior entre as incubadoras de linha A. A institucionalização se caracterizou como uma inserção mais estável e duradoura da incubadora na estrutura da IES, dada por meio de publicações de Portarias ou no Diário Oficial da União, pela existência de docentes ou funcionários alocados ou pela inserção no estatuto da IES. Dentre todos que responderam que a incubadora era institucionalizada, os fatores mais elencados foram

portaria (55%) e Existência de docentes e/ou funcionários alocados (55%); seguidos de Inserção no Estatuto da IES (42%).

Os dados demonstram que os motivos que dificultam a institucionalização são diferentes entre as incubadoras mais antigas e as mais novas. Enquanto as de linha A já são majoritariamente institucionalizadas, as de linha B apontam que o motivo principal não é a falta de recursos, mas sim uma inadequação diante das formas já preexistentes dentro das IES, o que leva a institucionalização a ocupar um papel não prioritário na organização.

Quanto ao tipo vinculação das incubadoras com as IES, pouco mais da metade das incubadoras possui vínculo com a Pró-Reitoria de Extensão (52%), indicando como, em muitos casos, a atuação das incubadoras está vinculada a uma política de fortalecimento da extensão nas IES. Apesar disso, em relação às avaliações anteriores, observa-se uma diminuição da porcentagem de incubadoras vinculadas a pró-reitorias de Extensão: em 2005 era de 63% (FASE, 2005) e em 2011 era de 73% (IADH, 2011). Contudo, é preciso destacar que tem surgido, entre os grupos mais recentes, uma maior diversidade de alocação institucional, já que as novas incubadoras, Linha B, possuem um vínculo com pró-reitorias de Extensão ainda menor (49%).

Na autoavaliação das incubadoras sobre sua sustentabilidade, 36% consideram que já estão bem consolidadas política, acadêmica e institucionalmente. Entretanto, apenas 5 das 64 (8%) incubadoras consideram-se consolidadas financeiramente.

Como já desenvolvido anteriormente, as ITES representam um rico espaço de construção acadêmica, sendo, muitas vezes, uma prática intensa de efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No diálogo com os gestores das IES, foi possível constatar uma avaliação muito positiva das incubadoras, principalmente na sua capacidade de aproximação da universidade com a sociedade e na prática de levar às atividades de ensino e pesquisa a problemática vivenciada no campo com os empreendimentos. Dentre as 64 incubadoras visitadas, um número significativo informou desenvolver formalmente atividades de extensão, como projetos de extensão (84%), eventos de extensão (75%), cursos (70%) e programas de extensão (53%).

A evidência coletada na pesquisa permite destacar o envolvimento das incubadoras com as atividades de pesquisa e ensino, o que refuta a ideia comumente difundida entre os pares acadêmicos de que ao se trabalhar com extensão, não se desenvolve pesquisa. A maioria das incubadoras (71,9%) afirmou ter envolvimento com grupos de pesquisa, sendo esse vínculo um pouco mais nítido entre as incubadoras da linha A. A Tabela 3 corrobora com essa análise:

**Tabela 3 – Porcentagem de envolvimento de incubadoras com atividades de pesquisa e ensino (% que está envolvida)**

	LINHA A	LINHA B	TOTAL
Vínculo com grupos de pesquisa	82,6%	65,9%	71,9%
Vínculo com programa de Pós-Graduação	78,3%	36,6%	51,6%
Contribuição em disciplinas de graduação e pós-graduação	87,0%	63,4%	71,9%
Contribuição com disciplinas de extensão	21,7%	22,0%	21,9%

Fonte: Avaliação Proninc 2017

O objetivo de formar quadros para atuar no campo da Economia Solidária e na extensão universitária e a preocupação de aproximar a formação dos estudantes da realidade social constituem eixos essenciais do trabalho das incubadoras. Foi possível identificar que o processo de formação, técnica ou acadêmica, ocorre por meio das mais variadas metodologias, tais como oficinas, seminários, rodas de conversa. Em todas as entrevistas feitas com os estudantes, integrantes atuais ou egressos da incubadora, foram ouvidos relatos de transformação da vida pessoal e acadêmica, podendo ser mais forte uma formação técnica ou política, a depender do perfil da incubadora.

### 3.4. Fortalecimento do campo da Economia Solidária (ES)

Para o campo da economia solidária, as incubadoras constituem-se como atores fundamentais. Ficou evidente a importância da sua atuação na difusão da temática e no fortalecimento de políticas públicas de apoio. De forma geral, as incubadoras apresentam uma gama importante de parceiros institucionais e se constituem como uma referência nos territórios em que atuam, muitas vezes impulsionando políticas nos âmbitos local e regional, mobilizando as mais variadas instituições para apoiar iniciativas para o campo da economia solidária.

Quando perguntadas sobre instituições parceiras que apoiam o trabalho da incubação, financeira ou não financeiramente, 52% das incubadoras afirmaram ter parceria com governos estaduais, 70% com o governo municipal, 83% com entidades do campo da economia solidária, e 70% com movimentos sociais, além de casos de parceria com entidades do terceiro setor, do setor privado, do setor sindical e outros.

Na tabela 4, podemos identificar quantas incubadoras estão articuladas a outras políticas públicas, para além do Proninc.

**Tabela 4 - Menções sobre articulação com programas ou políticas públicas**

Articulação com programas ou políticas públicas	
Políticas de Economia Solidária (Total)	22
Políticas de Economia Solidária (Genérico)	4
Políticas de Economia Solidária Municipal	8
Políticas de Economia Solidária Estadual	7
Políticas de Economia Solidária Federal	3
Política Ambiental (Total)	20
Política Ambiental (Resíduos Sólidos)	19
PAA/PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escola / Programa de Aquisição de Alimentos	15
Agricultura e Desenvolvimento rural	10
Saúde/ Saúde Mental	9
Geração de Trabalho e Renda	8
Educação de Jovens e Adultos ou no Campo	4
Não houve grandes articulações	2
Total válido	90

Fonte: Avaliação Proninc 2017 (Soltec, 2017)

### 3.5. Operacionalização da Política Pública

Um último eixo de análise da Avaliação Proninc 2017 está ligado à forma de execução dos projetos vinculados ao edital 89/2013. Esse foi uma demanda da Senaes, que achou relevante ter essa avaliação para orientar qual a melhor forma de viabilizar as próximas chamadas. Diferentes das chamadas anteriores, esse edital foi operacionalizado por meio do CNPq, o que representou uma forma muito diferente de gestão dos recursos. Os projetos eram aprovados em nome dos docentes, que recebiam um cartão-pesquisador, através do qual se realizavam os pagamentos, sem haver qualquer interferência das unidades de gestão financeira da universidade. O próprio pesquisador e sua equipe realizavam o gerenciamento e a prestação de contas, realizada através da Plataforma Carlos Chagas, do CNPq.

A avaliação geral é que os coordenadores(as) das incubadoras aprovaram amplamente a nova forma de gestão. A grande maioria afirmou que esse modo de operacionalização foi Muito bom (67%) ou Bom (25%), com apenas 3% reprovando-o. A maior parte dos coordenadores(as) que já haviam executado projetos ligados ao Proninc por outras modalidades respondeu ser melhor o formato via CNPq. A comunicação com os órgãos financiadores, Senaes e CNPq também foi avaliada positivamente, tendo entre os que avaliaram Muito Boa ou Boa um percentual de 84% e 83%, respectivamente.

A maior parte das incubadoras (73%) considerou que os recursos disponibilizados pelo edital foram adequados para a execução das atividades previstas. Com relação à contribuição dos recursos da chamada Proninc para a estruturação da incubadora, a maioria identificou maior contribuição para formação de Equipe técnica de bolsistas com vínculo à IES (78%) e para compra de Material de consumo (77%). Houve também contribuição relevante para formação Equipe técnica de bolsistas sem vínculo à IES (66%), compra de Móveis e equipamentos (59%),

pagamentos de Serviços de pessoa jurídica (59%) e desenvolvimento de Material de formação (58%).

Uma dinâmica importante de ser avaliada da chamada 89/2013 é a das incubadoras madrinhas. Todos os projetos de incubadoras novas, que se encaixavam na Linha B do edital, deveriam indicar uma incubadora madrinha para apoiar a criação do novo grupo, apoiando na formação da equipe e da estratégia metodológica para o processo de incubação. Enquanto 64% das incubadoras mais antigas, madrinhas, avaliaram esse processo como satisfatório ou muito satisfatório, a mesma avaliação foi atribuída por 78% das novas, amadrinhadas.

## Considerações Finais

Conhecer a história de políticas públicas exitosas para o desenvolvimento social do país torna-se uma arma de resistência em um momento em que se busca apagar todo o processo de transformação social e econômica que se levou a cabo entre 2002 e 2016 no Brasil. Apesar das diversas críticas que podemos fazer e os erros que precisamos elencar, registrar e estudar profundamente, as experiências que permitiram refletir e praticar caminhos alternativos, baseados na solidariedade, na cidadania, na educação popular, na tecnologia social, são compromissos que todos os grupos progressistas das universidades brasileiras devem assumir. Por conta disso, foi um desafio, mas um orgulho, termos, em nome do Soltec/UFRJ, participado do registro da história do Proninc, uma das mais complexas e exitosas políticas públicas de Economia Solidária desenvolvida pela Senaes.

Este artigo apresenta um pequeno apanhado de informações e análises que poderiam ser multiplicadas várias vezes, dependendo do tipo de foco e abordagem que se pretenda na análise dos dados levantados na Avaliação Proninc 2017. Nossa opção pelos focos apresentados foi construída em um intenso diálogo com as próprias incubadoras, através dos Seminários Regionais e do Seminário Nacional, e também pelo constante contato com integrantes das Redes Unitrabalho e ITCPs. O banco de dados gerado na pesquisa poderá subsidiar uma infinidade de outras correlações e pesquisas a outros pesquisadores/as interessados/as. Além disso, há um grande número de registros qualitativos sobre o trabalho das incubadoras coletados a partir do diálogo com os estudantes, os gestores das IES e os trabalhadores dos empreendimentos que podem ser analisados desde diferentes perspectivas.

O desenvolvimento do método da proposta delineada para a Avaliação do Proninc 2017, com as conquistas e os desafios de se desenhar e implantar uma avaliação de uma política pública envolvendo seus beneficiários, nos permitiu perceber que a participação dos envolvidos cotidianamente no trabalho das incubadoras qualificou substancialmente as ferramentas de pesquisa, embora sempre houvesse a necessidade de estarmos atentos ao distanciamento crítico necessário para não haver um direcionamento tendencioso da pesquisa.

Ao longo da pesquisa, tivemos a preocupação de que os resultados não ficassem restritos ao ambiente acadêmico e que também dessem conta de demonstrar a importância e representatividade do Proninc enquanto política pública de apoio à Economia Solidária e à extensão universitária. Nesse sentido, a avaliação procurou ter como resultado outros produtos, além do relatório, capazes de aumentar o alcance e facilitar a difusão de seus resultados. No campo audiovisual, serão divulgados dois vídeos: o primeiro retrata o processo participativo realizado para a Avaliação Proninc 2017, e o segundo apresenta a trajetória do Proninc, trazendo reflexões sobre seus impactos, desafios e sua perspectiva para os próximos anos. No campo teórico e metodológico, está sendo finalizada uma publicação denominada Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, uma coletânea de artigos elaborados por integrantes das incubadoras e outros pesquisadores e intelectuais que refletem sobre esse campo. Também foi desenvolvido um portal para facilitar o acesso ao relatório final da pesquisa e à todos os outros produtos gerados e documentos utilizados em seu período de realização (<http://nides.ufrj.br/index.proninc>).

As incubadoras tecnológicas de economia solidária espalhadas pelas cinco regiões do Brasil constituem-se, atualmente, como um dos principais campos de fortalecimento da extensão no país, principalmente no âmbito da geração de trabalho e renda. Essa constatação reforça a necessidade de processos avaliativos de uma política pública de apoio à extensão, como o aqui apresentado, como fundamentais para seguirmos consolidando práticas sólidas metodologicamente, que avancem na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e permitam fortalecer a relação universidade-sociedade.

No contexto atual, esses documentos apresentam um grande valor histórico, visto que muitas das práticas, reflexões, propostas metodológicas registradas podem ir se perdendo no atual cenário político de ataque a esse tipo de iniciativa. Esperamos que não; que o Relatório de Pesquisa e os outros produtos gerados sirvam para o

que originalmente haviam sido pensados: contribuir na continuidade do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas Populares.

## Referências Bibliográficas

CUNHA, Gabriela (2012). Outras políticas para outras economias: Contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à Economia Solidária (2003-2010). Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB. Brasília.

DELLA VECHIA, Renato et. al (2011). A rede de ITCPs - passado, presente e alguns desafios para o futuro. *Diálogo*. Canoas. n. 18, p.115-144, jan-jun 2011.

FRAGA, Lais Silveira (2012). Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Tese (doutorado em Geociências) defendida na Universidade Estadual de Campinas

IADH (2011). Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – Proninc: Relatório Final. Recife: IADH. 340p.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio (2009). Economia solidária. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (Orgs.) *Dicionário internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições almeidina. 344p.

SINGER, Paul (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 127p.

SOLTEC – Núcleo de Solidariedade Técnica/UFRJ (2017). Avaliação Proninc - Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Relatório Final. Disponível em: <https://nides.ufrj.br/index.php/proninc>.

OLIVEIRA, Thaís Cristina Souza de; ADDOR, Felipe; MAIA, Layssa. As incubadoras tecnológicas de economia solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 14, n. 32, p.38-59, maio 2018.

VICTÓRIA, Lia Beatriz Gomes (2011). O PRONINC e seu reflexo na ação social das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Dissertação (mestrado em Política Social) defendida na Universidade Católica de Pelotas.



## CAPÍTULO VII

### UNA MIRADA A LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA EN MÉXICO

Agustín Ávila Romero – Universidad Intercultural de Chiapas (UNICH)

Los procesos que se impulsan en México de Economía Social y Solidaria (ESS) son históricamente diversos y parten de una realidad diferente al resto de los países latinoamericanos. Ya que la existencia de una propiedad agraria colectiva que abarca más del 50% de la tierra, ha abierto la posibilidad de variados emprendimientos en materia económica, social, cultural, turística, entre otras.

Además, México como economía emergente es un nación que atraviesa aún grandes dificultades económicas que no permiten a la mayoría de sus ciudadanos la satisfacción plena de sus necesidades, por lo cual la ESS se ha convertido en un mecanismo de respuesta social frente al desempleo, la precariedad y la desigualdad social.

En este texto intento explicar brevemente las diferentes concepciones que existen sobre ESS situándola en el contexto mexicano, observar su dinámica analizando el sector social de la economía, las cooperativas que existen y que abarcan diferentes sectores económicos y por último, la dinámica de las monedas sociales.



#### 1. Definiciones conceptuales ESS

Existen diferentes concepciones de Economía Social y Solidaria que parten de realidades geográficas y económicas diferentes que se distinguen fundamentalmente por niveles de desarrollo capitalista desiguales.

Así la economía social y solidaria es un término fundamental europeo que da cuenta del desarrollo económico y social desde una perspectiva centrada en las personas y con prácticas de cooperación y solidaridad de las personas involucradas.

En cambio en América Latina autores como Luis Razeto (1990) ó José Luis Corragio (2011) hablan del concepto de economía de popular o economía del trabajo. La economía popular se refiere al estudio de los actores sociales y sus prácticas como expresión de la economía del pueblo dentro de un tejido social, históricos, cultural, etc. La economía del trabajo que analiza fundamentalmente los

procesos autogestionados de los trabajadores y que lucha por su autonomía desde el interior del sistema capitalista. Por su parte, el peruano Boris Marañón (2012) prefiere hablar de procesos de solidaridad económica y la necesidad de descolonización de las ciencias sociales del pensamiento eurocentrado.

David Barkin y Blanca Lemus (2011) señalan la necesidad de una economía solidaria pero enlazada a una economía ecológica, que permita la construcción de otro tipo de economía basada en un sistema abierto que contabilice los flujos de materiales y de energía para no exceder la capacidad de carga de la naturaleza.

En los hechos lo que se observa es una variedad de definiciones para diferentes procesos que se han puesto en marcha para hacer frente a la crisis capitalista civilizatoria. Como se señala en textos anteriores (Ávila, 2016 y 2017) se observan dos procesos diferenciados entre el Norte y Sur global, ya que es claro que mientras que Europa y Estados Unidos desarrollan iniciativas solidarias que tienden más al desarrollo de cooperativas e iniciativas asociativas que generen ingresos y empleo, en los países menos desarrollados se analizan procesos que giran alrededor de un desempleo estructural grave y el acceso limitado a derechos básicos como la alimentación, la salud, la educación, entre otros. Las propuestas parten de movimientos sociales y sujetos diferenciados, en el caso de América Latina las propuestas que se construyen desde los pueblos indígenas y los campesinos, es algo que no encontramos en occidente, por ejemplo.

La definición que proporciona Leila Oulhaj (2013:pp23) es un esfuerzo holístico que permite entender todos los entramados por los que caminan los esfuerzos de la ESS:

“La economía social y solidaria (ESS) se define antes que nada como un movimiento socioeconómico. Su base son los valores y principios que están orientados a la construcción de una economía centrada en las personas, su desarrollo integral y el fomento de prácticas de cooperación y solidaridad en sus comunidades; promueve la dignificación de las personas mediante el trabajo, teniendo en cuenta dimensiones económicas, socioculturales, políticas y medio ambientales. Sus frutos son el resultado de decisiones democráticas y participativas sobre las modalidades de su producción, distribución y comercialización de los bienes y servicios producidos para la satisfacción de las necesidades colectivas e individuales”

## 2. El sector social en la economía mexicana

Producto de la Revolución Mexicana el Estado Mexicano posee una configuración particular donde pese a 30 años de políticas neoliberales que han privatizado los bienes públicos se mantiene un sector social de la economía fuerte que se sustenta en la propiedad colectiva agraria y diferentes propuestas que dan peso y relevancia a la Economía Social y Solidaria en México.

Ello lo observamos en el artículo 25 constitucional en México que reconoce la importancia del sector social de la Economía y la necesidad de formular políticas públicas que lo puedan apoyar, para facilitar “la expansión de la actividad económica del sector social”. Por su parte, el artículo 4º. de la Ley de Economía Social y Solidaria (LESS) reconoce diversas formas de organización social como los ejidos<sup>12</sup>, comunidades, organizaciones de trabajadores, sociedades cooperativas, empresas que pertenezcan mayoritaria o exclusivamente a trabajadores.

---

12 El Ejido es el nombre que adquirió la forma de reparto agrario después de la Revolución Mexicana. En los hechos es la propiedad agraria colectiva de la tierra, aunque a nivel de ley es una concesión jurídica del territorio a particulares.

Así encontramos diversos proyectos económicos impulsados por sociedades cooperativas, ejidos, sociedades de producción rural, asociaciones rurales de interés colectivos, uniones ejidales, entre otras, en varios sectores económicos como el del transporte, turismo, café, miel, ahorro y crédito y comercio.

Estas empresas y organismo se inspiran en principios y valores que marcan la dinámica que busca la ESS como son el trabajo colectivo, el desarrollo sustentable, el buen uso de los capitales colectivos, la integración de diversas empresas para lograr el dominio de la cadena productiva, la generación de bienes y servicios a precios competitivos, el respeto de la biodiversidad y del patrimonio biocultural, entre varias características.

De acuerdo al “Diagnóstico del Programa de Fomento a la Economía Social” de la Universidad Iberoamericana campus Puebla, en 2013 existían poco más de 60 mil Organismos del sector social. (INAES, 2014)

**Tabla 1**

**Organizaciones del sector social de la economía 2013**

	No. De Organizaciones del Sector Social
Ejidos	29555
Comunidades	2359
Sociedades Cooperativas	15000
Otras formas de organización social	14,803
Total	61,717

Fuente: Diagnóstico del Programa de Fomento a la Economía Social, Universidad Iberoamericana de Puebla. Diciembre de 2013

Particularmente en México operan unas 15.000 cooperativas, en su mayoría de consumo y producción de bienes, y en ellas participan unos siete millones de personas (INAES, 2014).

Pero las cooperativas se topan con el escaso acceso al financiamiento público y privado -lo cual obstaculiza su formación y su funcionamiento- y a la ausencia de profesionales especializados, lo que lleva al sector a estar rezagado respecto a otros países latinoamericanos. Las cooperativas son una buena opción para generar empleo y combatir la crisis alimentaria. Por eso, pugnamos para que se formen más cooperativas y tengan proyectos reales, de impacto y de crecimiento económico con equidad.

En México existen también otras importantes formas alternativas de producción, destacan entre ellas, 29.000 ejidos (explotaciones rurales colectivas) en que participa 15 por ciento de la población activa, o 600 empresas de trabajadores. Además, SSS, SPR's y ARIC's. El sector social practica la ayuda mutua y solidaridad que ejerce la democracia directa, erigiendo así una práctica económica cuyo centro es el desarrollo del ser humano como valor principal.

Pese a estos extraordinarios valores, la situación de la ESS en México es crítica por diversas razones, entre ellas anota la Alianza Cooperativista Nacional (ALCONA; 2012) las siguientes:

- Una insuficiente difusión de los principios, valores y éxitos alcanzados del cooperativismo.
- Deficientes procesos de educación, capacitación y cultura cooperativa que promueva el interés por crear y desarrollar nuevas empresas en el sector de la economía social.
- No se cuenta con un sistema financiero fuerte, especializado y diferenciado en este sector.



- Se debe valorizar la importancia de las cooperativas de ahorro y préstamo en la financiación a las cooperativas de otros sectores.
- La asistencia técnica también especializada es insuficiente e ineficaz.
- La asistencia técnica de los programas oficiales no proporciona una buena capacitación en áreas como administración, contabilidad, finanzas, mercados.
- El apoyo a la comercialización es precario lo que se refleja en una baja participación en el mercado.

Pero aún y cuando estas deficiencias se presentan, es indudable que los procesos de Economía Social y Solidaria que se desarrollan en México han fomentado la integración de personas marginadas y excluidas a la vez que avanzan en la disminución de desigualdades sociales revitalizando en muchos casos a comunidades rurales y urbanas.

Más como anota Francisco Ramírez (2016:40):

“La paradoja es que la mayor parte de las experiencias más positivas al respecto, son aquellas que han logrado consolidarse desde la oposición e incluso desde la confrontación al Estado. Salvo el caso particular de algunos ejidos y cooperativas agrícolas, casi todos los actores y movimientos al seno de la ESS (incluso las fundaciones) tienen como rasgo distintivo una fuerte dinámica ciudadana. Empero, ello no obsta para que de forma constante, el poder público tenga un papel muy importante en la vida de la ESS en México, ya sea por la demanda de financiamientos, de ayudas, o simplemente de acciones políticas que permitan a dichos actores de poder seguir desarrollándose. La importancia de ese papel es paradójica, quizás incluso contradictoria, pero es real y forma parte de la cultura política en México.”

Como muestra la Tabla 2 se ubican tres grandes actores relevantes de la ESS en México: lo que son los movimientos cooperativistas donde destacan los casos de Cooperativa Cruz Azul, Euskadi, Tosepan, Majomut, Maya Vinic, entre otros; las sociedades cooperativas de consumo y de comercio justo cuya relevancia más importante la tiene la Red Comercio Justo México y por último, los proyectos de Bancos Cooperativos destacando el Fondo FIDES y la Caja Popular Mexicana.

**Tabla 2**

**Actores ESS relevantes en México**

Figuras ESS	Actores ESS
Movimientos Cooperativistas	Cruz Azul; Pascual; Euskadi; Grupo Jade; la Unión de Cooperativas Tosepan Titataniski (Unidos Venceremos en náhuatl); la Unión de Productores Orgánicos Beneficio Majomut; Maya Vinic de Chiapas; Cooperativa Turística Mame de Tziscaco; CUPANDA; la Sociedad Cooperativa Semillas de Solidaridad; Editorial Liber. Instituto Mexicano de Desarrollo Cooperativo; Movimiento cooperativista por la esperanza; aprovechamientos forestales de la Comunidad Indígena de San Juan Nuevo Parangaricutiro en Michoacán.
Sociedades cooperativas de consumo y de comercio justo	Comercio Justo México; la Red de Economía Solidaria Guadalajara y la Sociedad Cooperativa de Consumo “MICASA”
Proyectos de mutualidades o de Bancos Cooperativos	Fondo FIDES, la Caja Morelia Valladolid, al Consejo Mexicano de Ahorro y Crédito Popular A.C. y la Caja Popular Mexicana.

Fuente: Elaborado por Francisco Ramírez-Méndez (2016)

### 3. Experiencias exitosas

Víctor Toledo y Benjamín Ortiz (2014) realizan un ejercicio interesante en su libro *México regiones que caminan a la sustentabilidad de experiencias exitosas del sector social* a lo que denominan una Geopolítica de las resistencias bioculturales. Ahí a través de la conformación de una base de datos y un seguimiento hemerográfico y de campo ubican más de 2200 proyectos exitosos en México que giran alrededor de 12 grandes temáticas: 1) la agricultura sustentable; 2) Agroforestería o agrosilvicultura; 3) Cajas de ahorro sin fines de lucro; 4) Artesanías; 5) Producción de café orgánico; 6) Ecoturismo; 7) Forestería comunitaria, 8) Producción de miel; 9) Producción de bienes alimentarios orgánicos; 10) Educación y Capacitación; 11) Pesca sustentable; 12) Unidades de Conservación para el Manejo de la Vida Silvestre (UMA's). Ubicando varias regiones bioculturales de México desde las cuales indudablemente se construye otra economía más allá de la economía neoliberal convencional y desestructurante del espacio económico y social. Por lo que no dudan en denominarlos como parte de las resistencias contra los proyectos de despojo que van creando un poder social en doce campos de acción.

Dentro de las experiencias exitosas sin duda resalta el caso de la Unión de Cooperativas Tosepan en Puebla, México. Dicha unión inicio operaciones en 1977 denominándose Tosepan Titataniske (Unidos Venceremos en náhuatl). Originalmente se constituyó para hacer frente a las alzas de precios de los bienes básicos, actualmente agrupa a 8 grandes cooperativas, su área de influencia comprende a 290 comunidades en 22 municipios de la Sierra noroeste de Puebla. Agrupa a más de 22 mil familias de origen náhuatl o totonaco y como parte de las experiencias solidarias en México ha dado muestras de trabajar con principio de la economía solidaria pero también de la economía ecológica generando grandes beneficios a sus socios.

Junto con la experiencia de Tosepan, destaca también el caso de la Unión de Comunidades Indígenas de la Región del Istmo (UCIRI) que trabaja mucho lo que tiene que ver con la cafecultura orgánica y que se fundó alrededor del año 1982 con sólo 17 comunidades, hoy agrupa más de 2 600 miembros de 56 comunidades indígenas de Oaxaca. La UCIRI vende sus productos mediante el sistema de COMERCIO JUSTO, con ello ha dado un paso fundamental en la creación de mercados alternativos para la comercialización de productos que proceden de comunidades indígenas de México. El trabajo de la Tosepan y la UCIRI es importante por que México ocupa el primer lugar en producción orgánica de café, se estima que los productores café son más de 200 mil y que el 70% de la producción es realizada por productores de comunidades rurales. Una gran parte de este sector comunal esta formada por indígenas de 28 culturas, entre los que destacan zapotecos, mixtecos, mixes, totonacas, nahuas, huastecos, tzetzales, zoques, tojolabales y chatinos.

En esta perspectiva también destaca el papel de la Unión Nacional de Forestería Comunitaria (UNOFOC) que ha impulsado con su más de 550 representantes de comunidades y ejidos una producción forestal ecológicamente equilibrada que aglutina diversas experiencias exitosas a nivel nacional e internacional. La actividad forestal de varias de estas comunidades ha sido certificada por el Forest Stewardship Council.

A todas estas variadas experiencias se suman también los grandes procesos de territorialización que han puesto en marcha las comunidades autonómicas zapatistas en el estado de Chiapas donde el trabajo colectivo es fundamental para dar cuerpo a cientos de cooperativas que se agrupan para manejar ecológicamente el ganado, la producción de fertilizantes orgánicos, procesos agroecológicos de maíz, café, cacao y miel, abasto de alimentos, farmacias, organización de mujeres artesanas, equipos de futbol y radios comunitarias y medios de comunicación alternativos, entre muchas iniciativas de ESS en Chiapas y en otras regiones donde actúa el Congreso Nacional Indígena (CNI).

#### 4. Las monedas sociales

Dentro de las iniciativas más interesantes que se impulsan en México se encuentra el desarrollo de las monedas sociales muchas de las cuales han debido hacer frente a amenazas de los gobiernos por el alto grado de organización que han logrado y que se encuentran desarrollando verdaderos sistemas de economía solidaria de un gran dinamismo. Entre las monedas alternativas que podemos citar, mencionamos a manera de ejemplo: El Tumin, el Tlaloc, el Itacate, “Tojol Tak’in”, el Cajeme, el Penca, el Mezquite, el Cacao, el Trueke, el “Mezquite”, y los Mixhucas en varias entidades federales.

Por ejemplo en la Universidad Intercultural de Chiapas en su Unidad Académica Multidisciplinaria de Las Margaritas, como parte del Seminario de Turismo Solidario y Comercio Justo, se tomo el acuerdo de impulsar una Feria Multitruques donde los participantes pudieran intercambiar diferentes productos de manera reciproca e igualitaria. Para favorecer los intercambios se acordó hacer uso de una moneda social que favoreciera los cambios y que estos pudieran realizarse de forma equitativa cuando no había productos plenamente equivalentes. Con dicho fin se creo la moneda Tojol-Tak’ in (dinero verdadero en maya tojol-ab’al) que permitió a los estudiantes intercambiar sus saberes libremente a través de equivalente generales durante la realización de las actividades.

La Economía Solidaria propone así impulsar una economía alternativa al capitalismo, donde las ganancias no se acumulen, sino que se compartan; donde la competencia sea suplantada por la cooperación y el individualismo por la comunidad. Se parte de los ‘saberes’ que producen y crean; se trata de que los productores sigan trabajando, aunque carezcan de un empleo y que puedan vender sus productos en comunidades locales, aunque éstas no tengan dinero, haciendo uso de monedas no escasas: monedas sociales o comunitarias. (Ávila, 2014)

Promotores sociales, académicos y grupos organizados respaldan e impulsan el dinero comunitario para crear sistemas de valor autónomos del sistema hegemónico, que no tengan el fin de acumular ni de competir en el mercado capitalista, sino para crear mercados solidarios independientes de aquél, como bien ha estudiado sobre sus impactos locales José Luis Coraggio (2004).

En México la experiencia que mayor impacto ha generado y que ha involucrado a un mayor número de personas es la de la moneda social El Tumin (en lengua totonaca significa dinero) que empezó a circular en El Espinal, Veracruz, México, pero poco a poco se ha ido desplazando a otros municipios y regiones de dicho estado y del país. El proyecto se impulso por el Centro de Investigación Intercultural para el Desarrollo (Ciides), la Red Unidos por los Derechos Humanos (RUDH) y alumnos y docentes de la Universidad Veracruzana Intercultural. En Septiembre de 2010 inicio con 50 comerciantes que aceptaban la moneda, hoy son cientos los que la reciben en todo el país.

Otros fenómenos interesantes que pueden señalarse son proyectos ciudadanos como el Banco de Tiempo en Guadalajara, Compartienda, la Red Tlaloc, Prospera Creciendo juntos, el Proyecto de Mujeres Autosustentables y a destacar también diferentes proyectos de Crowdfunding que se encuentran en una etapa de pleno desarrollo.

#### **A manera de conclusión**

La Economía Social y Solidaria existe de maneta histórica y diversa en México, desafortunadamente el INEGI no ha generado la oportunidad de tener un sistema de cuentas que permita tener claramente los impactos de este sector en la economía nacional. Pese a ello vemos que dichas actividades son esenciales en comunidades rurales y en sectores importantes del sector financiero.

El desarrollo de la ESS en México puede realizarse asumiendo el carácter transversal que debe tener esta actividad, construyendo una política pública que favorezca el surgimiento de miles de emprendimientos cooperativos que abarquen diferentes cadenas productivas y permitan enfrentar la desigualdad social y económica y la ausencia de generación de empleos por parte de los gobiernos neoliberales.

## BIBLIOGRAFIA

Alianza Cooperativista Nacional (ALCONA) (2012) Economía Social y Solidaria. Reflexiones para una política pública. Documento de trabajo. Octubre. Pp 32

Ávila, Agustín (2017). Hacia un diálogo de alternativas entre la economía solidaria y la economía social: el buen vivir como horizonte descolonial. Revista Cooperativismo y Desarrollo. Vol. 25 Núm 112, Tercer cuatrimestre de 2017. Bogotá, Colombia.

Ávila, Agustín (2016). Contexto de la Economía Social turística en Chiapas, México: la Sociedad de Producción Rural de Uninajab como alternativa socioeconómica. Revista Idelcoop, No. 219, Julio de 2016. Argentina, Pp 45-62

Ávila, Agustín (2014). Democracia económica y monedas sociales. La experiencia del tojol-tak' in en Las Margaritas, Chiapas, México. Revista Idelcoop Núm 12. Marzo 2014. Argentina, Buenos Aires. Pp. 51-67

Barkin, D. y Blanca L. (2011). La economía Ecológica y Solidaria: Una propuesta frente a nuestra crisis. Revista Sustentabilidades, Número 5.

Coraggio, José (2011). Economía Social y Solidaria. El trabajo antes que el capital. Ediciones Abya-Yala. Quito, Ecuador, pp 423

Coraggio, José Luis. (2004) La Gente o el Capital. Desarrollo local y economía del trabajo. Buenos Aires: Espacio.

INAES (2014) ABC de la Economía Social e INAES. Sistema Nacional de Capacitación y Asistencia Técnica Especializada (SINCA) México. Pp 50

Marañón, Boris (2012) Solidaridad económica y posibilidades de transformación en América Latina. Una perspectiva descolonial. Ed CLACSO

Oulhaj, Leila y Francisco Saucedo (coord.) (2013) Miradas sobre la economía social y solidaria en México. Universidad Iberoamericana Puebla. Centro Internacional de Investigación de la economía social y solidaria en México. Pp 230

Ramírez, Francisco (2016) Breve Ensayo sobre la Economía Solidaria y Social en México: Desarrollo y Perspectivas. Revue Internationale de l'économie sociale. RECMA. Marzo Francia.

Razeto, Luis. (1990). Economía Popular de Solidaridad. Identidad y proyecto en una visión integradora. Ed Área Pastoral Social de la Conferencia Episcopal de Chile. 2ª. edición Santiago, Chile. 225 pp

Toledo Víctor y Benjamín Ortiz (2014). México regiones que caminan hacia la sustentabilidad. Una geopolítica de las resistencias bioculturales. Ed. Universidad Iberoamericana Puebla.

## CAPÍTULO VII

### COOPERATIVISMO, TRABALHO E INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

**Fernando Antônio Ferreira Bartholo – Universidade Federal de Goiás (UFG)**

Assim como na América Latina, o cooperativismo popular desponta no Brasil como fenômeno capaz de enfrentar as questões cruciais do desemprego e da pobreza. Apresenta-se como iniciativa de organização de trabalhadores por meio de um conjunto de práticas autogestionárias a serem reconhecidas como Economia Solidária, voltadas para a inserção de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. Essas diversas práticas, em suas variadas formas associativas e autogestionárias, promoveram e deram visibilidade à Economia Solidária como movimento social, tornando-a “objeto de estudo digno de interesse” para as Ciências Sociais (ASSEBURG e GAIGER, 2007; LIMA, 2009).

O interesse crescente pelo assunto tem produzido uma complexa variação no seu tratamento, tornando a Economia Solidária um tema sujeito a múltiplas possibilidades de compreensão a promover a construção de seu processo teórico.

O debate se amplia na medida em que buscam entender a Economia Solidária na perspectiva de superação do capitalismo, ou como possibilidade a complementar as diversas formas de trabalho contidas no capitalismo, ou ainda, de forma pragmática, como um espaço de prática da autogestão no momento histórico atual como resposta às diversas crises verificadas no mundo (ALCÂNTARA, 2005).

As experiências das práticas de autogestão em empreendimentos econômicos solidários no Brasil mostram grandes dificuldades para a sua consolidação nas cooperativas, sejam populares ou tradicionais. A começar pela diferenciação entre a sua lógica gestonária. Enquanto as cooperativas populares representam o resgate do cooperativismo autêntico de emancipação e inserção dos trabalhadores, baseadas nos princípios da Economia Solidária, o cooperativismo tradicional é reconhecido por meio de suas organizações, apesar de adotar os princípios cooperativistas, orientam-se numa perspectiva de “inserção empresarial”, voltado para o mercado (LIMA, 2009).



Um dos graves problemas que o cooperativismo enfrenta, desde a década de 1980, é a utilização de seus princípios e estrutura gestonária, principalmente o cooperativismo de trabalho, para compensar os efeitos da flexibilização da produção, a confundir a inserção e emancipação dos trabalhadores com o caráter precarizador das relações de trabalho por meio de processo de terceirização de mão de obra.

Surgem, pois, muitas cooperativas de “trabalho” como produto da reestruturação econômica e da política neoliberal do período (1980 a 2000), quando se verificou a propagação de propostas de desregulamentação dos mercados de trabalho a visar a redução de custos sociais contidos nas relações formais de trabalho assalariado, assim como a flexibilização da utilização da força de trabalho adequando-a às necessidades da produção. Este fato tem sido a preocupação de vários estudiosos em distinguir as verdadeiras cooperativas das falsas cooperativas, comumente denominadas de “coopergatos” (ALCÂNTARA, 2005; LIMA, 2010; SINGER, 2000).

## **COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

No Brasil, Adeodato Filho (2007), o Cempre (Compromisso Empresarial Para Reciclagem) e IBGE/2006, relatam que são produzidas 140 mil toneladas/dia de resíduos urbanos, sendo que apenas 11% são destinados à reciclagem. Ainda continuam a ser despejados em aterros e lixões cerca de 112 mil toneladas todos os dias, o que representa uma taxa de geração de resíduos sólidos urbano per capita na ordem de 0,80 kg/dia, destacadamente bem abaixo do padrão verificado nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, que apresenta uma produção per capita de 2,06 kg/dia.

Apesar do enorme desperdício de materiais, Adeodato Filho (2007) constata que o número de municípios que possuem programas de coleta seletiva aumentou de 81 municípios para 327, entre os anos de 1994 e 2006, ou seja, apenas 5,87% dos municípios brasileiros.

O ponto inicial da cadeia é considerado o local dos excluídos, onde grupos complexos e diversificados, e sujeitos a profunda rejeição social, buscam a tentativa de fuga da marginalidade (CUNHA, 2009). É nesse quadro que a categoria de trabalhadores denominada “catadores de materiais recicláveis” tem se destacado, por sua mobilização social a proporcionar conquistas, ainda que incipientes no aspecto estrutural, mas proporcionalmente significativas no ambiente político, para a superação da precarização de sua forma de trabalho.

Dados disponíveis pela Incubadora Social da UFG mostram que existem 13 grupos de catadores de materiais recicláveis em Goiânia, sendo que sete participam do seu programa de incubação. O total de pessoas envolvidas nesses empreendimentos ainda é variável, pois há grande rotatividade entre em seus quadros. No período de 2012 a 2016, as cooperativas incubadas registraram que 450 pessoas trabalharam por mais de 6 meses alternadamente. Seus associados são, na maioria, catadores provenientes de várias regiões do país, sendo 24% oriundos do norte, 32% do nordeste, 13% do sudeste, 7% do sul e 24% do próprio centro-oeste. Destes, 13% são da capital, Goiânia. Há, neste universo, indivíduos de todas as idades: 17% possuem menos de 25 anos, 39% estão na faixa entre 21 e 45 anos e 26% estão acima de 45 anos. Deste composto, a maioria é de pessoas que tiveram pouco acesso à escola, sendo que 53% não tiveram acesso ao ensino médio e 17% não são alfabetizados.

Quanto à remuneração a renda média mensal obtida pelos associados às cooperativas, no período, corresponde a um salário mínimo, e apenas 11% possuem alternativa de renda - dentre elas se destaca Programa Bolsa-Família, do Governo Federal.

No mesmo período, 15% dos trabalhadores associados receberam moradias próprias do programa de habitação da prefeitura de Goiânia.

Sobre a estrutura familiar, 75% têm filhos. Destes, 19% possuem apenas um filho, 26% dois, 34% três e 21% quatro filhos ou mais.

Em termos de tempo de catação, antes de ingressar nas cooperativas, 45% são catadores há mais de cinco anos, 20% entre 3 e 5 anos e 35% a menos de dois anos.

O nível de organização ainda se apresenta fragilizada em relação às práticas de autogestão, fruto do elevado índice de rotatividade entre seus membros. Das sete (07) cooperativas integrantes do programa de incubação, apenas três (3) cooperativas apresentam grupos com mais de dois (2) anos como associados. O período médio de permanência na cooperativa é de quatro (4) meses, conforme registrado em 2016, contra três (3) meses no ano anterior. Nas cooperativas em que os grupos permanecem por períodos acima de um ano, percebe-se razoável evolução quanto à prática da autogestão, conseguindo resolver parte de seus conflitos em reuniões e assembleias sem a presença das equipes de incubação.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INCUBADORA SOCIAL DA UFG

Conforme reporta vasta gama de experiências metodológicas dos programas de extensão em incubação de cooperativas populares e empreendimentos solidários desenvolvidos por grande parte das universidades brasileiras, as práticas de incubação propõem como pano de fundo o debate sobre o processo de inclusão social. Buscam aliar a viabilidade econômica dos empreendimentos incubados à conquista dos direitos sociais de seus integrantes, pois articulam os aspectos técnicos ao processo autogestionário e representativo de suas organizações, visando propiciar o aumento de sua renda, a reconhecida participação na cadeia produtiva e a dignidade como cidadãos e trabalhadores.



São enormes os desafios que se enfrentam durante o processo de incubação. A começar pela heterogeneidade do segmento de catadores. Existem complexos problemas sociais e pessoais que afetam o desenvolvimento das etapas de incubação, os quais exigem metodologia adequada desde o processo de abordagem.

Diante desse quadro, a Incubadora desenvolveu ações próprias baseadas em oficinas de prática da autogestão junto aos membros participantes das cooperativas. Trata-se do método denominado de “Combinou, tá combinado!”.

A busca pela diretriz metodológica da Incubadora Social da UFG encontrou inspiração na frase de Mohammad Yunes ao rebater as críticas acadêmicas ao projeto conhecido como “Banco das Mulheres de Bangladesh”, citada no programa “Roda Viva” da TV Cultura, apresentado em 2000: “... fechem os livros...”.

Entendeu-se que a Economia Solidária ao se basear nos quatro pilares (cooperação, solidariedade, sustentabilidade e autogestão) a autogestão se destaca como elemento exclusivo a legitimar um empreendimento econômico solidário. Dessa forma, o processo de incubação da Incubadora Social da UFG tem como foco principal o desenvolvimento de atividades de práticas autogestionárias que promovam a formação de pessoas para um novo agir econômico na perspectiva humanística e solidária.

Assim, corrobora as considerações de Eid (2002) quando discorre que a metodologia de incubação deve buscar da superação da fragmentação do conhecimento, envolvendo integralmente os agentes (incubadores e incubados) e que os métodos empregados são caminhos, sugestões e possibilidades, onde não há fórmulas prontas. Ou seja, num processo construção do conhecimento por meio do exercício de práticas autogestão junto aos grupos incubados.

Fundada nos princípios da Educação Popular a permear os processos pedagógicos e administrativos relacionados à autogestão, à viabilidade econômica, à valorização do trabalho, à valorização da educação e à defesa do meio ambiente, a metodologia adotada pela Incubadora Social da UFG refere-se, portanto, ao desenvolvimento da própria equipe de incubadores, quanto dos empreendimentos incubados e se organiza em torno dos eixos temáticos da Economia Solidária (conceito e princípios, cidadania, organização social, desenvolvimento sustentável e solidário, e políticas públicas) e do processo de incubação (formação contínua em autogestão e gestão administrativa, e assessoria técnica).

Nessa perspectiva, o percurso formativo dos catadores de materiais recicláveis em questão compreende a análise, no campo teórico, como princípio educativo e a qualificação, pela prática, como processo de experimentação possibilitando produzir novos saberes, fortalecer a cultura e identidade do grupo, e melhorar a atividade produtiva.

As atividades pedagógicas se baseiam nas oficinas, onde, em espaço e tempo, ocorrem as discussões, a análise, a crítica e a busca de soluções de forma democrática (“combinação” por votação dos participantes) para os problemas coletivos vivenciados na sua prática.

No período entre a realização das oficinas, considerado “período de maturação”, são vivenciadas as experiências decorrentes da “combinação” e, assim, são pautados novos temas a proporcionar a crítica e avaliação da experiência pelo próprio grupo.

A compensar o tempo necessário para o desenvolvimento de ações relativas à alfabetização dos participantes dos empreendimentos incubados frente as suas necessidades de sobrevivência de forma organizada, a metodologia de incubação do projeto centra-se na oralidade e exploração de imagens construídas a partir das discussões e conclusões dos temas propostos nas oficinas.

A essa linha metodológica de incubação, a perpassar pela forma lúdica das práticas, dá-se o título: Combinou, ta combinado!

## **RESULTADOS CONSIDERADOS PELA INCUBADORA SOCIA DA UFG**

No âmbito acadêmico, pode-se afirmar que o desenvolvimento das atividades de incubação contribuiu para a disseminação da Economia Solidária na UFG por meio da introdução, em 2010, de um módulo na disciplina Sociologia do Trabalho nos cursos de Mestrado e Doutorado em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG; pela criação, em 2009, da disciplina Economia Solidária no núcleo livre do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE/UFG) e pelo Grupo de Estudos de Economia Solidária (GESES), em 2010, inicialmente como atividade da interna da incubadora e atualmente aberto à comunidade universitária.

Em relação aos empreendimentos incubados, tem-se como resultado a criação pelas cooperativas incubadas, em 2013, da Cooperativa Central das Cooperativas de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis



“Unidos Somos Mais Fortes” (Rede UNIFORTE) com o objetivo de comercializar em conjunto seus produtos, assim como fortalecer a representatividade das cooperativas junto às instituições públicas e privadas no município.

Com o auxílio das equipes técnicas da Incubadora Social da UFG, a Rede UNIFORTE teve aprovada a sua participação no Projeto CATAFORTE 3, com recursos financiados pela FUNASA e pela Fundação Banco do Brasil, beneficiando diretamente as suas cooperativas filiadas. Tal fato se destaca pela a importância histórica, pois, pela primeira vez as cooperativas de catadores de materiais recicláveis no município de Goiânia conseguiram atender as exigências de um edital público de grande expressão.

A forma de organização da Rede UNIFORTE, resultante do processo de incubação, obteve o reconhecimento, pelo Ministério Público de Goiás, e foi beneficiada com recursos acordados mediante Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para a aquisição de cinco (05) caminhões e à construção de quatro (04) galpões.

Ainda em parceria com o Ministério Público, a rede elaborou e desenvolve o “Projeto Grandes Geradores”, no qual coleta diretamente os materiais recicláveis descartados pelas instituições públicas e privadas conveniadas.

Ao se verificar grandes avanços obtidos pelas cooperativas no município de Goiânia, seja na sua organização e estruturação, no comportamento e participação no mercado de recicláveis local, assim como na representação pela participação em projetos institucionais e nas discussões de políticas públicas municipais nos âmbitos social e ambiental a beneficiar seus empreendimentos, seus cooperados e o programa de coleta seletiva, entende-se que a Incubadora Social da UFG, ao trazer à tona a realidade de um segmento considerado excluído do processo produtivo, age como fundamental apoio da Economia Solidária na proposta de outros valores aplicados à dimensão trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEODATO-FILHO, Sérgio. A arte da reciclagem. São Paulo: Horizonte, 2007.

ALCANTARA, Fernanda Henrique Cupertino. O cooperativismo e a economia solidária no mundo. Neo-institucionalismo, políticas públicas e mudança institucional. In: \_\_\_\_\_. Economia Solidária: o dilema da institucionalização. São Paulo: Arte & Ciência, 2005. p. 64-120.

ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. Dados, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, 2007.

CUNHA, Marina. Risco e consumo: a construção da identidade a partir do lixo. Goiânia, 2009. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade Federal de Goiás.

LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do trabalho associado. Tempo Social, Revista de Sociologia USP, São Paulo, v.21, n.1. 2009.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Orgs.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

EID, F. Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da UNITRABALHO e sobre metodologia de incubação. Texto apresentado na Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária da REDE UNITRABALHO, São Paulo, mimeo, dezembro de 2002.

## CAPÍTULO IX

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Maico Roris Severino – Universidade Federal de Goiás (UFG)**

Esta publicação teve por objetivo apresentar alguns dos temas relativos à Economia Solidária que foram discutidos no III Encontro Goiano de Economia Solidária (EGESOL) realizado no ano de 2018.

Sendo assim, no Capítulo I foi apresentada uma síntese das atividades realizadas no evento por meio da apresentação da programação.

Do Capítulo II ao Capítulo VII foram apresentadas sínteses das palestras e dos grupos de trabalhos realizados durante o EGESOL 2018.

No Capítulo VIII, como em 2018 a Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Goiânia completou 10 anos de existência, foi apresentado um relato de metodologia utilizada nos trabalhos.

Dentre os principais resultados derivados do III EGESOL podem-se destacar:

- a) a ampliação do escopo de atuação da Incubadora Social da UFG, que em 2018 iniciou os trabalhos também com comunidades rurais;
- b) qualificação dos participantes quanto à Economia Solidária por meio dos debates apresentados durante o evento;
- c) divulgação do conceito de Economia Solidária e dos trabalhos da Incubadora Social para a comunidade acadêmica da UFG, bem como, da sociedade civil e poder público de Goiás. Dentre as ações, destaca-se a cobertura do evento pela TV-UFG e as chamadas que podem ser acessadas pelos seguintes endereços eletrônicos:
  - i) Chamada do evento na TV-UFG e pela internet:  
<https://www.youtube.com/watch?v=8p0MmVE313w&feature=youtu.be>
  - ii) Divulgação do evento no programa Conexões da TV-UFG:  
[https://www.youtube.com/watch?v=lsKIQr\\_xFuM](https://www.youtube.com/watch?v=lsKIQr_xFuM)
  - iii) Debate sobre Economia Solidária no programa Conexões da TV-UFG:  
<https://www.youtube.com/watch?v=MZE4r5zw-Xw>
- d) socialização das experiências de projetos de Economia Solidária dos palestrantes e participantes;
- e) consolidação do EGESOL como espaço de debate sobre a Economia Solidária em Goiás com periodicidade anual;
- f) a publicação deste livro relatando os debates ocorridos no III EGESOL.

Por fim, é expressado os agradecimentos à todos que se envolveram com a realização do III EGESOL e a publicação deste livro, à equipe organizadora do evento, aos palestrantes, aos participantes do evento, às equipes das incubadoras, aos membros dos empreendimentos, à equipe da TV-UFG pela cobertura do evento, à editora

CEGRAF e aos apoiadores, de modo especial, à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Universidade Federal de Goiás (UFG) pela estrutura e infraestrutura, e ao suporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).





# ENCONTRO GOIANO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Realização

INCUBADORA  
SOCIAL DA UFG

PROEC  
PRO-REITORIA DE  
EXTENSÃO E CULTURA



Apoio

